

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59

85ª.REUNIÃO PLENÁRIA DO CONAMA
BRASÍLIA, 25 e 26 de ABRIL DE 2007
AUDITÓRIO DA ANA

Devido a problema técnico não foi possível realizar a transcrição do dia 25 de abril de 2007
Neste documento constam o Resultado do 1º dia de reunião e a Transcrição *ipsis verbis* do 2º dia

DIA 25/04 – RESULTADO DA REUNIÃO PLENÁRIA

1 Abertura da Sessão

Às 10h15, constatada a existência de quorum, o Diretor do CONAMA, Nilo Diniz, convida para compor a mesa a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o Secretário Claudio Langone, o Secretário-executivo nomeado, João Paulo Capobianco, o Secretário de Qualidade Ambiental, Ruy de Góes, Secretária de Coordenação da Amazônia, Muriel Saragoussi, o Secretário de Recursos Hídricos, João Bosco Senra, o deputado Edson Duarte (PV-BA), tomando posse como conselheiro representante da Câmara dos Deputados.

Foram saudados por seu aniversário o Doutor Paulo Nogueira Neto, conselheiro do CONAMA e a Sra. Jaura, Assessora Parlamentar.

A abertura da Sessão pelo Secretário Executivo do CONAMA (exonerado), Claudio Roberto Bertoldo Langone, que saudou a todos os presentes, antigos e novos Conselheiros. Convida Márcio Freitas, Presidente Interino do IBAMA para compor a mesa, passando a seguir a palavra à Presidente do CONAMA, Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que primeiramente agradeceu a Deus e após disse que faria uma participação diferente sendo sua fala mais política. Esclarece que nesta segunda fase de compromissos, o Ministério do Meio Ambiente continuará sua política de desenvolvimento sustentável viabilizando também o desenvolvimento econômico. A Ministra apresenta um histórico da Política Ambiental no País, desde a criação do CONAMA numa época de ditadura militar passando pela criação do IBAMA no governo Sarney e do MMA no governo Collor. Elogia a lei ambiental brasileira como sendo a melhor do mundo. Fala de vitórias recentes como o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento, o Licenciamento da Rodovia BR-163, o processo de Integração das Bacias do São Francisco, e da Agenda para o futuro com ênfase em energias renováveis, uso sustentável da biodiversidade, ambiente urbano e o plano nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais e Desenvolvimento Rural. Apresenta a nova estrutura do MMA e os novos secretários

No ministério foram criadas quatro novas secretarias: de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental cuja secretaria será Thelma Krug; de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, secretário Luciano Zica; de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krakhecke; e de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Hamilton Pereira. Elas substituem as secretarias de Qualidade Ambiental (SQA); de Recursos Hídricos (SRH); de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS); e de Coordenação da Amazônia (SCA). A secretaria de Biodiversidade e Floresta se manteve com a nova secretária Maria Cecília Wey de Brito. O IBAMA manteria suas funções de fiscalização, autorização e licenciamento e seria criado o Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade, responsável pelas Unidades de Conservação. Anuncia o novo secretário executivo João Paulo Capobianco. Langone agradece a todos com quem trabalhou e aprendeu muito em quatro anos como Secretário Executivo “nesta escola de política que é o CONAMA” e diz que continuará lutando pelo fortalecimento do SISNAMA. Em seguida, Capobianco fala deste novo desafio e da sua luta, desde criança, pela defesa do meio ambiente. A ministra junto com os novos e antigos secretários se despedem e saem para participar de uma entrevista coletiva. Antes, porém, o novo Secretário-Executivo, Capobianco convida para assinatura do termo de adesão para a integração da segunda etapa do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, os representantes dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo (CETESB). Em seguida, o diretor do Conama, Nilo Diniz, e o conselheiro pelo MMA, presidindo a mesa, Bazileu Margarido, dão sequência à pauta com a apresentação do Portal da Gestão Florestal por Volney Zanardi Junior, diretor do DAI.

2 Discussão e votação da Transcrição *ipsis verbis* da 84a Reunião Ordinária, realizada em 29 e 30 de novembro de 2006

Transcrição aprovada sem alteração (tópico discutido após os informes)

- 60
61 **3 Apresentação de novos Conselheiros**
62 O Diretor do CONAMA leu a relação dos novos conselheiros do CONAMA que podem ser consultados no
63 link:
64 <http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir865/Posse85aRO25e2604.pdf>
65
- 66 **4 Informes da Secretaria-Executiva do CONAMA**
67
- 68 **4.1 Mudanças na Equipe do CONAMA**
69 Apresentação dos novos assessores técnicos
70
- 71 **4.2 Primeiro Encontro Nacional de Conselhos e Rede Nacional de Conselhos**
72 O diretor do CONAMA Nilo Diniz fez informe sobre o encontro que está sendo organizado em conjunto
73 com o CNRH, CGEN e que reunirá representantes de Conselhos nacionais, estaduais, municipais de
74 Meio Ambiente, Conselhos nacional e estadual de Recursos Hídricos e, possivelmente, Comitês de Bacias
75 Hidrográficas. O evento ocorrerá após a 86ª Reunião Ordinária do CONAMA, nos dias 5 e 6 de julho.
76
- 77 **4.3 Encontros de Conselhos da América do Sul**
78 Esta iniciativa será o passo inicial para a formação da rede dos Conselhos Nacionais da Área Ambiental
79 da América do Sul
80
- 81 **4.4 Sobre a coordenação do Grupos de Trabalho**
82 O diretor do CONAMA manifestou o entendimento da Secretaria Executiva de que, em conformidade com
83 o Regimento Interno, os GTs podem ser coordenados por Conselheiros titulares e suplentes, assim como
84 por representantes por eles indicados, segundo os seguintes dispositivos:
85 Art. 23 § 2 - As Câmaras Técnicas serão constituídas por até sete conselheiros titulares e/ou suplentes,
86 definidos pelo Plenário, ou ainda por representantes por eles indicados formalmente à Secretaria-
87 Executiva, com direito à voz e ao voto.
88 Art. 37 - O coordenador e o relator de Grupo de Trabalho serão escolhidos pela respectiva Câmara
89 Técnica, entre os seus membros, sendo que, para a relatoria, poderão ser indicados também servidores
90 públicos representantes de órgãos ambientais
91
- 92 **4.5 50ª Reunião extraordinária do CONAMA a ser realizada no dias 29 e 30 de maio na cidade do**
93 **Rio de Janeiro.**
94 Nesta reunião serão apreciadas duas resoluções sobre estágios sucessionais da Mata Atlântica e o Painel
95 sobre Mudanças Climáticas.
96
- 97 **5 Apresentação à mesa, por escrito, de requerimentos de urgência, de inversão de pauta ou de**
98 **retirada de matérias**
99
- 100 **Requerimento em regime de urgência** das matérias que tratam DEFINIÇÃO DE VEGETAÇÃO
101 PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE REGENERAÇÃO DE MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS
102 GERAIS e da DEFINIÇÃO DE VEGETAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE REGENERAÇÃO DE MATA
103 ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA.
104 **APROVADO**
105
- 106 **Requerimento de alteração do Regimento interno do CONAMA** no que diz respeito a Câmaras
107 Técnicas, Grupos de Trabalho e ritos de apresentação e revisão de matérias. O CIPAM deverá nomear
108 GT.
109 **APROVADO**
110
- 111 **Requerimento em regime de urgência** pela Conselheira Zuleica Nycz, das Entidades Ambientais da
112 Região Sul/APROMAC, para fazer frente ao processo Requerimento de informação sobre as medidas

113 tomadas pelo MMA, MTE e MS para garantir salva-guardas em relação à aplicação da Resolução que
114 define os padrões de emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas

115 **APROVADO**

116
117 **Pedido do Conselheiro Paulo Mahury (OCA BRASIL)** sobre mais informação do asfaltamento da BR-
118 163, sendo sugerido pelo Diretor do CONAMA, Nilo Diniz, a apresentação do tema no formato de um
119 informe para que os conselheiros se posicionem sobre os novos encaminhamentos.

120 **APROVADO com um voto contra.**

121
122 **(tópico apresentado após a aprovação da Transcrição *ipsis verbis* da 84a Reunião Ordinária)**

124 **6 Eleição de membros para mandato de dois anos nas Câmaras Técnicas**

125
126 O Diretor do CONAMA esclarece procedimentos da eleição e solicita a apresentação das indicações dos
127 segmentos para as 5 vagas a eles atribuídas e a apresentação das candidaturas para as duas vagas
128 submetidas ao voto em cada Câmara Técnica até as 14h30. As listas foram projetadas e afixadas no mural
129 após este encaminhamento. Qualquer Conselheiro poderia apresentar sua candidatura. Os Conselheiros
130 tiveram até as 12h00 do dia seguinte para entregar a sua cédula de votação preenchida. O resultado foi
131 apresentado no final do dia seguinte, após consolidação pela Secretaria Executiva do CONAMA.

132 A lista das instituições indicadas e eleitas está disponível no link:

133 <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/1E9DEB29/ResultadoFinalComposicaoCTs2007-2009.pdf>

135 **7 Ordem do Dia**

136 **RESOLUÇÕES**

137 **7.1** Proposta de Resolução ad referendum que altera a data da 85ª Reunião Ordinária do CONAMA.

138 **Matéria aprovada sem emendas**

139 **7.2** Publicação ad referendum da Resolução CONAMA no 381/06 que retifica dispositivos da Resolução
140 CONAMA no 306/02, que estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de
141 auditorias ambientais.

142 **Matéria aprovada sem emendas**

143 **7.3** Publicação ad referendum da Resolução CONAMA no 388/07 que convalida as Resoluções do
144 CONAMA que dispõem sobre estágios sucessionais de vegetação de Mata Atlântica, para fins do
145 disposto no art. 4o § 1o da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

146 **Matéria aprovada sem emendas**

147 **7.4** Proposta de Resolução que dispõe sobre o descarte contínuo de água de processo ou de produção
148 em plataformas marítimas de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

149 Processo nº [02000.000344/2004-86](#) - Padrões de emissão de óleos e graxas em plataforma marítima
150 de exploração de gás e petróleo.

151 Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

152 Procedência: 19ª Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, em 9 e 10 de maio de 2006, e
153 30ª Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, em 17 e 18 de outubro de 2006.

154 Objeto: **Proposta de Resolução**

155 Relator: Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental

156 **Pedido de vista solicitado por entidades da Sociedade Civil, tendo como primeiro signatário**
157 **representação das Entidades Ambientalistas da Região Nordeste – IMARH, e pelo Ministério de Minas**
158 **e Energia.**

159 **7.5** Proposta de Resolução que dispõe sobre os critérios para a determinação de espécies silvestres a
160 serem criadas e comercializadas como animais de estimação

161 Processo nº [02000.001100/2004-11](#) - Termo de Depósito Doméstico Provisório de Animais Silvestres,
162 Critérios para a venda de Animais Silvestres como Estimação e Proteção contra Maus-Tratos aos
163

169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231

Animais.

Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Procedência: 8ª Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros, em 15 de março de 2006, e 31ª CT de Assuntos Jurídicos, em 7 e 8 de novembro de 2006

Objeto: **Proposta de Resolução**

Relator: Presidente da Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros

Pedido de vista solicitado por Entidades da Sociedade Civil, tendo como primeiro signatário a representação das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste/AMDA

7.6 Proposta de Resolução que Dispõe sobre a gestão compartilhada de Unidade de Conservação com OSCIP.

Processo nº [02000.003674/2005-12](#) - Grupo de trabalho para propor Resolução que oriente os órgãos do SISNAMA no estabelecimento da gestão compartilhada de UC's com OSCIP's.

Interessado: CONAMA

Procedência: 9ª Câmara Técnica Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas, 19 de outubro de 2006 e 32ª Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, em 7 de fevereiro de 2007

Objeto: **Proposta de Resolução**

Relator: Presidente da Câmara Técnica de Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas

Pedido de vista pelas Entidades Ambientalistas da Região Nordeste/GERC e pelo Ministério da Justiça

DIA 26/04 – TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS DA REUNIÃO PLENÁRIA

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA

Bom dia a todos. Nós vamos dar início a esse segundo dia da plenária e enquanto completamos o quorum com um espaço para que o Diretor do IBAMA que está aqui presente, o Luiz Felipe, apresente um informe que está previsto na pauta. O informe que o Luiz Felipe Diretor de Licenciamento o ponto 8.1 da pauta que é o processo que se refere ao requerimento de informação sobre o processo de licenciamento das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio a serem instaladas no Rio Madeira no Estado de Rondônia. O interessado que solicitou essa informação foi o Luis Carlos Maretto da Entidade Ambientalista da Região Norte, quero solicitar ao pessoal da Secretaria do CONAMA que faça um pente fino lá fora e peçam aos convidados e Conselheiros para se dirigirem à plenária para a gente dar início ao informe. Vou solicitar que o Marcelo e Fernando possam, por favor chamar o interessado que não está aqui.

Luis Felipe – Diretor de Licenciamento/ IBAMA

Bom, bom dia senhoras e senhores. Eu pretendo fazer uma apresentação sobre o licenciamento ambiental, um relato sobre o licenciamento ambiental. Nós fizemos um histórico do licenciamento e depois eu vou responder as perguntas que constam do requerimento e a partir daí fico à disposição. Não sei se o regulamento prevê perguntas sobre as instâncias que estão levantadas, mas eu fico à disposição se isso se fizer necessário. O processo de licenciamento das duas hidrelétricas do IBAMA começou em 2003 com abertura do processo administrativo de 20 de agosto de 2003. Em 14 de maio nós tivemos uma reunião pública em Porto Velho para discussão da minuta do termo de referência. Isso foi em acordo com a empresa. Em 23 de setembro o IBAMA encaminha a versão final do termo de referência para a versão. Em 30 de maio Furnas protocola o requerimento de licença prévia juntamente com o Eia Rima na mesma oportunidade de avaliação ambiental estratégica. Em 29 de 12 de 2005 funda-se o protocolo para a prefeitura municipal de Porto Velho em Rondônia e Pará do Amazonas, gerencias executivas do IBAMA em Porto Velho, Manaus, e FUNAI. De 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 2004 o IBAMA realizou uma vistoria na área de influência das duas hidrelétricas e em 24 de fevereiro de 2006 solicitou adequação dos estudos. Em 28 de abril Furnas entregou ao IBAMA complementações solicitadas. Em 26 de junho o IBAMA concluiu que não foram satisfatórias e em 7 de agosto Furnas entrega a revisão das complementações, e em 11 de setembro o IBAMA aprova o conteúdo das complementações. De 18 a 21 de setembro de 2006 foi realizada nova vistoria na área de influência do empreendimento e em 25 de setembro foi publicado o edital de disponibilização do Eia Rima e abertura de prazos para pedidos de audiências públicas. Em 8 e 9 de novembro foram realizadas audiências públicas no distrito de ABUNA e MUTUM Paraná em caráter liminar. Dia 10 de novembro a audiência pública do distrito de Jaci Paraná foi realizada a partir de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal aqui da região que autorizou realização dessa e demais audiências para discutir o empreendimento e compareceram à audiência quase 800 pessoas. Em onze de novembro realizamos a audiência pública em Porto Velho com a presença de 1100 pessoas e em 14 de novembro foi publicado o edital de convocação para realização das audiências suspensas por decisão judicial e em 27 de novembro houve a participação de representantes da equipe técnica

232 do IBAMA. Na audiência pública promovida pelo Ministério Público e Estado de Rondônia de apresentação do
233 relatório de análise dos conteúdos de estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental em Santo
234 Antônio e Rio Madeira. Esse relatório foi um resultado de um termo de compromisso e sabem que o consórcio
235 empreendedor e o Ministério Público de Rondônia que foi o que sempre o consórcio financiou a organização
236 desses estudos que redundaram nesse relatório. Em 29 de novembro, nós realizamos a audiência pública no
237 distrito com a presença de 404 pessoas assinando a lista de presença. Em 30 de novembro a audiência pública
238 no Distrito do Paraná com a presença de 669 pessoas e em 3 de novembro o Ministério Público protocolou o
239 relatório de análise do conteúdo dos estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental nos
240 aproveitamentos. Em 25 de janeiro nós realizamos uma reunião pública que havia sido um compromisso das
241 audiências públicas realizadas uma reunião pública da área proposta para o barramento das duas hidrelétricas,
242 principalmente essa aqui de Santo Antônio. Em 12 de março foi protocolado um parecer de análise de estudos
243 ambientais e entendimentos do Rio Madeira e faz parte do processo. Em 21 de março foi emitido o parecer
244 técnico 14 de 2007 da nossa coordenação de licenciamento de hidrelétricas e transposições e em 30 de março
245 foi emitido o despacho do diretor de licenciamento ambiental. Esses, tanto o parecer técnico quanto o despacho,
246 já estão agora na Internet disponibilizados para que todos possam ter acesso. E, houve um certo debate na
247 imprensa do porque não estavam disponibilizados, é porque o parecer não foi ocorrido na íntegra, nesse
248 despacho do dia 30 houve uma solicitação à equipe técnica que reformulasse muito em função do que havia sido
249 pedido nesse despacho, nesse parecer técnico, porque o encaminhamento seria ou a reformulação do EIA ou
250 um novo EIA e as duas estavam colocadas. E pelo entendimento da direção, nós teríamos agora um período,
251 uma possibilidade pós-audiências públicas de novas complementações com a participação do empreendedor.
252 Então, por isso o parecer não estava disponibilizado ao público. Depois desse período de 30 de março até
253 agora, e nós estamos em 26 de abril, foram realizadas reuniões técnicas, foram propostas entre MMA e MME
254 para a discussão de aspectos relativos ao nosso parecer técnico e tentando buscar soluções técnicas ou
255 esclarecimentos técnicos a respeito das questões que foram colocadas pelo IBAMA. E essas reuniões não
256 fazem parte do processo de licenciamento, mas foram reuniões que buscaram esclarecer as dúvidas levantadas
257 e tentar ver caminhos, inclusive orientando as próprias complementações. Nessas reuniões e nessa fase foram
258 encaminhados pareceres técnicos de outros especialistas que não fariam parte do processo e que farão parte da
259 equipe técnica nesse momento de complementações discutidas e depois solicitadas ao empreendedor. Então,
260 esse é o estágio do processo de licenciamento das duas hidrelétricas, e passo agora a responder as questões
261 do requerimento para que nós possamos ter um entendimento mínimo sobre as questões. Então, uma das
262 questões colocadas é o processo de licenciamento das Hidrelétricas Santo Antônio do Rio Madeira de sociedade
263 civil de várias partes do país da Resolução 66. Item 16789, contemplar todas as alternativas tecnológicas de
264 localização do projeto contemplando com a hipótese de não execução do projeto. Essa questão é tratada, mas
265 talvez nós tenhamos por parte das organizações ambientais que assinam essa questão uma discussão que não
266 cabe especificamente ao licenciamento ambiental de cada empreendimento. Ou seja, discutir o modelo
267 energético que vai ser aplicado no país, porque são aquelas hidrelétricas, não são outras, porque não são outras
268 fontes de energia que vão ser utilizadas, mas isso que devem ser discutidas em outros fóruns. Não podemos
269 resolver isso na questão de cada empreendimento com cada empreendedor que solicita essa questão. Então,
270 por isso o IBAMA seguiu e não foi considerado nenhum impeditivo, seguir tratando que foram requeridos ao
271 IBAMA. A segunda questão é considerando que do projeto do complexo Rio Madeira fazem parte duas
272 hidrelétricas, as recomendações do trecho e o sistema de transmissão associado de Rondônia, Araraquara e
273 São Paulo aproximadamente 2500 quilômetros. Novamente aqui, temos que ressaltar os limites do
274 licenciamento. O licenciamento é inerte, depende de requerimento de empreendedores que querem fazer obras.
275 No caso, nós temos requerimento de um consórcio que está solicitando uma licença prévia para duas
276 hidrelétricas. A previsão de deixar no projeto a previsão de uma, mas ela não está solicitada e não há nenhuma
277 solicitação para uma hidrovia nesse trecho não navegável do Rio Madeira em trâmite no IBAMA. Então, eu não
278 posso associar ao projeto mesmo que sejam projetos de planejamento em outros Ministérios, se não há
279 requerimento, não há empreendedor interessado e oficialmente isso não existe para o IBAMA dentro do
280 processo de licenciamento. Com relação à linha de transmissão associada nós solicitamos um estudo por onde
281 passaria essa futura linha de transmissão, mas a linha de transmissão, também aí, entram limites do
282 licenciamento ambiental e todos devemos ter clareza disso. A linha de transmissão é um outro empreendimento,
283 é um outro empreendedor que vai solicitar isso num momento adequado e nós teremos um estudo de impacto
284 ambiental específico para essa linha. Não posso exigir de um empreendedor que não é empreendedor do outro
285 empreendimento, que faça a análise desse projeto junto. Nós tivemos isso sim na inviabilidade do
286 empreendimento, análise do corredor por onde passaria essa linha, para avaliar o potencial impacto associado
287 no impacto indireto, porque no futuro nós teremos implantação desse outro empreendimento, mas é impacto
288 indireto, não é impacto deste empreendimento. Outra questão já respondendo esse outro considerando, o
289 insisto em parte dissociado do complexo do Rio Madeira, previsto dos três estados brasileiros. Então novamente
290 eu relato esse é outro empreendimento com outro empreendedor e na medida que ele quer ser solicitado, ele vai
291 ser analisado do ponto de vista da sua inviabilidade ambiental para o seu passado. Considerando que nos
292 estudos da área de influência indireta dos empreendimentos os impactos da Bacia Hidrográfica do Rio Madeira
293 na Bolívia, não foram contemplados e não tínhamos como ter essa avaliação antes do fechamento do parecer
294 técnico. Ou seja, nós seguimos com essa análise, porque havia informações que nós não teríamos impactos em
295 território boliviano. Pelo nosso parecer técnico, demonstra que há ocorrência de impactos no território boliviano

296 e impactos também na questão de. Então, agora essas questões foram parte do parecer técnico e do despacho
297 que eu fiz à Procuradoria Geral do Instituto para que nós possamos verificar a possibilidade de exigir algum
298 estudo em outro país, se há possibilidade para a nossa legislação. Não é claro, e em princípio não coloca
299 nenhuma possibilidade de exigência desse tipo de estudo. E se não for possível de que forma poderíamos dar
300 seqüência ao estudo secundário com outras informações? E existe ainda uma discussão que pode ser melhor
301 definida nas complementações e foi trazido nessas reuniões técnicas que nós tivemos depois do parecer, que
302 haveria a possibilidade de não ocorrência dos impactos, apesar de descritos no EIA e complementações, haveria
303 possibilidade de não ocorrência dos impactos e isso ficava melhor demonstrado no ponto de vista técnico do
304 processo. Pode ser considerado e verificada a não necessidade desses estudos, mas hoje o nosso parecer
305 contempla essa questão. A outra consideração a hidrovia e o sistema de transmissão associado integra a
306 carteira de projetos do eixo Peru e Brasil, e esses qualquer empreendimento que tenha impacto mais do país a
307 única questão que leva é o licenciamento ser feito pelo órgão federal, isso já está ocorrendo. Os
308 empreendimentos, como eu falei, nós temos o limite do licenciamento. Ou seja, eu não posso na análise de um
309 processo exigir a análise de outros projetos que não sei nem se serão recorridos no dia. Fazem parte do
310 planejamento do país, mas podem ou não ser recorridos ou podem ser recorridos daqui 10, 20 ou 30 anos. Não
311 tenho como fazer licenciamento ambiental de cada projeto, uma avaliação e não o licenciamento ambiental,
312 considerando que Peru e Bolívia, deveriam ter sido ouvidos no processo do Rio Madeira, mas essa é uma
313 questão que foge à alçada do licenciamento ambiental. Se nós tivermos e há no nosso parecer técnico EIA, a
314 avaliação de possíveis impactos nesses países, nós teríamos a necessidade do Ministério de isso já nas
315 complementações foram confirmados esses impactos, haverá necessidade de que o Ministério das Relações
316 Exteriores possa fazer contatos com esses países verificando a possibilidade de seqüência do processo. O
317 outro considerando era que o diagnóstico ambiental apresentado no EIA RIMA das hidrelétricas conteúdo de
318 estudos ambientais e isso o nosso próprio parecer já completou, e isso quero colocar a vocês. Só podemos
319 afirmar depois que a equipe técnica completa o parecer. E hoje, o IBAMA concorda que o diagnóstico ambiental
320 ainda é incompleto, e nós sabemos da complexidade da instalação do empreendimento desse porte no rio e
321 desse porte na Amazônia com muito desconhecimento ainda sobre a região, a equipe se manifestou nesse
322 parecer e não haveria possibilidade agora de declarar inviabilidade ambiental do empreendimento. Nós teríamos
323 que ou ter a equipe sugerindo novo EIA, e nós entendemos na direção que é um momento de complementações,
324 mas de qualquer forma concordamos com a equipe que não é possível atestar inviabilidade ambiental do
325 empreendimento nesse momento emitida na sua licença prévia. Considerando o dimensionamento da área de
326 influência direta e indireta excludente quanto à Bacia Hidrográfica do Rio Madeira que está em território
327 boliviano. E nós temos agora uma consulta à Procuradoria Geral para que nos esclareça a forma de trabalhar
328 com o entendimento que tenha esse tipo de influência da bacia para o empreendimento e do empreendimento
329 para a bacia também na questão do meio biótica. Considerando que a inclusão no processo de desenvolvimento
330 que caracterizam passivamente o EIA RIMA dos sistemas ambientais e com isso nós não concordamos, o
331 empreendimento que avaliamos são duas hidrelétricas e não posso obrigar que outros empreendedores sejam
332 considerados do mesmo empreendimento. Então, se alguém vier solicitar hidrovia vai solicitar o requerimento
333 para hidrovia e o requerimento é uma outra licitação e outro empreendedor, e nós vamos ter outro estudo e
334 então essa questão é mais uma, mas como é citada várias vezes aqui é importante fazer a consideração.
335 Considerando que permite o empreendimento como um todo e no caso não há nossa concordância com essa
336 afirmação, já foi esclarecida que na próxima plenária do CONAMA estariam os fatos mencionados. Da nossa
337 parte são esses esclarecimentos sobre o licenciamento ambiental desses empreendimentos, e eu passo a
338 palavra para o Nilo, se houver possibilidade de perguntas e questionamentos, não sei como o CONAMA trabalha
339 com essa parte de informes, mas era esse questionamento que a gente gostaria de deixar.

340
341 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**
342

343 O Conselheiro está pedindo intervenção, a Conselheira Zuleica, mas eu estou achando que seja conveniente a
344 gente já ouvir o informe também do Ministério Público Estadual também aqui presente, porque o tema é o
345 mesmo. Eu gostaria que o Luiz Felipe também ouvisse o informe e acompanhasse também o informe do
346 Ministério Público, porque ele também interferiu de certa maneira no processo do IBAMA de análise do EIA
347 RIMA do estadual e então acho que alguma questão pode surgir também a partir da intervenção do IBAMA e do
348 Ministério Público Estadual. Sim, Conselheira.

349
350 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientistas da Região Sul - APROMAC**
351

352 Eu acho que os dois requerimentos são diferentes, são duas instituições diferentes, um requerimento do
353 licenciamento e a gente gostaria de discutir primeiro em separado e o segundo é sobre uma outra instituição, o
354 Ministério Público que fez um termo com o consórcio ambiental que não tem nada a ver com o IBAMA. Eu
355 proponho que a gente separe e faça o debate e libere, e em seguida a gente vê o outro.

356
357 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**
358

359 OK, se o plenário está de acordo. Alguém estaria contrário e se manifesta contrário a essa proposta da

360 Conselheira? Não? Então vamos encaminhar como de praxe. Vamos ver quais Conselheiros querem fazer
361 intervenção sobre esse tema, especificamente dessa apresentação que foi feita. Conselheiro Cláudio Junqueira,
362 Conselheiro Maretto, Conselheira Zuleica. É isso? Vamos propor três intervenções e em seguida o doutor Luiz
363 Felipe se manifesta e em seguida passamos para o Ministério Público Estadual. Correto? Temos acordo assim?
364 Porque nós já estamos quase alcançando quorum e acho que a gente tem que retornar logo para a ordem do
365 dia, e portanto nós vamos abrir então três intervenções. O Maretto foi o primeiro que pediu e em seguida a
366 Conselheira Zuleica e depois o José Cláudio. Também antes só um pedido aqui para os Conselheiros que ainda
367 não assinaram eventualmente a lista de presença hoje, ela precisa ser assinada também para a gente conferir
368 quorum.
369

370 **Luiz Carlos Maretto – Entidades Ambientalistas da Região Norte - KANINDÉ**

371
372 Luiz Carlos Maretto Entidades Ambientalistas da Região Norte. Eu gostaria que o colega do IBAMA
373 esclarecesse qual foi o critério utilizado para definir a escala de influência das áreas diretas e indiretas. Porque
374 pelo o que a gente sabe a área de influência direta praticamente Porto Velho um trecho de 260 quilômetros e a
375 área de influência indireta, ela não se estende muito além dos arredores de Porto Velho. Pelo o que a gente
376 sabe foi com muito estudo, no caso de Porto Velho até a boca do Rio Amazonas nada foi feito e a gente sabe,
377 porque várias populações Ribeirinhas, várias colônias de pescadores, toda a questão vai ser afetada desde a fóz
378 do Amazonas até o Rio Madeira e também vai ser afetado porque os peixes sobem, passam pelas cachoeiras e
379 então foi feito estudos bem no montante também das hidrelétricas. Então, essa área de influência indireta está
380 pouco abrangente, não cobre na integridade os impactos que serão causados, e eu queria saber o critério
381 adotado para definir a escala da área de influência direta e indireta. E outra pergunta que eu faço, você coloca aí
382 que hidrelétricas são um e linha de transmissão é outro. São coisas separadas, mas no entanto quando a gente
383 realiza o rima a gente percebe que no arranjo estrutural do empreendimento consta perfeitamente as reclusas,
384 canais de navegação, complemento, todo o arranjo estrutural foi projetado para que o Rio Madeira se torne um
385 rio navegável, e gostaria que você explicasse isso aí também.
386

387 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC**

388
389 Antes de fazer a pergunta, eu queria fazer uma observação. Esse item do informe está na pauta, e então eu
390 gostaria que fosse dado o máximo de tempo possível e necessário para esse debate. Não é porque está feito o
391 quorum que nós vamos correr para terminar isso aqui rápido, três intervenções. Isso aqui é um assunto muito
392 importante, envolve toda a sociedade brasileira, toda a sociedade está preocupada com o Rio Madeira, não é um
393 assunto local, é um assunto um complexo internacional e nós gostaríamos que todo o tempo fosse concedido,
394 considerando que inclusive hoje a pauta está tranqüila. E, então eu gostaria de fazer uma pergunta a respeito de
395 novo do que a doutora Telma chama dos impactos teleguiados. A área de influência direta ela ficou muito
396 surpresa e escreveu um texto sobre isso, onde ela diz que majoralmente toda a área de influência direta do
397 empreendimento eles terminam exatamente onde começa a fronteira da Bolívia. Como se a natureza já
398 estivesse prevendo que ia ter uma fronteira, e ali então embora na Resolução do CONAMA e licenciamento fale
399 que impacto tem que se cobrir toda a bacia. Então, se ela como uma bacia internacional, então desde o início
400 das negociações com os outros países, legislação, a experiência teria que ter sido a primeira, o primeiro passo
401 para começar o licenciamento. Então, o termo que se usa no requerimento, deslizamento parcelado, ele houve,
402 o empreendimento foi cancelado não se faz isso com a natureza, não se parcela natureza e não se decide sobre
403 impactos que não fazem nenhum sentido e não tem razão de ser do ponto de vista da natureza. Outra questão
404 são as linhas de transmissão. Se você está tratando de um complexo dentro de um que é a iniciativa por uma
405 infra-estrutura regional sulamericana, esse complexo do Rio Madeira que comanda as hidrelétricas, Santo
406 Antônio, a hidrovía e o sistema por transmissão associado, isso está lá no site do ISA, porque essas três, vamos
407 dizer, obras, complexos de obras que forma o complexo do Rio Madeira, eles integram a carteira de projetos do
408 eixo Peru, Brasil e Bolívia. Então como o sistema de transmissão, por exemplo, se ele faz parte do complexo?
409 Então, se é outro empreendedor, que o consórcio que vai construir as hidrelétricas faça um acordo com todos e
410 forme um consórcio maior e promova, mas não poderia ter o IBAMA aceitado essa condição de refém do
411 parcelamento por conta do fato de que são empreendedores diferentes. Isso não atende e não responde.
412 Então, eu mantenho essa pergunta sobre a questão da influência direta e como ela pode ser determinada com a
413 fronteira como é o caso de Mauá. No caso que nós vamos discutir hoje a Usina Hidrelétrica de Mauá aconteceu
414 a mesma coisa. O fenômeno do impacto teleguiado e então o impacto termina onde começa a reserva indígena,
415 de modo que Mauá hoje está sendo licenciado pelo Estado do Paraná quando devia estar sendo licenciado pelo
416 IBAMA, mas é que o impacto foi programado para começar e terminar em local pelos seres humanos. Então
417 fica a minha pergunta. Poderia o complexo Madeira que integra três grandes obras, três grandes frentes de
418 intervenção que congrega carteira, poderia ser parcelado esse licenciamento e como se explicam os impactos
419 teleguiados?
420

421 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

422
423 José Cláudio Junqueira do Governo do Estado de Minas Gerais. Bom dia. Eu quero fazer uma pergunta e um

424 comentário. A pergunta, Luiz Felipe, na sua transparência você coloca lá cronologia do processo administrativo
425 e você coloca dia 30 de março o despacho do diretor. Um despacho para quê? Eu queria saber onde o processo
426 foi parar. Você despachou e deu para quem? E o comentário é que quando o Luiz Felipe fala que o IBAMA é
427 questionado que ele não está cumprindo a norma, e não está mesmo, porque a Resolução CONAMA 0186 diz
428 que tem que se contemplar todas as alternativas, e inclusive o direito de se construir. E ele diz que não é
429 possível porque teria que ser, eu concordo com ele, mas isso é o que está na norma. Isso e outras coisas mais.
430 Quer dizer, esse problema não é só do IBAMA, mas a gente não fica muito no IBAMA verificando também todos
431 os estados. Nós e aí é muito mais uma autocrítica, porque eu participei disso na de 1996, nós, ao fazermos a
432 transposição ou a transcrição do americano para a normativa brasileira, nós cometemos uma série de equívocos
433 que o seminário de 25 anos da legislação ambiental foi colocado com muita clareza. Quer dizer, nós precisamos
434 rever nossos conceitos. A Resolução do CONAMA 086 disse contemplar todas as alternativas e estava fazendo
435 até hoje porque se você tem contemplado com outras é uma coisa infundável. Agora, não é desculpa dizer,
436 porque nós não temos um planejamento, porque o grande problema é a falta de planejamento do país e toda a
437 sociedade civil e os segmentos que acompanham órgãos governamentais, nós encontramos no licenciamento
438 ambiental e inclusive a falta de planejamento do país. Então, é por isso que nós estamos discutindo outras
439 alternativas do Rio Madeira, e por isso que cada hidrelétrica e cada empreendimento, nós vamos levar toda a
440 discussão que deveria já estar resolvida no planejamento. Quer dizer, nós só vamos conseguir solucionar essa
441 questão com uma normalização ou mesmo sem organização de uma normalização estratégica, que o país defina
442 qual é a matriz energética do país, qual que está definida? É o gás termoelétrica na Amazônia. Quer dizer, é
443 claro, entendo eu, porque eu vivencio o órgão ambiental e ele fica com uma carga para resolver que ele não tem
444 capacidade instalada e nem tem competência legal para resolver esse problema, mas a bomba estoura aí. Mas
445 enquanto não repensarmos, a bomba vai estourar aí mesmo e você vai ter que resolver essa bomba como eu e
446 outros que trabalhamos em órgãos ambientais. Então, a questão da bacia que foi colocada, estão previstos na
447 norma também, e aliás, essa é uma crítica que eu tenho ao IBAMA repetidamente, de todos os termos de
448 referência não considerar a bacia. E essa inclusive continua sendo a nossa grande crítica para o projeto de
449 transposição do São Francisco. Não adianta querer pensar que é difícil e complicado, eu sei que as pressões
450 são. Agora, eu acho que essa crise do Rio Madeira ela espera pelo menos que sirva para que a gente avance,
451 porque o pessoal do seminário diz que o licenciamento ambiental é um herói e um vilão. Eu acho que não é
452 nenhum dos dois, é uma vítima, nós estamos querendo colocar no licenciamento ambiental a panacéia do
453 licenciamento ambiental no país. Ele não está desenhado para isso e não vai resolver isso. Obrigado.

454

455 **Luiz Felipe – Diretor de Licenciamento/IBAMA**

456

457 Vamos passar para as respostas das perguntas. Com relação à área de influência que responde o que a
458 Conselheira Zuleica colocou e a questão que eles chamam de impactos teleguiados, são informações que o
459 empreendedor coloca no processo de licenciamento e que são avaliadas pelo EIA. Na nossa avaliação quando
460 fechamos, nós concluímos que há impactos na Bolívia. Então não há do IBAMA hoje uma negativa com relação
461 a isso pelos dados que são colocados no processo, existem esses impactos. O que nós estamos vendo, e aí é
462 uma limitação e respondendo um pouco a limitação do estudo na bacia não podemos determinar estudos em
463 outros países. Estamos tentando resolver com nossa procuradoria é uma questão do lado de difícil Resolução,
464 porque eu não posso determinar o empreendedor que entre na Bolívia para fazer determinados estudos, só
465 posso cumprir a legislação no meu país, a legislação brasileira é aplicável ao Brasil, não é aplicável à Bolívia e
466 nem ao Peru. Então, nós temos limitadores sérios para fazer avaliação da bacia como um todo que ela está em
467 boa parcela fora do país. Então, esse é concreto que coloca essas questões de licenciamento à medida que nós
468 vemos aqui impactos nos países, quem é que licencia? Não seria o Brasil, embora essa é a dificuldade que se
469 coloca e que muitos movimentos sociais colocam ao órgão ambiental que ele não tem solução para isso. Não
470 temos solução fácil, e isso estamos discutindo se de fato forem confirmados impactos que estão colocados nas
471 complementações e territórios de outros países e também o estudo que o Ministério Público fez. Eu acho que o
472 Ministério Público vai poder relatar isso o próprio estudo que o Ministério Público encaminhou, constam lá
473 impactos ambientais diretos em outros países, principalmente na questão e na Bolívia, nós temos um problema
474 também territorial de impactos territoriais no limite com a Bolívia. Foi avaliada pelo IBAMA no seu parecer e ter
475 acesso ao parecer, eu acho que não vou ficar descrevendo porque não faz parte da minha avaliação repetir a
476 avaliação técnica da nossa equipe. Mas o parecer está no site, a gente pode acessar e ter uma avaliação do
477 posicionamento da equipe técnica do IBAMA com relação a isso. Com relação a considerar a bacia eu já
478 coloquei, nós temos colocado sempre avaliação da bacia. Evidente que a avaliação da bacia é o que importa
479 para avaliação do empreendimento, e é uma questão da equipe técnica que está fazendo essa análise. Qual a
480 necessidade de estudos na bacia para discussão da inviabilidade ambiental daquele empreendimento? Porque
481 aí eu não posso colocar de novo aquela questão muito bem colocada sobre a discussão do todo na área. Eu
482 quero discutir todas as questões que estão ocorrendo na bacia em função de um empreendimento. Não dá.
483 Não posso sequer repassar esse custo para o empreendedor. Eu acho que temos que fazer uma discussão e
484 acho que está na hora de se fazer essa discussão. Ou seja o que nós vamos exigir para cada empreendimento,
485 porque essa questão mesmo que a Conselheira fala. O não é empreendedor para nós, não foi ele que solicitou
486 o licenciamento. Se eu estou licenciando uma rodovia e vou ter lá depois outros empreendimentos que são
487 licenciáveis, eu não posso licenciar o conjunto que eu não sei nem quem são os empreendedores, e não sei se

488 devem se dirigir a mim, ao órgão municipal, estadual, infelizmente são limites do licenciamento ambiental. Se
489 coloca os licenciamento ambiental de tamanha aura que parece que tem mais poder que governadores de
490 estado e presidentes da república, no sentido de resolver todos os problemas. Estávamos tratando o problema
491 de uma reunião das hidrelétricas e que as comunidades indígenas que tem impactos indiretos nesse
492 empreendimento queriam como reivindicação ao licenciamento a ampliação das suas terras. E a inclusão de
493 algumas outras áreas. Bem, faz isso ao órgão ambiental como se fosse o Governo. Eu não sou governo. Eu
494 sou órgão ambiental que estou tratando aprovação de determinado empreendimento, e então são limitações do
495 licenciamento. Não posso no licenciamento resolver, e nós temos sempre dito isso para as pessoas, não
496 tratarem da questão pública querendo discutir o modelo energético, o modelo de transportes e de
497 desenvolvimento das sociedades e relações de consumo, eu não consigo, não tem como dar solução para isso
498 na audiência pública de cada empreendimento. Aí é uma questão maior do país, mas que desemboca na
499 discussão do empreendimento. Com relação a quem foi no despacho, o Walter para que a equipe pudesse
500 reorientar o parecer nas conclusões que a direção entendeu como não adequadas. Isso já foi para a equipe, já
501 foi passado para a equipe, só para dar um relato mais fino do que já aconteceu, a equipe já colocou quais são os
502 pontos, já reavaliou quais são os pontos principais para análise de recomendação, e inclusive para consulta a
503 especialistas que nós estamos buscando contratar junto com o Ministério do Meio Ambiente e para que
504 possamos ter de fato uma complementação que possa tirar as dúvidas necessárias à avaliação de inviabilidade
505 desses dois empreendimentos. Então, a equipe já repassou quais são os pontos principais e nós estamos agora
506 na fase de contratação de especialistas internacionais nessa área amazônica como segmentos e de mercúrio
507 também para que possamos ter essas dúvidas sanadas.
508

509 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

510
511 Desculpa, tem mais um pedido e no caso já de Conselheiro que já se manifestou. Um requerimento apresentado
512 à mesa é o requerimento de informação sobre o processo de licenciamento das hidrelétricas de Santo Antônio
513 geral. A informação foi prestada. A mesa tradicionalmente abre a palavra para que manifestações dos
514 Conselheiros sejam agregadas ao coletivo, ao plenário dos Conselheiros, mas nós não podemos confundir esse
515 requerimento de informação com discussão sobre um processo. Nós não estamos fazendo aqui uma discussão
516 de matéria a ser votada ou a ser deliberada pelo CONAMA. Essas manifestações elas vêm no sentido de que
517 outros Conselheiros tenham informações a agregar à apresentação que foi feita pelo convidado e essas
518 informações são relevantes para o conjunto, para o plenário do CONAMA. Como não se trata de debate sobre o
519 tema, a mesa gostaria de ouvir o plenário sobre a condução. Se nós vamos abrir aqui um debate sobre o tema
520 ou se nós vamos nos ater ao requerimento de informação que for aprovado pelo plenário.
521

522 **Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça - Entidades Ambientalistas da Região Sudeste - VIDÁGUA**

523
524 Eu gostaria de me manifestar no sentido que essa é uma matéria relevante que ocupa grande espaço na mídia
525 nacional, a sociedade quer discutir essa matéria, eu acho que inclusive o doutor Luiz Cláudio foi muito feliz, eu
526 acho que ele acertou no sentido de que isso sirva de lição para que a gente possa avançar e melhorar o sistema
527 de licenciamento nesse país. Quem trabalha no setor não governamental ou mesmo quem está à frente do
528 licenciamento sabe as dificuldades que nós encontramos nesse setor, sabe as dificuldades técnicas, a pressão
529 política que é absurda em cima dos técnicos que tem lá uma guilhotina no seu pescoço, uma pressão para que a
530 licença seja deferida. Enfim, eu acho que é um tema relevante que esse Conselho tem que debater essa
531 presente matéria. Eu acho que nós temos que avançar nessa questão e acho que nós estamos aqui, somos
532 Conselheiros, os órgãos governamentais sabem as dificuldades do setor de licenciamento. Eu acho que é um
533 tema que nós temos sim que debater e nós não podemos nos furtar achando que isso é apenas um pedido de
534 esclarecimento. Resumindo isso como um pedido de esclarecimento. Isso é muito mais, é um debate hoje
535 nacional, a mídia nacional coloca hoje que as mudanças que foram lançadas ontem pela Ministra Marina Silva,
536 foram em decorrência do licenciamento do Madeira. E, então a gente precisa esclarecer essa questão. Eu acho
537 que não dá mais para ter pressão política, o licenciamento tem que ter a liberdade para poder fazer da melhor
538 forma possível. Se tecnicamente for viável o empreendimento, que ele seja licenciamento. Se não for viável
539 comparado, enfim, com uma série de outras variáveis, que seja indeferida a licença. Licença ambiental não é
540 cartório. No Brasil, estão achando que o licenciamento ambiental é cartório. Vai lá, tira a licença e faz o negócio.
541 Não, não é assim. O licenciamento serve para dizer se o empreendimento é viável ou não, e acho que chegou o
542 momento do Conselho se aprofundar nessa questão.
543

544 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC**

545
546 Eu fiz uma demanda ao plenário antes da palavra do Rodrigo que pediu para opinar sobre essa demanda. A
547 opinião é que deveria sim debater.
548

549 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

550
551 Eu queria propor ao plenário que nós nesse momento aqui identificados todos os Conselheiros que querem se

552 manifestar sobre o assunto e fechar as inscrições para manifestações. A Zuleica pediu manifestação, o Sérgio
553 pediu, Luiz Augusto, Rosalvo. Fechamos aí as manifestações?

554
555 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC**
556

557 Eu gostaria de me referir justamente às palavras do José Cláudio. Esse é o ponto de conflito. São dois pontos
558 que eu queria levantar. Porque só no licenciamento que os conflitos aparecem. Porque nós só avançamos na
559 democracia no Brasil pelo licenciamento. Vocês podem ver que não temos todos os impactos sociais, são
560 gravíssimas as hidrelétricas, termoeletricas, não temos todo um mecanismo e aparato para garantir o respeito ao
561 cidadão nesse sentido e então o respeito ao cidadão se baseou, então hoje nós temos um único mecanismo que
562 é através do respeito ao Meio Ambiente. E esse é um ponto que tem que ser resolvido e debatido, esse é o
563 Conselho para se debater. Se nós estamos aqui todos sendo alvo dos impactos teleguiados do Governo Federal
564 é porque o Governo Federal é autoritário, obviamente. Porque não quer desenvolver outros mecanismos para
565 facilitar a discussão desse cenário. Então, ao canalizar apenas um licenciamento, toda a pressão ocorre sobre o
566 IBAMA, sobre o Ministério do Meio Ambiente, sobre a Ministra e fica essa fuleiragem toda aí no jornal, de que o
567 Meio Ambiente é um entrave para o desenvolvimento. Todo um discurso distorcido, quando na verdade, a gente
568 sabe que até da sociedade que ainda não saiu da ditadura e a gente ainda está lá. Hoje até inclusive um texto e
569 uma defesa muito bem feito por um cientista político. E o segundo ponto é esse. Bom, eu acho que já falei os
570 dois pontos. O entrave do IBAMA, o IBAMA é o entrave, porque na verdade toda a sociedade tem o direito de
571 discutir apenas durante o licenciamento. As audiências não são deliberativas e o IBAMA se vê obrigado, por
572 exemplo, a fazer esse papel triste de aceitar o impacto termo guiado de uma avaliação de uma área de influência
573 teleguiado. Não pode entrar no outro país, mas é obrigado a fazer o licenciamento, e tenho certeza que se o
574 IBAMA pudesse agir com autonomia não teria nem começado o processo. Sabe que o complexo envolve uma
575 bacia internacional. Não poderia ter começado. Isso aí foi obrigado a fazer, porque a discussão não foi pública.
576 A matriz que você fala e temos um grande do que é prioritário ou não é, não é o Ministério das Minas e Energia e
577 a Casa Civil que têm que decidir. É a sociedade brasileira, porque isso vai impactar populações locais e
578 ecossistemas preciosos que são assunto de segurança nacional inclusive. Então, eu estou saindo um pouco da
579 discussão e quero agradecer a presença do Luiz, a gente sabe que o IBAMA agiu corretamente, apesar de todas
580 as ações e tudo isso é um teatro que se formou, porque não há liberdade hoje no Brasil. Nós somos o entrave.
581 Muito obrigado.
582

583 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**
584

585 Eu vou chamar três manifestações e pedir para o Luiz Felipe responda as indagações e depois chamar os outros
586 três. Sérgio.

587
588 **Sérgio Danilo**
589

590 Eu vou me ater exatamente a tentar completar informações. Eu trabalhei seis anos no Instituto Brasileiro da
591 Amazônia, e a minha tese foi sobre pesca no Lago dos Reis onde o nível da água subia quando tinha um ano e
592 descia dez metros. E, justamente fiz um estudo de cinco anos comparando produção pesqueira desse lago com
593 os pescadores estudando a variabilidade do rendimento durante a época de seca, cheia, média, vazando,
594 porque havia grandes discussões de que era ótimo pescar na seca ou era isso ou era aquilo. E aí na Amazônia
595 por características e a questão é importante por causa da alteração, evidentemente de qualquer hidrelétrica,
596 provoca uma alteração de fluxo e permanência, muitas vezes mantendo a estabilidade da área diminui o fluxo de
597 rio. E, obviamente isso pode caracterizar e muitas vezes é caracterizado, como sendo uma modificação na
598 natureza. E tudo o que é modificação na natureza, e esse é um ponto que é crucial na retórica, na idéia de que
599 tudo o que o homem faz prejudica a natureza e a natureza é perfeita. A natureza, senhores não é perfeita, ela
600 tem uma dinâmica muito clicada, se nós não tivéssemos feito, uma série de órgãos de engenharia, não estou
601 aqui fazendo apologia nem da modificação da natureza, mas sou da Fundação Brasileira de Conservação da
602 Natureza. Mas temos que verificar que certas atividades são necessárias de inserção de engenharia na
603 natureza, e essa inserção não obrigatoriamente causa impactos ou causa prejuízo. Tem uma série de medidas
604 nas represas hidrelétricas e essas não estudei aprofundamento nessa represa, mas tem uma medida de saída
605 pela lateral, o que é possivelmente e pode ser uma inviabilidade muito fácil de manter a migração dos barcos.
606 Se isso não for suficiente tem a segunda medida que é normalmente um atributo já dos projetos de represas,
607 que é se fazer um laboratório e isso funcionou e funciona. Tem experiências de reprodução dos peixes, de fazer
608 ajudar o peixe que ficou preso na represa para aquele que você possa ajudar ele a se reproduzir e colocar e
609 fazer o repasse, caso não possa haver um repasse natural um repasse artificial que recomponha principalmente
610 os migradores. Então, outra coisa é que os bagres da Amazônia, os grandes bagres, fazem fluxo nos rios todos
611 e não tem um indicativo, não se sabe ainda indicativos de peixes endêmicos que só ocorram, bagres ou outras
612 espécies que só ocorram na bacia do Madeira. Então, isso aí ficaríamos naquela história. Temos que levar mais
613 20 anos pesquisando. Aí o mundo não pára. Então, eu acho que uma coisa, só a título de informação que eu
614 fiquei preocupado aí, é justamente com a perspectiva de você estar trazendo e consultar pesquisadores
615 internacionais assim como eu há duas semanas estive no INPA, só no Instituto Nacional de Pesquisa da

616 Amazônia, tem mais de 250 teses de mestrado e doutorado sobre a Amazônia. Eu vim do Rio de Janeiro e
617 passei seis anos e têm brasileiros ali e talvez esteja numa certa, e às vezes você encontra um técnico super
618 qualificado do exterior, mas que tem uma experiência com bacias hidrográficas e com situações muito diferentes
619 do que da região amazônica. As situações são tremendamente diferentes. Então, eu só faço um apelo. Eu
620 como dos assuntos e aqui só como exemplo, tem um outro especialista representante aqui da SBPC, que
621 também poderá, e aí eu faço a solicitação a título de informação e colaboração com o IBAMA. E nessa questão
622 que evidentemente é uma questão séria que não vai ter só essa situação para que a gente talvez faça um grupo,
623 o IBAMA, eu listei um grupo de pesquisadores até voluntários que não tenham nada de obrigatoriamente ter que
624 gastar recursos, ninguém tentando vender serviços de consultoria, e principalmente pessoas que estejam
625 relacionadas ao CONAMA, para que se faça realmente uma análise melhor dessas questões de impacto e que,
626 por exemplo, a Bolívia pode ter, haver e a própria bacia. Melhoras, inclusive na produtividade pesqueira e um
627 acréscimo maior da economia pesqueira, que inclusive viabiliza a economia para as populações que ficarão em
628 tornou da barragem ou montante como foi explicado ali de acordo com o projeto. A não análise da barragem, é
629 porque o regime que vai ser estabelecido pela represa com um volume de água muito grande não vai o fluxo de
630 água a montante da represa, e então deste modo não se previu ou não se colocou os próprios técnicos do
631 IBAMA um estudo da represa até o entroncamento com o Rio Amazonas. Então, só fica mais a mensagem de
632 colaboração para que primeiro possa buscar em casa o que a gente às vezes vai tentar lá fora, e às vezes
633 complica mais, porque os especialistas estrangeiros podem criar outras controversas e outros problemas que
634 dificultam resolver a questão.
635

636 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

637
638 Eu queria solicitar aos Conselheiros que porventura não tenham assinado a lista de presença que o façam para
639 que a gente tenha uma informação correta sobre o quorum. Rosalvo.

640 **Rosalvo Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

641
642 Rosalvo do Ministério da Integração Nacional. Senhor Presidente, quando a gente iniciou esse informe na pauta,
643 o doutor Nilo informou que nós estávamos fazendo, porque também estávamos aguardando o quorum e aí fico
644 numa sina, sabendo-se esse é um tema importante como é que a gente faz um debate com a falta de quorum.
645 Então eu fico na dúvida se é um tema importante ou não, porque a gente começa a prestar informações e fazer
646 debate e com a falta de quorum. E o Nilo acabou de informar então que já tem quorum. Então, se já tem
647 quorum, eu pessoalmente me sinto contemplado nessa parte de informes nesse ponto 8.1 pelo requerimento e
648 pelas informações sobre o processo de licenciamento do Rio Madeira prestado pelo nosso colega diretor de
649 licenciamento. Por outro lado, Presidente, eu queria ver com o senhor em função da hora que já são 10h40, e
650 evidentemente não quero esconder aqui, eu acho que não tem nem santo e nem anjo aqui de que esse é um
651 tema importante, é um tema político e um tema que está na pauta. E, eu me lembro muito bem que o José
652 Carlos trouxe para nós uma vez, se não me engano foi na última reunião ou anterior à última reunião, sobre o
653 planejamento energético desse país. Ele fez uma apresentação e acho que talvez uma grande contribuição. E,
654 pegando um pouco o que o José Cláudio colocou, acho que esse Conselho poderia se encaminhar para isso, da
655 gente ter, eu não estou me lembrando agora aqui no regimento, mas a gente ter aqui uma sessão especial, um
656 seminário ou um debate. Enfim, algo em que a gente insira essa discussão específica do Rio Madeira,
657 importante e política que está na mídia, mas numa discussão muito mais ampla. O que o Conselho Nacional do
658 Meio Ambiente pensa do planejamento energético do país, e a partir do seu pensamento o que ele aponta no
659 sentido futuro disso daí. Eu me lembro, e aí eu queria ver com o José Carlos se estou correto ou não, de que
660 naquela apresentação o funcionário que estava trabalhando com o planejamento energético, ele informou que
661 não houve quase nenhuma participação, não houve quase nenhuma sugestão vinda, por exemplo, das ONGs,
662 está nos nossos anais aí. E, aí pegando a fala do José Cláudio, não podemos resolver tudo no licenciamento.
663 Por outro lado, então eu acho que a gente poderia caminhar. A minha sugestão é que submeto à reflexão, eu
664 acho que as informações foram prestadas quase na sua completude de todo o seu processo, inclusive foi
665 datado, data tal e aquilo e tal. E, que a gente então pensasse aqui os passos futuros para fazermos discussão
666 da questão energética do país e ambiental. Um outro ponto, e aí quero externar uma opinião pessoal mesmo, eu
667 acho que como estamos no processo de mudança, ontem foram colocadas muitas mudanças. Eu, quando olho
668 para o Luís Felipe como pessoa, como ser humano, como pessoa que tem coração e sangue que corre nas
669 veias, eu vejo ele sempre tenso, a gente olha para ele, ele sempre está ali, porque coitado, ele carrega toda uma
670 testa que não é ele. E, pediria que o senhor conversasse com a Ministra Marina, eu já externei essa opinião que
671 vou externar agora pessoalmente. Eu acho que este é um cargo na república que você tinha que ter uma
672 quarentena, o funcionário sai dali e tem 30, 40, 50 processos em cima dele, quando ele é uma pessoa que está
673 tentando construir, fortalecer a nação e informar mais, enfim, contribuindo para o desenvolvimento do país.
674 Então, se estamos nesse processo de mudança, eu acho que era um cargo talvez submetido ao Senado,
675 Câmara, que nem a diretoria da ANA, e ele tivesse uma quarentena, tivesse alguns resguardos. Porque, eu olho
676 desses quatro anos que eu vi, e é uma opinião pessoal, eu acho que ele é um cara íntegro, uma pessoa
677 responsável, um funcionário público comprometido. Agora, evidentemente que no cargo que ele tem e na
678 posição que ele tem, ele às vezes não agrada a gregos e troianos. Paciência, isso faz parte do cargo. Mas acho
679

680 Presidente, já encerrando mesmo e concluindo, que o cargo de Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA,
681 onde passam todos os projetos de infra-estrutura e desenvolvimento do país deveria merecer não só um
682 acréscimo de DAS, mas também alguma proteção para que essa pessoa pudesse exercer esse cargo com uma
683 tranquilidade que o ser humano tem que ter para decidir questões que estão incluídas aí, o futuro desta nação.
684 Muito obrigado.

685
686 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

687
688 Agradeço, a mesa acolhe a sugestão de se provocar um seminário sobre a questão energética no país. Vamos
689 obviamente dialogar com os Conselheiros sobre a viabilidade disso. Acolhe também a sugestão de aumento de
690 DAS. Foi aplaudido por todos, nós encaminharemos aos competentes e esclarecendo que não há qualquer
691 dúvida com relação à integridade do Luiz Felipe. Isso é uma coisa que você acha e que todos acham e que não
692 há dúvida com relação à integridade de postura, integridade moral. Ultimamente talvez a integridade física esteja
693 um pouco comprometida, mas em função exatamente da natureza desse cargo, que é realmente um cargo que
694 carrega um peso muito grande. Já em novembro em diálogo com o Presidente do IBAMA, o Luiz Felipe havia
695 solicitado que a sua prorrogação da prefeitura de Porto Alegre para que pudesse desempenhar suas funções de
696 licenciamento do IBAMA fosse provocado, mas por apenas quatro meses. Quatro anos e quatro meses é o
697 tempo que para diretor de licenciamento traz algum comprometimento com relação à saúde, e houve por bem
698 que não passasse desse prazo em função disso, que o Luiz Felipe está desvinculado para a diretoria de
699 licenciamento com o pesar de todos, mas que certamente será bem sucedido. A sua sucessão na diretoria do
700 IBAMA, e ele como pessoa certamente também será muito bem sucedido na continuidade da sua carreira
701 profissional. Então, eu queria passar para o Luiz Felipe, foram três manifestações e vou passar para o Luiz
702 Felipe e depois nós teremos três manifestações.

703
704 **Luis Felipe – Diretor de Licenciamento / IBAMA**

705
706 Não aceitou o processo, como ele é um processo, nós vamos avaliando em decorrer dele. Não posso a princípio
707 negar um requerimento de começar um processo de licenciamento. Não posso negar ao que queira encaminhar
708 qualquer empreendimento que permita e seja de competência do IBAMA, e que inicie a sua obtenção da sua
709 licença. E que ele possa tentar demonstrar inviabilidade ambiental para o empreendimento. Isso é parte
710 integrante do nosso trabalho eu diria, o desejo de um empreendedor requerer e nós de fazermos e conduzimos o
711 processo e termos uma decisão. No caso do Madeira até para deixar claro, não há decisão de inviabilidade. A
712 gente coloca que não há condições de dizer se o empreendimento é viável ou não com informações presentes
713 no momento. Então, a equipe não declarou o empreendimento inviável, ela disse que não poderia ser concedida
714 a licença prévia no momento, e é uma coisa que eu queria deixar bem claro aqui para que não tivéssemos uma
715 informação incorreta. Então, com relação à questão dos impactos sociais, nós temos observado dentro dos
716 nossos licenciamentos, questões de hidrelétricas, não só hidrelétricas, cada vez mais questões de impacto
717 social, e isso tem que qualificar o nosso trabalho nessa área, para que possamos ter um bom processo de
718 discussão com comunidades em várias hidrelétricas. Nós já temos fórum de negociação em que faz parte junto
719 com o Ministério Público Estadual, Federal, com as organizações dos atingidos, com movimentos atingidos por
720 barragens, procurando encontrar as melhores alternativas para deslocamentos compulsórios que muitas vezes
721 essas populações estão sujeitas na implantação de empreendimentos desse tipo. Com relação à questão dos
722 pesquisadores, são pesquisadores de renome internacional apenas, mas em função da experiência, não significa
723 que sejam pesquisadores internacionais, e estamos buscando pessoas com conhecimento da realidade
724 amazônica. E, então essas são pessoas que estão sendo buscadas para nos ajudar em análises técnicas que
725 são muito difíceis desse entendimento. Com relação ao que o Rosalvo falou, eu acho que é inerente ao caso da
726 gente ficar tenso, porque a gente é apoio dos dois lados. É da natureza do processo de licenciamento, e acho
727 que não tem muito o que resolva algumas questões que estão penduradas no licenciamento, e que deveriam
728 estar e que leva a uma discussão quase sem fim de cada processo que nós tratamos. Então, de fato, eu iria
729 fazer depois a última intervenção, mas já que foi citada, eu estou me afastando da diretoria de licenciamento. Eu
730 acho que tenho um tempo relativamente longo ali, primeiro substituto e depois como diretor para contribuir com
731 uma estruturação melhor do Licenciamento Federal e com apoio ao Presidente Marcus Barros e a Ministra
732 Marina Silva. E agora volto para minhas tarefas na Prefeitura de Porto Alegre, e vou ser colega do secretário
733 representante da ANAMMA, e vou trabalhar na área da saúde lá dentro da minha carreira profissional. Não vou
734 ter problema de quarentena, porque eu não estou pensando em pelo menos passar perto de licenciamento por
735 um bom período.

736
737 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

738
739 Vamos dar prosseguimento então com o Marcelo.

740
741 **Marcelo Barbosa Sampaio – Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca**

742
743 Marcelo Sampaio Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca. Bom, alguns já foram mencionados e abordados,

744 mas merece menção a questão dos técnicos que apesar de serem técnicos conhecedores da Bacia Amazônica,
745 a nossa preocupação é normatização o conhecimento no Brasil para encontrar a da Amazônia e nós deveríamos
746 priorizar esse conhecimento já desenvolvido. Segundo, lembrar que no ano passado, se não me falha a
747 memória, fizemos ano passado um seminário em São Paulo sobre a avaliação ambiental estratégica em relação
748 ao licenciamento ambiental. Mesmo tendo consensada importância, nós efetivamente não inserimos isso entre
749 as prioridades do país. Ou seja, nós ainda alocamos no licenciamento ambiental todas as expectativas de uma
750 avaliação mais ampla e não de uma avaliação do empreendimento que é para isso que foi efetivamente
751 construído o licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental trata a avaliação do empreendimento, é isso
752 que o Luiz Felipe tem colocado para nós. Precisamos colocar mais energia na questão da avaliação ambiental
753 estratégica e conseqüentemente do planejamento ambiental estratégico para vários setores com ênfase no setor
754 energético. Com relação à preocupação especial da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca é que
755 obviamente todas as vezes que fazemos intervenções do tipo barragens de hidrelétricas, em geral são os
756 pescadores os primeiros a sofrerem. São aqueles que dependem dessa atividade para sobreviver. O Sérgio é
757 conhecedor, trabalhou lá mais tempo do que eu e conhece mais da Amazônia do que eu, ressaltou que poderá
758 até haver impactos positivos, mas é importante que estejamos pontuado isso, porque em verdade o que nós
759 temos observado é que nos outros empreendimentos, em geral a atividade de pesca ela sai prejudicada. Isso é
760 o que tem acontecido na maioria dos empreendimentos. Eu entendo até que esse empreendimento tem um
761 diferencial e trata-se de reservatório tipo fio de água e me parece que todos os reservatórios têm essa
762 concepção de ser reservatório, e talvez os relatórios de acumulação que fizeram parte da história do país antes
763 nas opções técnicas. Bom, eu me reporto à mesa também para registrar essa preocupação da Secretaria
764 Especial de Pesca que sejam observadas medidas mitigatórias e compensatórias dos danos dos impactos e da
765 preocupação com comunidades de pescadores do Rio Madeira. Por último, eu não entendi muito bem o
766 encaminhamento da mesa, se nós estaríamos fazendo um seminário sobre o planejamento energético para o
767 país, e aí tentando pensar o país como um todo ou se nós iríamos abordar especificamente a questão do Rio
768 Madeira. Essa é uma pergunta que resta. Obrigado.

769
770 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

771
772 Com relação ao seminário, pelo o que eu compreendi da sugestão feita pelo Conselheiro Rosalvo, seria um
773 seminário sobre a matriz energética do país, mas isso nós vamos ainda dialogar com o conjunto de
774 Conselheiros, para dar os devidos encaminhamentos. Queria antes passar aqui para o Diretor do CONAMA
775 para dar alguns informes.

776
777 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

778
779 Olha, só um intervalo aqui, porque nós temos até meio-dia para recolher os votos dos Conselheiros para as
780 Câmaras Técnicas e tem duas mudanças importantes que tem que ser observadas para quem ainda não votou.
781 Primeiro, que na Câmara Técnica de Saúde e Saneamento, o Ministério da Saúde retirou sua candidatura em
782 favor do Ministério das Cidades. Essa é uma primeira mudança que é importante. Desculpe, não é Câmara de
783 Saúde e Saneamento, é a Câmara de Controle e Qualidade Ambiental. A Câmara de Controle e Qualidade
784 Ambiental tinha como candidato pelo Governo Federal o Ministério da Saúde que retirou a candidatura em favor
785 do Ministério das Cidades. A segunda alteração que está me chegando aqui agora é a do Governo do Estado do
786 Rio Grande do Sul para a Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente que retirou também sua candidatura
787 em favor do Estado de Sergipe. Então, Rio Grande do Sul na Câmara de Economia e Meio Ambiente retirou a
788 candidatura em favor do Estado de Sergipe. Então por favor, anotem isso para não haver confusão, quem
789 escolheu o Estado do Rio Grande do Sul ou Ministério da Saúde sabe que agora já não são mais candidatos.

790
791 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

792
793 Bom, o próximo inscrito é o Conselheiro do Governo do Estado de São Paulo.

794
795 **Francisco Graziano Neto – Governo do Estado de São Paulo**

796
797 Senhor Presidente, Conselheiras e Conselheiros, bom dia. Ontem, eu estava um pouco tenso, porque foi minha
798 estréia nesse CONAMA, e então eu estava assim tremendo, uma emoção muito grande e é importante estar aqui
799 com vocês e procurar dar minha contribuição e passar também a minha experiência que é o grande objetivo. E
800 acho que cada um de nós, aqui, freqüentamos esse expressivo e importantíssimo Conselho. Eu sou um homem
801 de prevenção. Eu sou Diretor da Federação Nacional de Trabalho, sou um técnico já há muito tempo e a minha
802 especialidade é prevenção. E tem muito e tudo a ver com aquilo que está rolando aqui, principalmente
803 especialistas, o técnico que me antecedeu aqui e falou muito bem sobre essa preocupação e sobre a sua
804 experiência e sua tecnologia, de vários técnicos brasileiros especialistas que às vezes são descartados de não
805 reaproveitar o estudo de uma matéria de importância como essa. Então, no nosso dia-a-dia como técnico de
806 segurança e trabalho é cuidar da segurança ao trabalhador, e principalmente preocupado com as questões
807 ambientais que basicamente hoje no Brasil está havendo integração de todos os sistemas que vários de vocês

808 conhecem é o sistema integrado de gestão. E a felicidade que teve a Conselheira de acompanhar a discussão
809 que foi muito bem colocada pelo Luiz Felipe, até comentando como é que você faz uma hidrelétrica e depois vão
810 pensar pelo menos tem que estar junto com o projeto. Você vai derrubar a barragem depois para fazer reclusa?
811 É uma coisa que eu estou confuso até com isso da navegação. A questão é importantíssima, eu acho que o
812 fórum é esse mesmo. O pessoal também está preocupado, a questão como é que fica? E antes de vir para
813 essa reunião, Senhor Presidente, lá de São Paulo para cá, fazendo aqui minha estréia e tomando posse ontem,
814 estava um reboliço na Internet, na imprensa e dentro do movimento social. Eu tomei primeiro conhecimento
815 porque eu não sabia, eu estava viajando através do movimento 28 de abril que é um movimento que eu
816 organizo, um movimento com relação às vítimas de acidente de trabalho e que vão ser comemoradas agora dia
817 28 de abril e é um calendário também que faz parte da ONT, e eles soltaram a mensagem que eu fiquei super
818 preocupado, principalmente vindo para cá. Puxa vida, onde estou indo? Parece que onde eu vou só tem
819 confusão. O Ministério do Trabalho já me conhece há muito tempo. E uma declaração muito infeliz, Senhor
820 Presidente e senhores Conselheiros, e hoje aqui eu fiquei mais decepcionado ainda. Eu vou ter que tomar umas
821 vitaminas para me recuperar, porque eu fiquei sabendo que o diretor foi exonerado. É a notícia que tinha lá antes
822 de vir para cá, desde o início da semana e semana passada, diante desse tema que nós estamos discutindo
823 para a questão do Rio Madeira, uma declaração do Presidente da República que disse que se ele pudesse, ele
824 fechava o IBAMA. E então ao invés de fechar o IBAMA, ele achou melhor exonerar o diretor da pasta. Quer
825 dizer, uma declaração muito infeliz. O Lula tem que tomar muito cuidado e sempre que vir o pessoal do
826 Presidente da República aqui, tem que tomar muito cuidado com o que fala, principalmente o Ministério e um
827 assunto como o Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente daqui uns 20 anos vai ser o principal Ministério
828 que nós vamos ter no Brasil lá na esplanada. Ou vocês têm dúvida? Vai ser mais importante que todos os
829 demais que existem lá, devido à sua importância no contexto nacional e internacional. A gente vê uma
830 declaração dessa. Eu não ouvi, vou ser sincero para vocês, mas o movimento 28 de abril é autêntico, eu
831 participo dele. Criou um mal-estar e uma insegurança muito grande eu acho que para a toda sociedade, e quem
832 teve acesso a essa informação e a gente veio para cá já com as perninhas balançando. Puxa vida, olha o que
833 eu vou encontrar pela frente. Olha o turbilhão em que estou entrando. E então, essa questão de sedimentação
834 do Rio Madeira também é muito importante estar havendo relatórios. E, veio aqui uma pessoa também do
835 Ministério da Infra-Estrutura, dizendo que o tema é político. Tudo bem, é um tema político e está na mídia hoje,
836 liguei a televisão e ouvi sobre essa matéria, mas é de extrema importância e análise de aprofundar os estudos
837 técnicos.

838

839 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

840

841 Eu queria observar que nós precisamos prosseguir.

842

843 **Francisco Graziano Neto - Governo do Estado de São Paulo**

844

845 Já estou concluindo. Então, para concluir, Presidente, é importantíssimo, estou preocupado, porque eu já assisti
846 esse filme antes, filme ao vivo no Brasil e de ficção no cinema. Será que não temos técnicos especializados em
847 pesca como teve o companheiro que me antecedeu e falou muito bem? Tem vários especialistas nessa matéria.
848 O próprio Ministério da Pesca, da Secretaria de Pesca, porque eu já vi esse filme e não gostaria de ser traído
849 pelos brasileiros, será que eles entendem mais de Amazônia no Brasil do que a gente? Então, eu tenho essa
850 preocupação, Presidente que haja uma interferência e uma influência em empurrar com a barriga e barrar tudo e
851 falar, nós vamos topa, fazer a usina e pronto, fim de papo. Então, fica aqui a contribuição, fico à disposição dos
852 Conselheiros aqui e da presidência dessa casa, e é com muito orgulho e participação que estou aqui
853 representando a categoria que é de mais de 110 mil no Brasil, que é o pessoal de prevenção. Prevenção essa
854 que nós vamos ter que dar nessa matéria que são técnicos de segurança de trabalho. Obrigado, Senhor
855 Presidente.

856

857 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

858

859 OK, eu creio que já tinha sido observado que o doutor Luiz Felipe está deixando a Diretoria do Licenciamento do
860 IBAMA, viu Conselheiro? É porque havia falado a primeira vez e creio que daquela vez o senhor não teria
861 observado e voltou a se referir na sua fala. E eu queria esclarecer, mas que se o senhor tiver a atenção que as
862 informações na imprensa não são reais, não se verificam, porque como eu já havia dito, o doutor Luiz Felipe, ele
863 pediu a prorrogação em novembro do ano passado, e portanto, quando não havia qualquer menção pública
864 sobre a questão do Rio Madeira, ele solicitou a sua prorrogação da sessão junto à Prefeitura de Porto Alegre por
865 quatro meses e que termina agora no dia 30 de abril. Então, é essa circunstância que determina o seu retorno à
866 Porto Alegre e a continuidade da sua vida profissional lá, em Porto Alegre. Então, não tem qualquer relação com
867 o licenciamento. Bom, o segundo ponto, que eu queria observar com o senhor, que essa declaração foi atribuída
868 ao Presidente Lula, por terceiros. A gente conhece a imprensa, a gente sabe como é que é quando pessoas
869 dizem que o outro disse. Nem sempre é real. Nem sempre aquela pessoa efetivamente disse o que foi
870 divulgado. Então, eu queria que o senhor e as pessoas tomassem essa informação na sua devida medida. Foi
871 uma frase atribuída ao Presidente Lula, por terceiros. Então o representante do Governo do Mato Grosso.

872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935

Carlos Alberto Negreiros Said Menezes - Governo do Estado de Mato Grosso

Senhoras e senhores, bom dia. Só essa questão do licenciamento. Eu tive até o cuidado de ligar na secretaria, porque eu sei que o Licenciamento foi feito pelo IBAMA, tendo em vista a imensidão de da atividade e também não sou procurador, mas o doutor Paulo Maia do IBAMA. A preocupação do estado da realização dessa audiência pública também no Estado do Mato Grosso. Porque eu tenho a Região Noroeste do Estado do Mato Grosso aonde se compreende três rios que são formadores do Rio Madeira, que é o Rio Guaporé e Rio Machado e do Rio Madeira. E o Estado do Mato Grosso no contato que até tive com o diretor do IBAMA, na área do Mato Grosso não foi ouvida. Sequer teve essa audiência pública dentro do estado e como o estado do Mato Grosso, a Região Noroeste inteira faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Madeira, eu acho que seria pelo menos plausível que o IBAMA, no Estado do Mato Grosso fizesse parte dessa audiência pública, pelo menos realizasse essa audiência pública dentro do Estado e hoje nós temos uma discussão do rio que eu acho que é de conhecimento de todos que já ensejou até ação civil pública dentro do Estado do Mato Grosso. E, então, nós sabemos que é de interesse do Estado, tanto do Secretário Luiz Henrique como do doutor Paulo Maia no IBAMA, que a gente pudesse ser ouvido nesse sentido ecológico, não extrapolando a intenção minha de atrapalhar nada no sentido do processo do licenciamento, mas se for pelo o que eu entendi da proposta de moção, se for para que se fosse ampliada essa discussão do EIA RIMA, que pudesse contemplar no processo de licenciamento a Região Noroeste do Estado do Mato Grosso. Muito obrigado.

Luis Felipe – Diretor de Licenciamento/IBAMA

Bom, alguns esclarecimentos. A questão de pesquisadores de renome internacional são pesquisadores de renome internacional mas pensando que devam ser pesquisadores brasileiros a serem consultados na maior parte do estado. Nós temos já o MME que tem o consultor deles, o consultor internacional que reside na França, mas é de origem de e é um dos maiores especialistas em sedimentos e já encaminhou sua contribuição ao processo. Mas isso não significa que não sejam, na sua imensa maioria, consultores nacionais que vão, mas que tem um reconhecimento internacional científico em não participar da análise. As questões que se foram colocadas com relação à pesca como o Marcelo colocou, são questões fundamentais dentro do parecer técnico do IBAMA e das nossas preocupações. São pontos centrais a serem discutidos, porque é uma migração de algumas espécies de grandes mares principalmente, e ela tem referência como ela se reproduz nos rios formadores de madeira, ela tem interferência em outros países e isso deve ser corretamente analisado, assim como essas larvas que depois voltam para crescer na foz amazônica e em alguns lagos também da região, tanto na foz do Madeira como em outras áreas ao longo da Bacia do Amazonas. Que eles possam ser estudados e não venham a ter um impacto muito significativo nas suas populações. Evidentemente que não sobem só em madeira para sua reprodução, isso já está claro, mas uma parcela significativa dessas espécies migradoras sobem no Madeira também para haver reprodução nos rios. Com relação a elas estão previstas e nesse caso não nos preocupa no processo de licenciamento, que sejam construídas conjuntamente com a usina como colocou o representante de São Paulo que já se manifestou recentemente, porque não há navegação hoje acima de Porto Velho. Ou seja, não há impacto da construção das barragens no sentido de bloquear navegação. Ela não existe em função das próprias corredeiras e das características naturais do rio acima. Por isso nós falamos que caso se queira fazer um projeto e queira se construir e tornar a permitir a navegação, elas fazem parte de um outro processo, como eu tinha abordado no início da explanação e com relação ao entendimento do governo do Mato Grosso. Eu só queria colocar que nós realizamos audiências públicas e foram quatro no Estado de Rondônia como coloquei, mas nós tivemos numa delas a participação de dois governadores de Rondônia e o governador Jorge Viana do Acre, e não houve nenhuma solicitação à época das audiências públicas de realização de audiências públicas no Estado do Mato Grosso. Então, como o processo tem disponibilização por 45 dias e houve solicitação de audiência, mas tiveram participação maciça, mais de três mil pessoas acompanharam sendo que uma delas, nós tivemos dois governadores de estado, cabe também o papel pró-ativo no momento certo, ao Governo de Estado do Mato Grosso para que possa pleitear essa realização da audiência e das questões. Como nós temos uma etapa de complementações e talvez tenhamos, eu coloco talvez pela dimensão das complementações de uma segunda rodada de audiências públicas. Caso solicitado, se avaliará a realização também de uma audiência pública no Estado do Mato Grosso sem problema algum. Eram essas as questões.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

OK. Vamos passar para o próximo item da pauta, o informe do Ministério Público sobre o mesmo assunto. Doutor Sérgio, por favor.

Sérgio F. Leão - ODEBRECHT

Bom dia a todos, vou cumprimentar o Presidente e todos os Conselheiros. Eu não sou de Rondônia, sou do Estado do Paraná, e como eu estava na reunião do CONAMA, eu estava com um problema de agendamento



936 também, hoje está tendo uma reunião do Centro de Apoio do Brasil, reunidos para discutir o Meio Ambiente, que
937 é responsável por esse procedimento e não pode estar presente. E, como ela sabia da minha vinda aqui à
938 Brasília de Curitiba para tratar de outro assunto aqui na reunião que teria, ela passou uma informação para mim
939 por fax, para não deixar a solicitação e eu vou passar a ler essa informação que ela vem trazendo um
940 procedimento que existe hoje na promotoria. Ela deixou claro, ela deixa o site dela aqui para qualquer
941 informação que seja solicitada, e pode ser encaminhada direto ao Centro de Apoio de Rondônia para qualquer
942 informação. Até porque, existem estudos que existem na página lá do Ministério Público de Rondônia com
943 relação ao que foi feito, a cópia das ações que foram analisadas e depois do estudo que existe, que exclui esse
944 procedimento judicial hoje na esfera do judiciário de Rondônia. Foi respaldado pela expectativa de danos
945 ambientais e sociais significativos causados pelo projeto complexo hidrelétrico do Rio Madeira que o Ministério
946 Público do Estado de Rondônia ainda no ano de 2000, iniciou estudos visando mensurar os grandes potenciais e
947 identificar a população para ser atingida na obra pelas duas hidrelétricas que se autorizadas serão construídas
948 na tomada de Porto Velho, Rondônia. Diante desse quadro e considerando as várias informações disponíveis, o
949 órgão ministerial que atua na promotoria do meio ambiente instalou procedimento administrativo para
950 acompanhar o processo de licenciamento ambiental do complexo hidrelétrico pelo Rio Madeira composto pela
951 Santo Antônio, bem como acompanhado da construção e implantação delas caso licenciadas. Veja que em
952 abriu de 2006, mais especificamente no dia 3 de Abril de 2006 foi realizada uma apresentação preliminar sobre
953 impactos ambientais sociais que poderão advir com a construção hidrelétrica ministrada a membros servidores e
954 convidados, levando a efeito por um grupo preocupado com a situação dos cidadãos. No mesmo mês no dia 6
955 do quatro de 2006, o consórcio também procedeu à apresentação do estudo de inviabilidade do projeto aos
956 membros do Ministério Público Estadual. Ocorre que a conclusão de ambas as apresentações e as
957 identificações preliminares realizadas pela Promotoria do Meio Ambiente, conforme dito desde o ano de 2000 foi
958 que os estudos e projetos não eram totalmente claros quanto a impactos ambientais e ambientes sociais das
959 obras. Ficou claro, inclusive pelo fato da população afetada sequer ser especificada nos estudos. Assim
960 visando imparcialidade na margem dos estudos e diante da necessidade de uma posição técnica a respeito das
961 obras, normalmente em relação de sua grandeza e complexidade, para então o Ministério Público poder ter
962 subsídios técnicos para eventualmente ingressar com medidas cabíveis, que se entendeu por necessária a
963 realização do termo de ajuste de conduta ou termo de ajuste de compromisso ambiental, para justamente
964 acordar de uma entidade desvinculada para aprofundar o estudo e análise de impactos ambientais e sociais de
965 empreendimento. O Ministério Público então, firmou o TAC juntamente com o consórcio qualificou ajustada a
966 construção, a contratação da empresa, empresa de projetos e empreendimentos na análise do estudo de
967 impacto ambiental e de relatório do impacto ambiental RIMA, emitidos por empreendedores. Sendo esses
968 policiais militares pelo próprio consórcio. Destaca-se como um todo o termo de ajuste de conduta ao Ministério
969 Público como não poderia ser diferente não faz nenhum tipo de concessão e tanto que nenhuma das cláusulas
970 expressa qualquer tipo de assessoria do licenciamento ou mesmo de Conselho para empreendedores. Ao
971 contrário, conforme fosse em um dos considerandos o referido o Ministério Público, atuou preventivamente,
972 tendo em vista a necessidade de acompanhamento dos estudos e do processo de licenciamento ambiental por
973 parte da MP da avaliação das medidas de controle, mitigação e compensação socioecológicas relativas à área a
974 ser afetada com a construção do complexo hidrelétrico, visando aplicado e adequado tratamento dos impactos
975 sociais e ecológicos e assegurada a devida aplicação no conjunto de benefícios previstos com implantação e
976 operação do referido complexo. Como você pode referir a atuação inicial teve a fiscalização contra o
977 cumprimento da legislação e principalmente preventiva quanto aos impactos ambientais e sociais. Consoantes
978 o EIA RIMA e Hidrelétricas em questão, é extremamente complexo além de grandioso, tanto no ponto de vista de
979 recursos materiais envolvidos como no próprio ecossistema em questão, disse ser a quarta maior do mundo, de
980 maneira que o Ministério Público para concluir a contento o seu papel de fiscalizador e protetor do meio
981 ambiente e dos interesses sociais, necessita de posição técnica isenta a respeito dos estudos já submetidos aos
982 órgãos licenciadores. A equipe em sua maioria é composta de especialistas de renome estrangeiro mundial,
983 como os melhores técnicos do assunto. Do trabalho realizado pelo Ministério Público possa ser contratada nas
984 conclusões dos estudos onde se apontou mais de 30 sérias falhas à época submetidos ao IBAMA, entre eles
985 insuficiência nos estudos florestais na conformidade de fauna, possível erro na metodologia da avaliação das
986 áreas de alagamento, impactos de erosão não mensurados e fertilização, sem dizer do aspecto social que
987 sequer foi tratado, dentre outros. Diante disso, pode-se concluir que é legítima e necessária com base apenas
988 no apresentado pelo empreendedor o meio ambiente fatalmente estaria comprometido. O seu Ministério Público
989 de acordos implementados à obra deixaria de agir. O Ministério Público de Rondônia não se acomodou. Diante
990 dessas 30 falhas apontadas pela e não concederá no estudo do empreendedor concluiu que as audiências
991 públicas não atenderiam ao escopo legal de publicidade e discussão dos estudos, e por isso medida cautelar em
992 supressão das audiências publicadas como foi colocado pelo próprio IBAMA aqui. Tivemos a suspensão das
993 audiências, contudo agravo de instrumento com efeito supressivo de ter autorização para realizar. No prazo
994 legal o Ministério Público e MPF ajuizou ação civil pública recorrendo em síntese a nulidade de audiências
995 públicas realizadas em conformidade com a lei. A reavaliação do IBAMA a realização de novas audiências com
996 ampla publicidade e participação de toda a população afetada. Outro ponto que merece destaque é a do
997 Ministério Público, é de atuar com a população e aprovação de audiências públicas pelo próprio Ministério
998 Público. Em 27 do 11 de 2006 o MP de Rondônia realizou uma audiência pública, na qual foi apresentada à
999 população um estudo feito pela empresa, produto do TCA com todas as suas conclusões e participando da

1000 sociedade os problemas e falhas que não foram enfrentadas pelo consórcio em seu EIA RIMA. Considerando
1001 que o IBAMA ainda não emitiu a licença prévia e que o instituto não se negou até esse momento a considerar as
1002 recomendações do Ministério Público no sentido de determinar a do EIA RIMA o MP que está para tomar todas
1003 as medidas cabíveis, porque está subsidiado estudos técnicos sólidos que possibilitam uma resposta judicial
1004 justa a danos ambientais de grande monta ao Estado de Rondônia. O procedimento administrativo não foi
1005 encerrado e quem comunicou nesse momento aguarda a resposta do IBAMA quanto ao licenciamento. Mais
1006 informações de Rondônia. Então, segundo as informações prestadas pela procuradora do Ministério Público de
1007 Rondônia, foram ajuizadas duas ações. Uma cautelar, visando a não realização de audiências públicas em cima
1008 do EIA RIMA, que está sendo apresentado pelo empreendedor. Houve uma liminar que depois o efeito
1009 suspensivo, nada mais é do que a par desses novos estudos apresentados junto com o Ministério Público
1010 Federal. Ajuizada ação civil pública para reavaliação de todo o estudo do EIA RIMA, bem como de todas as
1011 audiências públicas em Rondônia. Ela pediu para eu falar que mora em Curitiba e está no Paraná, ela deixou o
1012 site para qualquer informe e qualquer questionamento ou estar presente também em uma nova data para
1013 responder a qualquer argumento ou apresentar em que pese seja no site esse estudo que foi feito e que está
1014 subsidiando nessa ação civil pública. Eu não tenho conhecimento. Eu sei que a liminar foi nessa medida
1015 cautelar para não ter audiência pública. O que tenta evitar? É que com audiência pública isso vai um pré-
1016 requisito para ser licenciado. Então o que custa no período judicial é que não saia a audiência para que não seja
1017 um requisito para o futuro licenciamento ambiental.

1018 1019 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1020
1021 A gente agradece o informe prestado pelo Ministério Público e esclarecer que ele estava nessa condução de
1022 trazer um informe produzido pelo Ministério Público, mas com uma situação muito restrita com relação à
1023 possibilidade de dar informes adicionais, pela pouca participação ou nenhuma participação do procurador pelo
1024 processo do Rio Madeira, impedindo que o plenário compreendesse a situação dessa impossibilidade de
1025 estender o diálogo, para além do que consta no informe que foi lido para ele. Conselheira Zuleica, por favor.

1026 1027 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC**

1028
1029 Eu quero agradecer a presença, a gente tem o maior respeito por ele, faz um trabalho simplesmente maravilhoso
1030 em defesa do Meio Ambiente e da Sociedade Civil sempre que nós precisamos. E também quero lamentar a
1031 ausência do Ministério Público de Rondônia, porque nós teríamos realmente várias perguntas a fazer e o
1032 importante dessas perguntas é que sejam respondidas nesse plenário para que se possa haver uma discussão
1033 mais aprofundada do motivo que levou às ONGs ou o movimento local de mobilização ou resistência a favor do
1034 rio e contra o complexo é em função do episódio que envolveu esse termo de compromisso ambiental. Então, se
1035 o senhor me permite, vou deixar registrado aqui na transcrição, as perguntas que nós gostaríamos que tivessem
1036 sido respondidas e que eu sei que o doutor não tem condições de responder. Apenas registrar quatro perguntas.

1037 1038 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1039
1040 O doutor Sérgio inclusive poderia disponibilizar o e-mail para que eventualmente outros Conselheiros pudessem
1041 encaminhar perguntas ao Ministério Público para responder também. Pode ser o Ministério Público de Rondônia
1042 talvez. Mas o que for mais adequado.

1043 1044 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC**

1045
1046 Eu tenho uma proposta de que essas respostas sejam disponibilizadas a todos os Conselheiros, tanto as minhas
1047 perguntas quanto as respostas, e eventualmente outras perguntas que queiram ser feitas por e-mail também,
1048 poderiam ser feitas e disponibilizadas também. A nossa pergunta é o seguinte. A gente partiu do seguinte
1049 ponto. A gente sabe que a ANEEL tem que ressarcir o empreendedor e todos os estudos feitos até a licença
1050 prévia, segundo o novo modelo energético. Então isso envolve recursos públicos e como a licença prévia ainda
1051 não foi dada o consórcio será ressarcido pela informação que nós temos. Não? Os estudos feitos para a
1052 inviabilidade ou não ambiental da obra até a licença prévia são de responsabilidade da ANEEL. São ressarcidos.
1053 E não pela ANEEL, certo. De qualquer forma continua valendo aqui a questão de que o Ministério Público fez
1054 então esse termo de compromisso ambiental e as populações não se sentem contempladas, desde o ponto em
1055 que ele foi decidido ser feito, a forma como ela foi feita é que gerou então o conflito, a discórdia entre os
1056 movimentos locais e o termo. Faltam informações e então as perguntas seriam para suprir as necessidades a
1057 mais do que o tema que está no requerimento e que seria o seguinte. Quais seriam os critérios que o Ministério
1058 Público utilizou? É a pergunta número 1. Quais critérios o Ministério Público utilizou para a empresa? Porque no
1059 termo de compromisso ambiental está bem claro que o Ministério Público indica a empresa para fazer os
1060 estudos. Então, queríamos saber que critérios são esses que foram utilizados para que esta empresa em
1061 especial fosse identificada. A segunda pergunta que solicitou que eu fizesse aqui é quanto recebeu para
1062 coordenar os estudos? Essa informação não está no site do Ministério Público, e provavelmente trata-se de um
1063 anexo do termo que não está divulgado. Então a pergunta provavelmente será respondida talvez ou

1064 nesses anexos ou o Ministério poderia responder diretamente. A terceira pergunta é quanto os especialistas
1065 receberam? E a quarta pergunta está prejudicada, porque se trata da questão da ANEEL. Há uma controvérsia
1066 na interpretação de que como a EPE vai ser ressarcida pela ANEEL e etc, isso caberia também para os estudos
1067 que fossem feitos pelo Ministério Público Estadual. Mas continuamos conversando. E, agora uma questão que
1068 não é uma pergunta, mas é uma questão que eu gostaria de deixar, infelizmente não estão aqui para debater é a
1069 questão da Resolução CONAMA número 206 no artigo quinto, que diz que além de atender a legislação em
1070 especial os objetivos expressos na lei da produção nacional do meio ambiente obedecerá as seguintes diretrizes
1071 gerais contemplar todas as alternativas de localização do projeto confrontando com a hipótese de não execução
1072 do projeto, que é a questão da demanda de atividade e que o IBAMA ainda não chegou à conclusão de que
1073 existe a não de inviabilidade até que os estudos sejam completados. Havendo falta de informação não se pode
1074 chegar à conclusão. E o que nós do movimento brasileiro voltado para a questão da energia que não é só o
1075 movimento local, mas é também o movimento nacional que está discutindo a questão da energia no Brasil,
1076 desenvolvimentos sociais e ambientalistas, nós nos deparamos que o produto principal até o momento divulgado
1077 é inexplicável, chama-se agenda de inviabilidade sócio econômica ambiental. Ou seja, todo esse TCA, ele não
1078 foi para discutir a inviabilidade ou não. Ele foi para concluir como vamos viabilizar. Esse é o ponto que o doutor
1079 não pode explicar, porque eu tenho certeza que nós no Paraná, todas as nossas ações junto com o Ministério
1080 Público, nós jamais partimos da inviabilidade, porque antes de partir da inviabilidade eu tenho que chegar à
1081 conclusão de que é viável. Então, como que esse estudo poderia ao mesmo tempo que aponta uma falta
1082 enorme de informações, os 30 estudos dos especialistas contratados apontam isso, o Ministério Público afirmou
1083 isso agora através do documento que foi enviado, mas a empresa conclui por uma agenda de inviabilidade.
1084 Então, eu poderia transformar talvez então na quarta pergunta. E, deixamos aquela quarta anterior para discutir.
1085 Então, a quarta pergunta seria como pode um estudo contratado pelo Ministério através de uma empresa pelo
1086 Ministério Público concluir por uma agenda de inviabilidade quando os 30 especialistas apontam uma série de
1087 falhas? Obrigado.

1088
1089 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1090 Eu sugeriria, Conselheira, num diálogo aqui com a diretoria do CONAMA.

1091
1092
1093 **Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça - Entidades Ambientistas da Região Sudeste - VIDÁGUA**

1094 Talvez para encaminhar da forma solicitada pela Conselheira, seja melhor que as perguntas ao Ministério
1095 Público sejam encaminhadas ao CONAMA e o CONAMA então obtém resposta junto ao Ministério Público para
1096 que o CONAMA possa disponibilizar na página, tanto as perguntas quanto respostas. E talvez seja interessante
1097 que a Conselheira Zuleica encaminhe pelo e-mail para que a gente não precise aguardar a transcrição da
1098 sessão para ir acessar as perguntas. Se puder encaminhar por e-mail torna mais objetivo esse procedimento.

1099
1100
1101 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1102 Conselheiro José Carlos.

1103
1104
1105 **José Carlos Gomes Costa - MME**

1106 Só para colocar na Internet o texto que foi lido pelo procurador.

1107
1108
1109 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1110 OK. Então a Secretaria do CONAMA, por favor. Nós vamos obter o texto em meio digital junto ao Ministério
1111 Público e disponibilizar na internet. Vamos ao próximo ponto de pauta então que trata-se do processo. Nós
1112 temos na pauta, se não me engano, são 22 processos, todos eles são multas aplicadas à Petrobrás no mesmo
1113 valor de um milhão, e tendo o mesmo fato gerador que é perfuração de poço de petróleo sem a licença
1114 ambiental. Então, eu queria propor ao plenário se o plenário concordar, que nós façamos em bloco. A relatoria
1115 então vai relatar todos os 22 processos para que possamos encaminhar. Relator, Conselheiro Rodrigo.

1116
1117
1118 **Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça - Entidades Ambientistas da Região Sudeste - VIDÁGUA**

1119 Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. A Petrobrás foi autuada em multas no valor de um milhão de reais na
1120 Bacia do Município de Macaé, na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro. São 22 multas com o mesmo fato
1121 gerador. Plataformas de petróleo da Petrobrás que estavam com licenças vencidas e algumas plataformas
1122 perdem a licença. A matéria foi analisada em diversas oportunidades, enfim desde o primeiro recurso. Logo
1123 após autuação em 30 de 10 de 2002 e em 2004, já emitiu seu parecer, e enfim, esses recursos foram subindo
1124 até a última instância que é o CONAMA. São todas as multas muito parecidas, foram efetuadas no mesmo dia,
1125 em relação à diversas plataformas de petróleo da Petrobrás, totalizando um total aí de 22 milhões de reais. Eu
1126 coloco a disposição para qualquer questionamento que os Conselheiros possam ter. Muito obrigado.

1128
1129
1130
1131
1132
1133
1134
1135
1136
1137
1138
1139
1140
1141
1142
1143
1144
1145
1146
1147
1148
1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188
1189
1190
1191

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Conselheiro José Carlos.

José Carlos Gomes Costa - MME

José Carlos do Ministério das Minas e Energia. Nós entendemos que o processo não teria sido analisado da forma adequada, porque todos os fatos apresentados pela empresa à época não foram considerados de uma forma que nós consideramos adequada. E então o Ministério das Minas e Energia pede vistas a todos os processos, para que possa então apresentar para cada um dos casos aos Conselheiros para que possam fazer um julgamento mais adequado desse processo de multas.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Então foi pedido vistas. Esses processos voltarão a constar na próxima sessão. Prosseguimento à pauta, temos agora o processo de recomendação que vai ser relatado pela coordenadora do GT "ad hoc" para elaborar a Agenda Nacional do Meio Ambiente. Conselheira Patrícia.

Patrícia Helena Gambogi Boson - CNI

Bom dia a todos. Patricia da CNI. Bom, hoje o que nós temos aí em pauta e foi distribuído para todos os senhores, é a consolidação de um processo que está em desenvolvimento há mais de um ano. A Agenda Nacional do Meio Ambiente, ela partiu primeiramente com o documento no próprio Ministério do Meio Ambiente e esse documento tem várias contribuições no âmbito do e ele resolveu promover e instituir o Grupo de Trabalho para preparar essa agenda. Então a agenda durante um ano foi preparada por um Grupo de Trabalho que teve contribuições durante todo o seu desenvolvimento. Ele foi desenvolvido em cinco temas. Cada tema subdividido em outros subtemas, portanto a agenda hoje que está imposta para os senhores consolida mais ou menos 240 ações, são na verdade especificação 237 ações que em verdade são temas e programas, recomendação de temas e programas e projetos para que o SISNAMA possa priorizar esses temas, programas e projetos postos nessa agenda. Essas ações, elas passaram por um amplo processo de divulgação e de consulta. Ficou desde o dia 17 de agosto que esse processo está aberto para que todos os Conselheiros pudessem via Internet, ou seja, por um meio bastante prático e fácil dar suas sugestões a respeito dessas ações. As sugestões quando chegaram foram trabalhadas no âmbito do Ministério e a maioria delas foram acatadas, e as que não foram acatadas é porque elas já estavam contidas em uma alocação e foram simplesmente fortalecidas e transferidas para esses espaços. Então, nós acreditamos que a agenda tem um trabalho aí de divulgação e sugestões para que ela possa ser hoje aprovada, pelo menos esse texto base, e aí essa é uma recomendação que eu faço que ela seja aprovada no seu texto base, que tenha aqui nesse plenário alguma recomendação a ser feita e acho que estaríamos abertos para uma regulamentação a ser feita. De acordo com a nossa proposta de recomendação que está na tela, que em verdade é um instrumento administrativo que aprova essa agenda, há uma recomendação para que de todos os órgãos verifique nessas 237 propostas as suas prioridades para a ação. Ou seja, a gente acredita que ao aprovarmos essas 237 ações, elas estariam na verdade sendo meritórias das nossas ações aqui no CONAMA. Quer dizer, o CONAMA estaria exercendo o seu maior e melhor esforço para que a gente pudesse dar continuidade a essas ações aqui postas, e elas seriam também meritórias de ações junto aos demais órgãos dos estados pertencente ao SISNAMA, e seria na verdade também meritórias em termos orçamentários, do ponto de vista econômico orçamentário, para que elas pudessem estar consolidadas. O GT fez uma proposta acatada pelo Ministério do Meio Ambiente da gente manter essas ações no site em tela para que os Conselheiros possam fazer consultas a respeito do seu desenvolvimento. Se são ações que estão em desenvolvimento, se são ações que já se cumpriram, já foram consolidadas e concluídas, ou se são ações ainda para serem desenvolvidas. Outra proposta que o GT fez e que também acatada pelo MMA que a gente vai disponibilizar no site, é de fazer uma matriz de correlação, porque pode parecer 237 ações muito grande, mas em verdade as ações às vezes uma interfere na outra, elas tem compatibilidade. Às vezes uma ação promove a outra ou desenvolve a outra, ou faz com que a outra tenha iniciativa. Então, são essas as questões que eu coloco sobre a agenda, ela já foi devidamente apresentada numa outra ocasião nessa reunião do CONAMA, recomendando então que ela seja aprovada em seu texto base e que a gente coloque aqui agora aberto aos Conselheiros que tiverem ainda alguma emenda a fazer nessas ações, para que a gente avalie se ela pode ser acatada ou não. E a nossa forma, o ato administrativo que vai consolidar essa agenda dentro desse CONAMA é a aprovação da proposta de recomendação que está inclusive em tela. Eu não sei se deve subir para as pessoas verem. Pode descer. Só no artigo primeiro, recomendando as entidades do SISNAMA, ao plenário também e nos dois outros artigos recomendando ao plenário que dê continuidade a esse processo. Que essa seja uma prática que a gente consolide. Nós estamos na verdade, tudo surgiu porque há uma determinação regimental, o regimento diz que o CONAMA tem que fazer essa agenda. E então, é a primeira vez que nós estamos fazendo uma agenda, e então os artigos segundo e terceiro, refletem uma recomendação para que a gente em todo o ano, a partir dessa mesma agenda, dessa própria, a gente possa estar sempre inovando

1192 e reformulando e atualizando agendas para os próximos anos. Eu acho que esse é um trabalho que facilita o
1193 próprio trabalho do CONAMA. Ele teria uma pauta pré-aprovada para desenvolver o seu trabalho. É um
1194 trabalho que facilita a própria formação dos planos de recurso orçamentário do MMA e é um trabalho que
1195 também facilita a integração de ações com todos os órgãos dos estados que compõe o SISNAMA. Eles todos
1196 tendo a mesma pauta, a gente certamente pode conseguir um resultado mais integrador para as ações da
1197 qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável desse país. Era só isso.

1198

1199 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1200

1201 OK, a mesa agradece a exposição da relatora e abre a palavra para o plenário. Por favor.

1202

1203 **Carlos André Osório Carneiro – Entidades Ambientistas da Região Sudeste - BICUDA**

1204

1205 Carlos Osório, Bicuda Ecológica, representando a Região Sudeste. Bom dia para todos. Eu gostaria de ler um
1206 texto aqui da sociedade civil. “A ampla participação da sociedade e a consideração da diversidade biológica e
1207 cultural, são princípios fundamentais para elaboração da Agenda Nacional do Meio Ambiente a partir da
1208 participação do controle social assegurado por direito à informação, portanto são os pilares na qual deve ser
1209 erigida a agenda nacional. Dessa maneira o aumento da base social deve ser o requisito maior para o seu
1210 compartilhamento real com a sociedade visando o interesse público. Nesse sentido o acordo social
1211 representado pelo conjunto das diretrizes emanada pelas duas Conferências Nacionais do Meio Ambiente surge
1212 então como princípio e fundamento para a elaboração da agenda. Assim, a sociedade brasileira atendeu o
1213 convite da Ministra Marina Silva com determinação e espírito de cooperação e ofereceu o Ministério do Meio
1214 Ambiente um importante rol de reivindicações e alternativas de soluções para sustentabilidade ambiental do
1215 país. Contudo, o viés da visão das entidades ambientalistas refletido a partir dos principais problemas ambientais
1216 brasileiros apontados pelos delegados das conferências, não foram suficientemente na proposta de
1217 recomendação da agenda, bem como documentos importantes em que se baseou a presente proposta não
1218 foram oferecidos para exame da atual bancada de ONGs ambientalistas do Conselho Nacional de Meio
1219 ambiente, como nas prioridades do MMA para a presente gestão, o programa de prêmios para a reforma
1220 programática em sustentabilidade ambiental e as prioridades do CONAMA. Temas importantíssimos para a
1221 gestão da Política Nacional destacados pelos documentos finais das conferências não receberam uma maior
1222 consideração, como as estratégias para o combate ao desmatamento nos demais biomas brasileiros, além da
1223 Amazônia e da Mata Atlântica apontados como prioridade por 28,2% dos delegados das Conferências Nacionais
1224 de Meio Ambiente. Além da timidez da agenda na previsão do enfrentamento de questões como a perda da
1225 biodiversidade e incentivo à produção de energias solar e eólica, apoio à conversão sustentável e atividades
1226 produtivas, promoção do desenvolvimento local sustentável, revitalização de bacias hidrográficas e outras.
1227 Dessa maneira, as entidades ambientalistas do CONAMA que subscrevem esse pedido de vistas, entendem que
1228 falta na presente recomendação agregação das propostas que compõe a agenda ambiental das organizações
1229 não governamentais e movimentos sociais brasileiros, quais sejam a priorização da agricultura ecológica, a
1230 participação social na gestão da água, a gestão efetiva das unidades de conservação, desenvolvimento
1231 sustentável do turismo, além da instrumentalização da educação ambiental e do direito bienal no processo de
1232 cidadania, dentre tantas outras ainda não devidamente focadas no bojo das ações planejadas para a Agenda
1233 Nacional do Meio Ambiente. Nossa meta é contribuir para que esta agenda internacional, se ainda há percepção
1234 de entraves para implementação de políticas públicas ambientais que nós estamos a todo momento falando
1235 aqui, e as necessidades propostas que efetivamente levem à melhoria e qualificação da participação popular na
1236 gestão do meio ambiente.” Portanto, eu acho que no decorrer do texto, vocês já devem presumir, eu Carlos
1237 Ozório, em nome da sociedade civil registrando novos, os povos indígenas, até nós estamos pedindo vistas da
1238 Agenda Nacional do Meio Ambiente.

1239

1240 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1241

1242 Há um pedido de vistas sobre a mesa devidamente justificado, só queria fazer alguns esclarecimentos ao
1243 plenário. Talvez até como o diretor ou a coordenadora tenha participado intensamente, de quais os mecanismos
1244 criados pelo GT do governador, quais os esclarecimentos no sentido de quais os mecanismos criados pelo GT
1245 para incentivar a participação de todos os Conselheiros e da sociedade, e qual o grau de participação de cada
1246 setor no encaminhamento de propostas para a agenda ambiental em discussão.

1247

1248 **Patrícia Helena Gambogi Boson - CNI**

1249

1250 Bom, eu diante da leitura do documento que submeteu pedido de vistas, eu queria fazer alguns esclarecimentos.
1251 Primeiro, que a agenda teve como base todas as deliberações, e então aquilo que não estava na proposta e era
1252 uma proposta inovadora na confederação que veio das conferências nacionais de meio ambiente 1 e 2, foram
1253 incorporadas aqui. É claro que a pessoa não vai se identificar exatamente com a mesma linguagem, mas o
1254 espírito da ação está aí. A agenda ficou aberta ao público desde o dia 17 de agosto que ela está aberta aos
1255 Conselheiros, e é claro que a sociedade civil se manifestou por seus Conselheiros aqui presente mandando

1256 sugestões. Então, nós trabalhamos para poder não sobrecarregar a rede, nós trabalhamos com os
1257 Conselheiros. Então, os Conselheiros aqui representados, aqueles que representam a sociedade civil, teriam
1258 ampla liberdade de fazer a consulta da forma que quisessem e estariam abertos a receber a proposta e desde o
1259 dia dezessete de agosto, o prazo foi prorrogado por duas vezes. Era para terminar em novembro, mas houve o
1260 pedido para que se ampliasse e a diretoria do CONAMA imediatamente acatou, prorrogou o prazo e o prazo foi
1261 novamente prorrogado, para que as pessoas pudessem se manifestar. E no fechamento das propostas, eu acho
1262 estranho, porque os Conselheiros que representam a sociedade civil não mandaram contribuições e ficou aberto
1263 o tempo todo com inclusive essa secretaria insistentemente mandando ofícios para as pessoas, e então foi um
1264 prazo aberto. Essa agenda ela tem prazo para cumprir. Ela é de 2007 e 2008 e metade de 2007 já foi embora.
1265 Então, eu fico a perguntar se o ótimo é inimigo do bom. Porque pede vistas e até vir aqui novamente passa o
1266 ano de 2007 e a gente não tem uma agenda para ser cumprida. Eu gostaria que as pessoas ponderassem. E
1267 outra coisa é uma recomendação. O que nada impede que outras ações emergenciais e de grande importância
1268 que surjam durante esse mandato de dois anos apareçam, que elas não possam ser complementadas e aqui
1269 são apenas recomendações, não esqueça desse assunto. E acho estranho falar da questão de desmatamento,
1270 porque casualmente abrindo a agenda aqui, tem duas grandes ações em relação ao desmatamento. Criar e
1271 manter mecanismos legais e não desmatamento de regiões passíveis de sofrer desertificação a partir de um
1272 programa nacional, disponibilizar as informações obtidas por intermédio de monitoramento para controle social
1273 de desmatamento. Então, quer dizer, eu acho estranho que tenha, porque isso é apenas duas de um item inteiro
1274 sobre desmatamento. Tem um sub-tema inteiro sobre desmatamento tratando aqui, fora os outros dados que
1275 foram sorteados. Eu queria que os senhores ponderassem em relação a isso, nós estamos numa iniciativa
1276 pioneira de estabelecer um documento mínimo, uma renda mínima de orientação para os nossos trabalhos.
1277 Aqui foi aberta a consulta pública e então teríamos que ter respeito aos outros segmentos que mandavam em
1278 todos os outros segmentos, inclusive o poder público de todas as outras partes que contribuíram e estiveram de
1279 acordo com o prazo, mandaram muitas contribuições, muitas contribuições vieram dos estados, a ANAMMA
1280 mandou muita contribuição. Então, quer dizer, até em respeito aos que respeitaram o prazo, respeitaram os
1281 procedimentos, respeitaram a forma que podia colocar, eu gostaria que fosse ponderado esse pedido de vistas,
1282 especialmente considerando que é só para dois anos essa agenda e meio ano já foi embora. E então, a gente
1283 não teria nenhum outro documento para poder seguir e considerando mais uma vez que é uma recomendação,
1284 isso não é uma coisa de camisa-de-força. Temas importantes outros que pudessem surgir, certamente serão
1285 abraçados pelos temas e sub-temas principais. As ações são só recomendativas de um detalhamento. Os
1286 temas e sub-temas é que são os mais importantes e nos temas, os cinco temas subdivididos por vários sub-
1287 temas, cada um deles, certamente o que foi reclamado aqui.

1288
1289 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1290
1291 Conselheiro Rosalvo.

1292
1293 **Rosalvo Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

1294
1295 Senhor Presidente, senhores Conselheiros e Conselheiras, nós cumprimos o dever de casa, eu acho que nós
1296 fomos o órgão que mais em menos fizemos agenda ambiental, porque entendíamos da sua importância para o
1297 país. Não era importância para o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração ou Governo Federal,
1298 mas para o país. Porque pela primeira vez, nós tínhamos uma agenda, tínhamos uma bússola para navegar nos
1299 próximos dois anos, sobre quais as ações enfim que elas deveriam ser implementadas. Se está bom ou se está
1300 ruim, se está faltando uma linha, um tema, isso ou aquilo, eu acho que só o processo vai dizer isso daí. E esse
1301 processo ele começa exatamente naquela participação que devíamos ter feito desde agosto passado e apenas
1302 tem o item aqui 2.5. 4.5, que é realizar das zonas costeiras e continentais que faltou aqui talvez nós que
1303 esquecemos de colocar, agente formulador do Ministério da Integração também e porque digo isso? Porque
1304 todos os Ministérios, sejam eles todos os órgãos de governo, nos três níveis, Federal, Estadual e Municipal.
1305 Todos eles têm suas atribuições definidas em lei, diferente de quem não é poder público. Então, você só faz o
1306 que está na lei. Agora, quando você não é poder público, tudo bem, você pode deixar de fazer se a lei não te
1307 obriga. Então, por isso que talvez aqui neste item a gente promotor formulador deva ser conhecido e sugiro que
1308 a Patrícia dê uma olhadinha nisso. E acho que foi falha nossa em função da nossa atribuição legal e a gente
1309 coloca aí como formulador o Ministério da Integração Nacional. E, caso seja mantido o pedido de vistas nós
1310 solicitamos também vistas para juntos fazermos o debate em discussão com relação a essa proposta de
1311 agenda, considerando a comissão organizadora sabe disso, de que nós fomos os órgãos que mais participamos
1312 e menos apresentamos a esta agenda devido a importância que a gente achou e acha com relação a esse tema
1313 para a nação brasileira.

1314
1315 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1316
1317 Por favor, o Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre.

1318
1319 **Alberto Pretto Moesch - Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre/ANAMMA NACIONAL**



1320
1321
1322
1323
1324
1325
1326
1327
1328
1329
1330
1331
1332
1333
1334
1335
1336
1337
1338
1339
1340
1341
1342
1343
1344
1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352
1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364
1365
1366
1367
1368
1369
1370
1371
1372
1373
1374
1375
1376
1377
1378
1379
1380
1381
1382
1383

Bom dia, falando agora em nome da ANAMMA Nacional como primeiro vice-presidente. Nós gostaríamos de primeiro colocar a importância sim dessa agenda e elogiar a CNI por essa proposta. Até algum tempo atrás era interessado que o setor empresarial estivesse tão preocupado quanto o setor, digamos, ecológico numa pauta, numa agenda para o meio ambiente. Isso é salutar, e é fruto justamente do amadurecimento do próprio CONAMA. Então, pela ANAMMA, nós queríamos dizer que no nosso entender não há realmente o que reformular. Nós temos que começar a agenda. Todos os assuntos estão aqui muito bem colocados, e aí sim dentro dos debates é que nós vamos aprofundar aquele tema e enfim, nós não podemos no momento em que já há uma proposta bem consolidada, adiar isso. E, esse muitas vezes tem sido o problema de proteger o meio ambiente, de nós estarmos muitas vezes prorrogando no caso uma agenda e um debate que é fundamental. E, eu gostaria de destacar justamente a principal preocupação da ANAMMA, num dos temas colocados aqui na agenda. Faço destaque com relação ao fortalecimento que foi o principal tema da primeira conferência. Não há como nós consolidarmos no desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente, sem consolidação do SISNAMA, aliás, esse é o maior desafio do Brasil em termos de meio ambiente, e isso passa dentre outras questões pelo fortalecimento institucional que está no item cinco. Modernização do SISNAMA, estrutura e processos, a Agenda 21, assuntos internacionais, articulação do SISNAMA com políticas públicas, e qual é nossa preocupação justamente, e nós nos sentimos inclusive obrigados a externar aos nossos colegas do Conselho a extrema preocupação da ANAMMA com a saída do Langone do Ministério do Meio Ambiente. Isso é extremamente preocupante, ao contrário do que ocorre no Governo Federal em todas as áreas, que é procurar centralizar, isso é o vício histórico do Governo Federal desde o império. E ao contrário, nós vimos um Ministério do Meio Ambiente através da liderança do Langone, justamente com uma preocupação e uma priorização de fortalecer os municípios e estados, e o seu papel de fortalecer o meio ambiente. Nós não vamos conseguir proteger o meio ambiente e não vamos conseguir agilizar os processos, se nós centralizarmos tudo em nível federal. E continua faltando e não falo aqui de Porto Alegre, que não é o caso, Porto Alegre está muito bem estruturada em termos de licenciamento ambiental, lá estado e união não entram só quando nós solicitamos apoio e isso já está muito maduro. O Ministério Público entende assim. O IBAMA entende assim, então não estou falando de Porto Alegre. Estou falando como ANAMMA Nacional. Nós não estamos conseguindo fortalecer os municípios dentro do seu papel, inclusive de preocupação com licenciamento e monitoramento de impactos, inclusive locais. Então, fica aqui primeira externalização da ANAMMA com relação a essa preocupação, sim profunda da saída do Langone e sua equipe. Espero que isso não reflita no retrocesso de fortalecimento e de diálogo com os municípios e estados com relação ao seu papel de proteção ao meio ambiente. E isso passa também, aí eu encerro, passa também tudo isso por uma agenda que mais do que nunca está na hora de nós iniciarmos ainda hoje esse processo de discussão, em cima de uma agenda, que na nossa opinião, muito bem relatada, embora como sempre, precisa de aperfeiçoamentos. Mas no nosso entender seria pior nos adiarmos uma agenda que já deveria ter sido iniciada há muito tempo. Parabéns à nossa colega do Conselho. Muito obrigado.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Só um minutinho, por favor. Tinha mais um inscrito. Só um minutinho para esclarecimento da mesa primeiro com relação ao processo de votação. São meio-dia e cinco quase. Encerrou o processo de votação, a mesa vai dar mais cinco minutos porventura se alguém não votou, por favor, dirija-se para registrar seu voto. Segundo, que a mesa encaminhará não só ao Ministério, mas ao próprio Langone esse registro, sem dúvida ele vai ficar feliz em saber que o seu esforço ao longo de quatro anos nessa agenda de fortalecimento do CONAMA é reconhecido pela ANAMMA. E tranquilizar, no sentido de que nesse novo período de compromissos de mais quatro anos, a princípio pelo menos nessa nova gestão as quatro diretrizes de meio ambiente continuam as mesmas, ou seja, fortalecimento do ambiental sustentável, controle social e política integrada.

Carlos André Osório Carneiro – Entidades Ambientistas Região Sudeste - BICUDA

Carlos Ozório. Só gostaria de registrar aqui. Isso está acontecendo desde ontem que nós dos movimentos ambientalistas, nós não estamos desrespeitando o trabalho de ninguém aqui. Pelo contrário, se nós queremos discutir é porque nós estamos exatamente respeitando o trabalho de vocês. Agora, só queria que são admissíveis e desrespeito é desrespeitar quem quer exercer o regimento. Eu acho que isso aí está claro, e se nessa casa aqui existe um regimento interno, ele serve para ser seguido e não para ser utilizado nos momentos em que as discussões governamentais ou ambientalistas estão querendo fazer posicionamentos de serem vetadas algumas atitudes. Portanto, regimento interno serve para ser utilizado a partir do momento que qualquer Conselheiro sinta a necessidade de utilizá-lo como instrumento para permanecer discutindo. E eu não vou me prolongar aqui, só queria deixar claro que todos os posicionamentos para o pedido de vistas que nós fazemos e a justificativa como foi exigida ontem, a justificativa foi entregue à mesa, é recomendações nós faremos no momento oportuno, que eu acredito que não seja aqui agora, porque tem muita coisa que a gente gostaria de sugerir. Muito obrigado.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

1384
1385
1386
1387
1388
1389
1390
1391
1392
1393
1394
1395
1396
1397
1398
1399
1400
1401
1402
1403
1404
1405
1406
1407
1408
1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430
1431
1432
1433
1434
1435
1436
1437
1438
1439
1440
1441
1442
1443
1444
1445
1446
1447

OK. Só esclarecendo que a mesa procura cumprir o regimento e em nenhum momento sequer mencionou a possibilidade de que o pedido de vistas não fosse acatado. Apesar que ontem na sua fala, você ter registrado uma reclamação de que a mesa segue muito o regimento, mas a mesa continuará a proceder assim. Está bem, está esclarecido. Sim, a CNI quer, a Conselheira Patrícia. Sim, você só inverteu, desculpe.

Eduardo Mattedi Furquim Werneck – Governo do Estado da Bahia

Bom, sou Eduardo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado da Bahia. Sei que está chegando a hora do almoço, mas eu gostaria de fazer uma pequena consideração talvez mais filosófica. Eu fico pensando, eu lembrei de cartas ao jovem poeta diz que as coisas estão longe de ser tão tangíveis e visíveis quanto nos possa parecer crer. A maior parte dos acontecimentos habita num espaço que palavra alguma jamais tocou. Eu quero trazer essa reflexão, porque nós temos que dar conta da realidade. E a realidade na democracia que nós vivemos, ela é instituída, hoje a realidade é instituída pela linguagem, pelo jurídico, pelo costume, e este Conselho, eu sou novo aqui, precisa dar conta. A gente não pode revogar a realidade. A gente tem que dar conta dela. Não pode revogar um costume milenar. Por exemplo, da convivência entre os animais e os humanos, da domesticação de animais. Então, é preciso dar instrumentos para que o técnico do IBAMA, possa, por exemplo, dizer que animais podem ser domesticados. Isso é fortalecer o meio ambiente. Mas ontem, o professor já novamente que o processo participativo encontra mais um momento para a agenda de 2009 e 2010. Contribuições para a agenda 2009 e 2010, e aprovarmos essa agenda para que possamos correr atrás dos meses perdidos. Eu chamo a atenção, conversei para dizer isso. A maior parte dos acontecimentos habita esse espaço que a gente não tocou. As questões ambientais também, nós temos limites do nosso conhecimento. E é nesse sentido, que eu acho que, por exemplo, a questão do Rio Madeira tem que ser respeitado, porque nós não temos o conhecimento para instalar ali uma hidrelétrica, e é nesse mesmo sentido que a gente precisa aprovar essa agenda. Porque o tempo 2007 já está acontecendo. E ela se propõe a ser 2007 e 2008. Desculpe se me estendi um pouco em reflexões mais de cunho filosófico, mas é para a gente poder pensar um pouquinho sobre em que patamar nós estamos pisando. Quais são as bases sobre as quais estamos nos posicionando, senão não teremos um fundo, um chão capaz de delimitar o nosso desejo de um outro mundo. Nós temos um desejo de outro mundo que precisa ser construído concretamente. É nesse sentido que quis me manifestar aqui e solicito mesmo aqui, não sei se as entidades ambientalistas aqui representadas poderiam repensar esse pedido de vistas para a agenda. Estou solicitando isso oficialmente e sem nenhum prejuízo para o posicionamento e aperfeiçoamento da agenda. Eu acho que 2009 e 2010 estão aí, e eu solicito aqui que vocês repensem esse pedido de vistas. Obrigado.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Conselheira Patrícia.

Patrícia Helena Gambogi Boson - CNI

Eu só queria esclarecer que em momento nenhum a CNI pediu para não se respeitar o regimento interno, ela fez um pedido de ponderar o pedido de vistas, tendo em vista, que esse processo ficou aberto à consulta pública desde o dia 17 de agosto até final do mês de fevereiro. Então foi o tempo absolutamente mais do que necessário para o trabalho que foi solicitado. E, estranhamente todos os Conselheiros, todas as representações humildemente ficaram satisfeitas com esse prazo. Aceitaram esse prazo e colaboraram com a agenda nesse prazo. E o papel da CNI nessa questão da agenda foi apenas técnico de coordenação. Não teve outro papel de coordenar as sugestões que vieram de todos, desde o início do processo, porque o início do processo também foi absolutamente amplo. Além de consolidar as deliberações das duas conferências nacionais, foram ainda mais amplo ainda. Então, o que a CNI fez foi só um pedido de ponderação, pediu para ponderar. Todos os Conselheiros tem todo o direito de exercer o dever e a responsabilidade que o regimento lhe confere.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Desculpe. Antes tinha havido uma solicitação de palavra aqui, mas o doutor Ubiraci na seqüência.

Ubiracy Craveiro de Araújo – Membro Honorário do CONAMA

Ubiracy Araújo, Membro Honorário. Também estou debutando nesse Conselho e com muita honra. Admiro muito o trabalho do CONAMA e aqui uma vertente que se pode destacar é da democracia, e em se cumprindo o regimento, a gente pode até discordar ou concordar com alguma coisa, mas em se cumprindo o regimento está assegurando o direito de todos os segmentos. E, justamente por ser a minha estréia aqui, desde ontem tenho percebido uma coisa. Quando a sociedade civil pede vistas num assunto várias reclamações aparecem, mas quando Minas e Energia pediu vistas dos 22 processos de multa da Petrobrás ninguém reclamou. E é uma matéria que já vem se discutindo há muito tempo com pareceres técnicos, e então só queria registrar isso.

1448 Quando a sociedade civil pede vistas é estranho. Quando Minas e energia pede vistas ninguém fala nada.
1449 Obrigado. (palmas).

1450
1451 **Carlos José Esteves Gondim – Entidades Ambientalistas da Região Norte - Novos Curupiras**

1452
1453 Bom dia, Carlos Gondelmo, Novos Curupiras. Sou do Pará e a primeira vez também participando do CONAMA.
1454 Eu tinha entendido esse Conselho como Conselho pluri e um Conselho que respeitava a democracia e
1455 respeitava os entendimentos de todos. Na verdade, entendo o CONAMA como uma participação não só do
1456 regime público, não só dos órgãos públicos, mas também da parcela empresarial da própria sociedade civil, mas,
1457 infelizmente, e ratificando na fala anterior, se percebe que quando a sociedade civil, e aí a expressão da própria
1458 mesa do olhar da mesa e das características da direção da mesa, se percebe que quando a sociedade civil pede
1459 vistas para aprimorar um assunto já discutido ou que ainda está discutido pelos órgãos públicos, existe um
1460 espanto que exige essas palavras de proteção e exigem essas palavras de desrespeito do trabalho ao
1461 próximo. Na verdade, nós não estamos aqui para desrespeitar, mas para ajudar, compartilhar, adequar e
1462 fomentar justamente essa discussão, e até mesmo porque nós temos um prazo regimental de 30 dias, onde a
1463 matéria terá que obrigatoriamente ser votada em regimento de urgência. Agora, quando o Governo pede vistas
1464 e aqui representado pelos nossos Conselheiros de Minas e Energia os processos que iniciam em 2002 e
1465 passaram por todas as instâncias administrativas e foram analisadas pelo próprio Ministério de Meio Ambiente e
1466 ainda foram analisadas pelas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, todo mundo respeita o posicionamento
1467 do Ministério das Minas e Energia. São muitas vinculadas a danos ao próprio meio ambiente comprovados por
1468 danos ao meio ambiente, e simplesmente a justificativa do Ministério das Minas e Energia, é dizer que o voto
1469 não estava adequado. Adequado a quê? Mas cadê a adequação do Ministério das Minas e Energia. Adequada
1470 a quê? Então, nós temos que participar, nós temos que repensar o nosso posicionamento aqui dentro do
1471 CONAMA dentro do aceiteamento de uma sociedade plural, e o desrespeito a essa sociedade plural. Se nós
1472 temos a prerrogativa de vistas, essa prerrogativa de vistas poderá ser sim, quando nós dentro da razoabilidade e
1473 dentro da ponderação temos a crescer. Não estamos fazendo nenhuma crítica negativa ao governo e não
1474 estamos fazendo nenhuma crítica negativa à CNI, nós queremos apenas adequar um procedimento. Muito
1475 obrigado.

1476
1477 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1478
1479 OK. Obrigado. Só queria esclarecer que eu sou sério assim mesmo, desculpe, mas é a minha forma de ser, eu
1480 não tenho como alterar essa forma de ser e isso não representa e não significa de maneira alguma, e se dá a
1481 entender dessa maneira peço que observe que isso não significa de maneira alguma a não atenção a um
1482 aspecto fundamental do CONAMA, que é a sua pluralidade e a presença dos diversos setores da sociedade que
1483 se manifestam aqui de maneira absolutamente livre. A única coisa que eu queria observar é que a mesa em
1484 todos os momentos que foi pedido vistas, a mesa concedeu vistas, sem qualquer menção a uma dificuldade. A
1485 não ser na primeira, porque o regimento estabelece que é preciso justificativa, apenas no cumprimento do
1486 regimento do CONAMA. E nessa oportunidade em que a justificativa apresentada pelos recorrentes colocava a
1487 ausência da possibilidade de participação no GT ou a dificuldade ou um processo que teria sido conduzido de
1488 maneira a dificultar a participação no Grupo de Trabalho. Então a mesa pediu esclarecimento ao coordenador
1489 do GT com relação a como foi conduzido esse trabalho, porque se algum Conselheiro traz aqui uma
1490 manifestação que não teve oportunidade de participar de um Grupo de Trabalho instituído ao CONAMA, se isso
1491 realmente ocorreu, isso é uma preocupação para a mesa diretora do CONAMA e esse esclarecimento eu entendi
1492 que seria absolutamente necessário, não para avaliar ou não a pertinência ou se a mesa iria conceder vistas ou
1493 não. Porque o pedido de vistas está estabelecido no regimento como direito de qualquer Conselheiro sendo
1494 pedido vistas, esse direito é respeitado sem qualquer vacilação pela mesa. Agora, se nós instituímos um Grupo
1495 de Trabalho com tamanha responsabilidade de trazer aqui a esse plenário uma proposta construída de agenda
1496 nacional para os próximos 2 anos ou para os próximos um ano e meio ou um pouco mais, e há uma
1497 manifestação aqui de Conselheiros de que a participação do Grupo de Trabalho, houve enfim dificuldades, eu
1498 achei por bem que essa questão fosse esclarecida. Desculpe-me se eu agi errado no seu entendimento. Mas
1499 eu achei que isso devia ser esclarecido. Então, essas foram as duas únicas oportunidades não foi apenas no
1500 pedido de vistas às multas em que a mesa não fez qualquer manifestação, em todos os demais pedidos de
1501 vistas, a não ser no primeiro, onde não havia justificativa e nesse último onde a justificativa trazia para o plenário
1502 uma preocupação em que a mesa procurou então esclarecer. Então, eu só queria deixar isso registrado para
1503 que não se confunda, talvez a minha fisionomia com a condução dos trabalhos aqui no CONAMA, que não
1504 venha a prejudicar qualquer um dos setores que aqui participam. Conselheiro Rosalvo.

1505
1506 **Rosalvo Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

1507
1508 Presidente, então nós retiramos o pedido de vistas.

1509
1510 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1511

1512 O pedido de vistas permanece solicitado pelas entidades que subscreveram aqui o requerimento e essa matéria
1513 voltará a constar da próxima reunião e o diretor gostaria de fazer um esclarecimento.

1514
1515 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

1516
1517 Só uma breve observação. A respeito da colocação que fez o nosso procurador e doutor Ubiraci Araújo que
1518 muito nos honra pela presença dele como Conselheiro Honorário como o próprio nome diz é o único Conselheiro
1519 Honorário do CONAMA que nós temos a honra de receber e isso é um valor como de qualquer outro Conselheiro
1520 e agradeço a observação que ele fez. Acho importante que a gente sempre tenha esse senso de autocrítica
1521 sobre a condução dos trabalhos. Nós não podemos aqui como Diretor do CONAMA e como Presidente da mesa
1522 cercar a livre manifestação de qualquer Conselheiro e sobre qualquer segmento que componha o CONAMA, e
1523 também quero aqui assegurar a liberdade que todos têm de também exercer um pouco a função política que
1524 esse Conselho tem de fazer muitas vezes apreciação do procedimento de um ou outro segmento, mas por isso
1525 mesmo achei valorosa a sua manifestação, e quero só esclarecer que não há pelo menos a gente tem procurado
1526 se esforçar muito para não deixar que qualquer segmento seja privilegiado ou prejudicado em relação aos
1527 demais. E esse é um esforço que a gente tem procurado praticar e até no trabalho da agenda vale a pena fazer
1528 uma menção muito especial à participação da CNI através da Conselheira Patrícia que coordenou esse trabalho
1529 de uma forma assim que me surpreendeu bastante, porque mesmo na segunda conferência nós tivemos um
1530 debate bem lidado com o setor empresarial. Naquele momento ela foi também uma liderança importante sobre
1531 alguns debates da conferência, mas mesmo assim, ela teve uma isenção assim admirável no sentido de trazer
1532 para a agenda contribuições da conferência que eles debateram às vezes discordando de alguns procedimentos
1533 e deliberações, e acho que isso mostra uma evolução muito importante de um segmento empresarial que
1534 durante muito tempo foi visto como atuando apenas focado no seu próprio interesse aqui no Conselho. Eu acho
1535 que mostra uma evolução. E ao mesmo tempo, eu quero também enaltecer o trabalho da sociedade civil. Eu
1536 acho importante especificamente esse pedido de vistas para a agenda, eu acho que seria interessante. Eu vou
1537 dizer porque. Porque me dá esperança que nos próximos 30 dias ou 45 dias o segmento se envolva mais,
1538 porque essa agenda não se dirige à sociedade civil. Se dirige prioritariamente aos órgãos do SISNAMA no caso
1539 de órgãos da política ambiental municipal, como manifestou o secretário de Porto Alegre, estaduais e união
1540 também órgãos do Governo Federal que tem na agenda apenas uma recomendação para suas ações. Mas era
1541 importante dar algumas diretrizes que podem ajudar no fortalecimento do próprio que continua e vai continuar
1542 sendo uma diretriz do Ministério, mas é muito importante mesmo que não seja alvo da agenda, é muito
1543 importante a opinião da sociedade civil nesse processo da agenda. E, infelizmente, desde 17 de agosto foi o
1544 segmento que menos participou até o Conselheiro André de Santa Catarina chegou a participar de uma reunião
1545 que a gente discutiu assim em linhas gerais a agenda, e ali a gente observou que o envolvimento da sociedade
1546 civil foi praticamente zero na discussão da agenda. Então, eu tenho esperança que agora com o pedido de
1547 vistas a gente possa contar com a participação mais ativa do segmento, porque isto com certeza vai enriquecer
1548 bastante a agenda, e acho que o fato de atrasar mais um mês ou mais 40 dias, não compromete a aplicação por
1549 parte dos órgãos. E então, eu quero destacar bem que o tratamento que a direção do CONAMA procura dar no
1550 Ministério é absolutamente igualitário, corrigir, inclusive por lei e inclusive pelo decreto o segmento da sociedade
1551 civil, das entidades ambientalistas é o único segmento que é inclusive financiado pelo próprio Ministério,
1552 reconhecendo a dificuldade que às vezes a sociedade e entidades têm de se auto financiar para ter uma
1553 participação ativa aqui. E então, é só esse esclarecimento e eu agradeço a observação do Conselheiro
1554 Honorário. Obrigado.

1555
1556 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1557
1558 Conselheira Zuleica, por favor.

1559
1560 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC**

1561
1562 A nossa idéia agora é fazer uma análise então da agenda e verificar se tudo foi contemplado mesmo, nós
1563 queremos fazer uma grande observação geral para a sociedade civil que tem muita dificuldade de cooperar,
1564 principalmente quando a gente não está pensando nisso, estamos pensando nos grandes problemas e estarmos
1565 todos envolvidos com os grandes problemas nacionais, mas ontem eu consultei o Coordenador Geral do Fórum
1566 Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, e consultei ele sobre uma afirmação que tenho aqui na agenda,
1567 dizendo que na primeira minuta seria disponibilizada também ao Fórum Brasileiro. E ele diz que não, que não
1568 recebeu, não chegou a receber isso a ponto de colocar isso nas grandes redes nacionais. Então, é só uma
1569 observação, quando se fala assim que ninguém compareceu e tal, eu acho que isso é um outro problema que
1570 nós precisamos resolver e já está ficando claro aqui que não é igual, não há isonomia dos segmentos, não
1571 podem ser considerados, cadê a sociedade civil, cadê os ambientalistas voluntários, venham aqui, porque nós
1572 aqui governo decidimos fazer esse trabalho. Não é assim que funciona. Nós temos que pensar melhor e com
1573 mais calma antes de agir dessa forma e dessa maneira as ONGs não podem mais pedir vistas, porque toda vez
1574 que pedirem vistas, vão ser solicitadas a mudarem de idéia e isso realmente precisa parar e rever todos os
1575 procedimentos e ver onde estão os erros, onde estão os problemas, porque isso está acontecendo do ponto de

1576 vista sociológico, não do ponto de vista autoritário, que a gente tem visto bastante. Obrigado.

1577

1578 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1579

1580 OK. Mais alguma manifestação? Então nós vamos encerrar os trabalhos agora pela manhã, retomando então

1581 às 14 horas. Obrigado a todos, boa tarde.

1582

1583

1584

1585

1586

1587

1588

1589

1590

1591

1592

1593

1594

1595

1596

1597

1598

1599

1600

1601

1602

1603

1604

1605

1606

1607

1608

1609

1610

1611

1612

1613

1614

1615

1616

1617

1618

1619

1620

1621

1622

1623

1624

1625

1626

1627

1628

1629

1630

1631

1632

1633

1634

1635

1636

1637

1638

1639

vista sociológico, não do ponto de vista autoritário, que a gente tem visto bastante. Obrigado.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

OK. Mais alguma manifestação? Então nós vamos encerrar os trabalhos agora pela manhã, retomando então às 14 horas. Obrigado a todos, boa tarde.

Intervalo para Almoço

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA

Boa tarde a todos. Em respeito aos Conselheiros pontuais, nós vamos procurar dar uma tolerância de no máximo cinco minutos para os retardatários aqui. Mais cinco minutos e a gente dá início dando seqüência à pauta dessa reunião ordinária. Nós vamos começar a sessão da tarde da 85^a. Reunião Ordinária, e quero pedir, por favor, que o pessoal da secretaria convide os Conselheiros que ainda estão fora do auditório para que adentrem o recinto e aproveitem também e chamo o Presidente da mesa para a gente dar início.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Boa tarde, dando início aos trabalhos do período da tarde, nós entramos agora na pauta das moções. Tem um número grande de moções a serem votadas, moções que já estão votadas há alguns anos e a intenção é que consigamos avançar na votação dessas moções, e em função disso, a mesa propõe ao plenário que na discussão das moções nós façamos uma manifestação favorável à moção e uma manifestação contrária, quando houver discussões. Talvez tenha moção que até que não haja manifestações contrárias. Mas quando houver discussões a gente restrinja uma manifestação a favor e uma contra para ver se a gente consegue vencer a pauta, porque nós estamos no item 7. 9. E vamos até o 7. 23. Conselheira Zuleica.

Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC

Eu não posso concordar, porque essas moções demoraram muito para chegar nesse momento de discussão. Porque quando elas foram discutidas anteriormente foram objetos pedidos de pauta, pelo menos duas ou três que são da pauta, a do Madeira e do Mauá, principalmente elas foram sempre cercadas de muita controvérsia e muita polêmica. Então, eu acredito que nesse momento em que a plenária terá que votar, não tem mais nenhum dispositivo no regimento interno que permita retirar agora através do pedido de vistas, eu acho que chegou o momento de dar um tempo para uma discussão ampla com defesas e provavelmente terá muitos ataques a essa moção e uma defesa e um ataque à moção?

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Ataque, não vamos dizer assim. Uma manifestação contrária.

Zuleica Nycz - Entidades Ambientalistas da Região Sul - APROMAC

Eu acho que é muito pouco para a relevância do assunto do ponto de vista político, inclusive. Eu pelo menos, gostaria de discutir o Madeira junto com o Kanindé e na sua proposta eu já não teria mais essa oportunidade.

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

Se é uma proposta da mesa, a mesa como de praxe segue o regimento e o regimento manda impor essa restrição, e se o plenário não tem acordo com relação a isso a mesa não irá restringir as manifestações. Então, vamos entrar no ponto 7. 9 que é a moção sobre o aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira. Foi apresentado pelo Pedro e gostaria de abrir a palavra para as manifestações.

Luis Carlos Maretto – Entidades Ambientalistas da Região Norte - KANINDÉ

Sou Luis Carlos, Associação Kanindé da Região Norte. Eu queria fazer uma colocação inicial e depois fazer umas considerações e depois vou passar para a companheira Zuleica também contribuir, porque ela está preparando um ofício aí para poder apresentar aqui. Eu queria colocar que nós como ambientalistas não somos contra o crescimento do país, muito pelo contrário, a gente quer que o país cresça, mas por outro lado também, nós não vamos permitir que esse crescimento seja desordenado e a legislação bienal seja atropelada, e muitas coisas que a gente considera importante sejam passadas por cima. E muitas coisas que a gente acha super errado é a forma como foram feitos os estudos de impacto ambiental. Primeira coisa, não foi obedecida a Política Nacional de Recursos Hídricos onde é colocado claramente que toda unidade territorial tem que ser contemplada, os estudos foram fragmentados pegando apenas uma pequena parte da bacia onde a área de

1640 influência direta vai praticamente de Porto Velho trecho de 260 quilômetros. A área de influência indireta foi
1641 pouco abrangente, não foi estudado nada, o montante de chamada não foi considerado nada com relação aos
1642 países, sabe que é um rio nacional, há um rio no Peru que esse rio também vai ser afetado. E, então não foi
1643 considerado um estudo nenhum na parte boliviana, na parte peruana. A bacia do Madeira pega quatro estados
1644 brasileiros, pega Rondônia, Amazônia, Mato Grosso e Acre, e nunca foi feito estudo nenhum nesses outros
1645 estados, nada e nem sequer audiência pública. Então, da forma que foi feita e que está sendo feito, é uma
1646 forma incorreta do ponto de vista da legislação ambiental brasileira. Então, se o CONAMA é um Conselho e
1647 exatamente um fórum deliberativo e consecutivo para se apresentar propostas para adequar a lei, como é que a
1648 gente vai permitir que um empreendimento desse porte seja aprovado sem haver essas correções. A gente tem
1649 que considerar que o Rio Madeira é o décimo maior rio do mundo em extensão. Especialistas dizem que os
1650 empreendimentos de madeira vai ser o quarto maior do mundo, especialistas colocam isso. Então, a gente tem
1651 que ver que é um montante muito grande e a gente não pode simplesmente fechar os olhos para os erros e
1652 concordar com muitos pontos negativos apontados por especialistas e foram encontrados mais de 30 erros
1653 nesse EIA RIMA, e foi passado para o IBAMA, e levou e condenou os estudos do ponto de vista ambiental e
1654 considerou o empreendimento inviável do ponto de vista ambiental. Então, tem que ver que a coisa é muito
1655 grande e tudo numa escala muito grande. E, que a gente precisa ter muito cuidado de aprovar isso para não cair
1656 no mesmo erro que a gente caiu na transamazônica, tem muito erro e não podemos simplesmente deixar ser
1657 levados por esse programa de aceleração que a gente sabe que vai ter um apagão no Brasil e vai precisar de
1658 energia e a gente sabe que tem que se recorrer de alguma forma e contornar isso. Mas nem por isso também a
1659 gente vai permitir que essas aberrações todas nas hidrelétricas de Madeira, que caso aconteça isso vai
1660 comprometer as populações Ribeirinhas e várias populações entre Porto Velho e a foz do Amazonas, e a
1661 questão de peixes vai ser muito afetada e os estudos que foram encontrados 463 espécies no Amazonas quedas
1662 que tinham maior índice de abundância de peixes. Então, 463 espécies de peixes e mais de 498 espécies de
1663 árvores. Então, tudo é uma escala muito grande. Eu acho que a gente tem que ter muito cuidado com tudo isso
1664 e não aceitando as coisas muito fáceis. Acho que a gente nunca pode deixar o lado econômico sobrepor o lado
1665 ambiental. Eu acho que tudo é uma questão de custo benefício. Eu acho que tem que jogar numa balança e
1666 medir exatamente até onde compensa mais de um lado ou compensa mais de outro. Se a gente pesar muito
1667 para o lado econômico e esquecer o lado ambiental, com certeza os impactos vão ser grandes e o meio
1668 ambiente vai sentir com isso. Por outro lado também, eu quero dizer que a Amazônia e nada pode ser feito. Eu
1669 acho que o Brasil tem que crescer, só que tem que crescer com critérios, obedecendo legislação, ouvindo
1670 populações tradicionais, ouvindo as populações desses cinco estados, ouvindo o lado boliviano, o peruano e
1671 acho que a gente tem que amadurecer um pouco mais nesses estudos, e acho que aprovar agora esse
1672 licenciamento e começar os empreendimentos seria uma coisa muito danosa. E o próprio EIA encontrou muitos
1673 erros, muitas lutas principalmente com a questão de arrecadação, onde se coloca claramente que não se sabe
1674 bem certo, até onde vai e isso vai ser definido em estudos futuros, muita dúvida com relação a questão de
1675 sedimento no Rio Madeira é uma coisa muito séria, ele é responsável pela formação de várias ilhas ao longo do
1676 Rio Madeira e responsável até pela formação da ilha do bananal. Eu acho que é uma coisa complexa e do meu
1677 ponto de vista, eu acho que deveria passar esse EIA RIMA, deveria ser feito integralmente e deveria ser
1678 considerada toda a Bacia do Rio Madeira, mesmo que não fosse na totalidade, mas que fosse considerado pelo
1679 menos a parte mais significativa, que fosse contemplado também os países vizinhos. Então, eu acho que está
1680 jogado aí e passada a idéia. Aí cabe a cada um se concordar da coisa do jeito que está sendo feita, pode deixar
1681 a coisa acontecer, mas aqueles que tem um pouco de consciência ecológica e dão um pouquinho de valor para
1682 o meio ambiente, reflitam um pouco e pensem bem nas consequências futuras. Eu sei que do nosso ponto de
1683 vista nossa preocupação está lançada, e aí cabe a todos decidirem. Obrigado.

1685 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

1686
1687 Boa tarde. É José Cláudio. Eu queria dizer ao Conselheiro do Kanindé para lembrar o seguinte. Nós não
1688 estamos aqui julgando se vamos ou não dar a licença, vamos separar as coisas. Ser a favor ou contra a moção,
1689 não significa se você é favor ou contra o processo. Eu entendo que moção é para levar um recado, no caso aí
1690 ao IBAMA. Hoje de manhã eu já tive a oportunidade de colocar meu ponto de vista com relação ao
1691 licenciamento e que não concordo com o que vem sendo feito e acho que grande parte das pessoas. Nós temos
1692 um problema de normalização que precisa mudar e insisto que devemos até aproveitar essa crise para pensar
1693 em mudanças, mas muito do que está sendo solicitado aqui na moção, com exceção da questão dos impactos
1694 em outros países, pelo meu entendimento, o que o diretor ou ex-diretor Luiz Felipe falou, foi exatamente o que o
1695 IBAMA está encaminhando e solicitando uma série de informações complementares. E quando eu coloquei do
1696 despacho, voltou inclusive com a demanda à equipe técnica do IBAMA para umas sete complementações,
1697 inclusive na complementação da contratação da consultoria internacional, até para discutir pontos polêmicos que
1698 tenha explicitado na questão, e então acho que tudo isso que você está pedindo aqui é procedente, sim. Eu acho
1699 que essas complementações e esclarecimentos devem, pelo o que eu entendi, de hoje para amanhã serão
1700 feitos. Agora, a única coisa que eu não entendi aqui é que sustenta o processo de licenciamento. Por todos os
1701 problemas que nós temos na norma hoje e essa é exatamente a norma, o único espaço, infelizmente, que nós
1702 temos para discutir tudo isso, é no licenciamento ambiental. Então para mim ficou um pouco incoerente pedir
1703 para suspender o processo de licenciamento, porque se nós suspendermos um processo de licenciamento, nós

1704 não temos outro fórum para discutir ou para receber os esclarecimentos necessários pelas lacunas, que você
1705 tem toda razão que o termo de referência deixou e que precisam ser sanados. Então, é a única coisa que eu
1706 não estou concordando na moção é de suspender o processo de licenciamento, até porque me parece que todas
1707 as providências com exceção dos impactos nos países foram encaminhados, segundo o diretor do IBAMA hoje
1708 pela manhã.

1709
1710 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1711
1712 Conselheiro José Carlos.

1713
1714 **José Carlos Gomes Costa - MME**

1715
1716 José Carlos do Ministério das Minas e Energia. Bom, antes de mais nada, eu acho que esse almoço foi um
1717 pouco indigesto. O seu almoço foi um pouco indigesto, porque Ilha do Bananal ser influenciada pelo Rio Madeira
1718 bacias um pouco longe uma da outra você deve ter se referido à outra ilha que não a Ilha do Bananal. OK. Eu
1719 vou ser um pouquinho mais enfático do que o José Cláudio que me antecedeu primeiro, porque já discutimos
1720 muito isso, e quem se lembra do ano passado, nós já conversamos sobre isso aqui nessa plenária. Quem
1721 esteve na parte da manhã ouviu rigorosamente todas as explicações do Luiz Felipe sobre todos esses
1722 considerandos e em especial, a questão eu vou me pegar um pouco mais na questão de estender a todo o Rio
1723 Madeira, a gente tem muito o ímpeto de por termos uma legislação muito boa na área ambiental, nós temos
1724 muito o ímpeto de fazer o mundo o nosso espelho. É complicado isso, a gente quer entrar na Bolívia e dizer o
1725 que eles devem fazer ou Equador ou Peru. Daqui a pouco o querosene que vocês usaram para poder pegar o
1726 jato no avião que vocês vieram para cá, ele veio da Venezuela ou veio quem sabe do Iraque, nós vamos exigir
1727 também o licenciamento ambiental de lá para poder aceitar o querosene do avião que nós usamos aqui. Então,
1728 nisso existe alguns limites. A discussão tem limite e mais uma vez eu lembro a vocês a questão e eu tenho
1729 confiança total do trabalho que o IBAMA está fazendo. Eu, o Ministério das Minas e Energia. A exposição do
1730 Luiz Felipe aqui foi extremamente clara. Não ouvi contestações do tipo que foram feitas agora de novo. Eu
1731 pergunto, porque esse assunto foi discutido. Agora, se essa questão foi apresentada em seus detalhes na parte
1732 da manhã, ou seja, o IBAMA está cuidando disso com todos os cuidados pela legislação e considero
1733 absolutamente improcedente acusar o IBAMA de irresponsável no processo como chamou o IBAMA aqui de não
1734 respeitar a legislação e outras frases que me aterrorizam. Nós estamos seguindo tantos empreendimentos,
1735 furnas como empreendedor, quanto o IBAMA, estão seguindo rigorosamente a legislação e está sendo atendido
1736 sim isso aí. É um projeto novo, um projeto de grande porte e está sendo seguida a legislação desse país.
1737 Então, não procede e não aceito essa acusação do IBAMA, e aquela pregação que enquanto eu estiver aqui
1738 vocês vão ouvir sempre isso, realmente falou um pouco, mas eu quero lembrar que esses dados todos que eu
1739 tenho de consumo de energia e o que a gente espera de tantos para ter o crescimento atual antes do PAC, nós
1740 estamos revendo os números. Nós fizemos um exercício, alguns exercícios sobre o que vai acontecer se nós
1741 não tivermos as hidrelétricas. Hidrelétricas não é que nós estamos querendo acabar com a Amazônia nem
1742 nada. Hidrelétrica é renovável. É a única fonte renovável que nós temos em abundância no Brasil. Não temos
1743 outras renováveis, não vão me convencer que a solar vai resolver o problema no país, porque o custo que ela vai
1744 exigir é improcedente. O que nós temos é hidráulico e nós usamos em torno de 30% das nossas
1745 disponibilidades. Já está ou em operação ou em construção e os países que já esgotaram tudo o que podiam,
1746 seja da Europa, seja Estados Unidos, eles estão na faixa de até 60%. Nunca se explora 100%, é impossível
1747 isso. O Brasil, temos expectativa de chegar até 50%, obviamente se a gente conseguir licenças devidas, mas
1748 existe a hipótese de não sair licença nenhuma. Se vá todos os recursos hídricos do país, o tamanho dele do Rio
1749 Grande do Sul até Belém hoje, equivale entre Portugal até Moscou, para vocês terem idéia do tamanho, não
1750 estou falando de localidade isolada, é a maior rede que tem no mundo empoeirada de forma única. Hoje a
1751 Ministra Marina, quero lembrar a vocês, a Ministra Marina reconhece que nós somos um país em termos de
1752 energia elétrica renovável em torno de 15 ou 16% hoje e hoje significa que nós estamos emitindo por conta
1753 desses 15% uma parte de emissão, mas a parte que é térmica, combustível fóssil nós estamos emitindo da
1754 ordem de 40 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera, essa é a média e o mundo de 2006. Bom, tira as
1755 hidráulicas. O que deu? Num universo de dez anos, energia cinco anos já era. Falou com muita atenção que
1756 os prazos são muito curtos em energia quando se fala em quatro ou cinco anos. Quatro ou cinco anos já
1757 aconteceu, já definimos qual é a oferta possível de energia dentro de quatro ou cinco anos hoje. No caso tem
1758 vários cenários realmente, mas se não sair o cenário de não sair Madeira e não sair e algumas outras
1759 hidrelétricas que nós estamos pensando para a Região Norte, o que hoje é 84% de renovável no país vai cair
1760 para 58%. Ou seja, a matriz geração de energia elétrica vai mudar em dez anos. Daqui a dez anos há um
1761 crescimento com os números de crescimento que nós usamos de planejamento, Ministério do Planejamento
1762 antes do PAC. E a estimativa que nós estamos chamando de emissão de CO2 na atmosfera que hoje é de 40
1763 milhões de toneladas, usando o mesmo cenário que é o caso que nós chamamos vamos passar para 250 milhões
1764 de toneladas por ano. Ou seja, a Ministra Marina vai ter o prazer de dizer que acabou com as queimadas na
1765 Amazônia e que realmente diminuiu isso, mas ela vai ter que responder por que o país que era um país
1766 renovável um exemplo, as demandas que nós recebemos no governo para mostrar nossos programas de
1767 energia e biodiesel, etanol e tudo o que é modelo no mundo, é muito legal e etc e tal, mas o nosso modelo

1768 mudou e agora o nosso modelo é térmico e nós estamos emitindo. Só que são as escolhas da sociedade que eu
1769 defendo há muito tempo e a postergação dos estudos além do que o IBAMA já vem exigindo, levando a
1770 influenciar isso aí em outros países e levando a considerar outras bacias e tudo mais é uma postergação que eu
1771 levo à mente dos senhores, que pode ser arriscado para o país, porque quando falta energia, a crítica é geral e
1772 total eu fui buscar Ciência e Tecnologia e não existia. Então, isso aqui significa quanta luz, quatro grandes
1773 aparelhos de ar-condicionado. A sociedade está crescendo, é demanda, conforto e local adequado para o
1774 trabalho de todos. Então, eu gostaria que vocês pensassem nisso e acreditassem no trabalho que vem sendo
1775 feito pelo IBAMA, e o Luiz Felipe demonstrou muito bem aqui e não aprovasse essa moção, porque como o José
1776 Cláudio falou, sumariamente ela suspende o estudo e acaba, e não se olha mais o assunto. Quer dizer, vamos
1777 esquecer o Rio Madeira, e aí obviamente todo o restante da Bacia Amazônica. Então, eu peço o voto de que
1778 seja rejeitada essa moção.

1779
1780 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1781
1782 Conselheiro Rubens.

1783
1784 **Rubens Sampaio – Entidades Ambientalistas Região Nordeste - GERC**

1785
1786 Boa tarde a todos. Rubens Sampaio, representando a Região Nordeste. Eu vim aqui naturalmente a moção
1787 apresentada pelo nosso segmento adicionando algumas considerações. O artigo quinto da Resolução 0186 do
1788 CONAMA diz que o estudo de impacto ambiental, além de atender a legislação em especial os princípios e
1789 objetivos expressos na lei de Política Nacional do Meio Ambiente obedecerá as seguintes diretrizes gerais.
1790 Inciso terceiro, definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos
1791 denominada área de influência dos projetos considerando em todos os casos a bacia hidrográfica na qual se
1792 localiza. A gente ouviu aqui em mais de uma oportunidade, até com a justa que o estudo de impacto ambiental
1793 simplesmente fragmentou a bacia hidrográfica, onde se pretende implantar os projetos, como se a geografia
1794 devesse obedecer as conveniências políticas e econômicas de quem quer que seja. Então, é um estudo que se
1795 limita ao exame da bacia hidrográfica no território brasileiro, território nacional. Ora, a gente sabe que a bacia
1796 hidrográfica, ela estabelece interações em toda a sua extensão. E aquela porção da bacia hidrográfica que se
1797 situa fora dos limites territoriais brasileiros, ela continua interagindo com a porção brasileira. E o estudo dessas
1798 interações é indispensável para se estabelecer um conhecimento adequado da situação, então é evidente a
1799 falha de um EIA RIMA, é Palmar essa conclusão de que um EIA RIMA desse carece de correções. A gente
1800 ouviu também aqui hoje pela manhã, um documento lido, salvo engano pelo Procurador da República do Paraná,
1801 que reportou para nós todos, as considerações da promotora do Estado de Rondônia, em qual documento se diz
1802 que esse EIA RIMA simplesmente ignorou os impactos sociais do projeto, não fez a mínima alusão aos impactos
1803 sociais do projeto como se a população que vai sofrer as influências desse projeto não merecesse qualquer
1804 consideração. É evidente que isso afronta o bom senso, mas afronta também norma dessa casa. A mesma
1805 Resolução 0186 que no seu artigo sexto diz: - O estudo de impacto ambiental desenvolverá no mínimo as
1806 seguintes atividades técnicas. Inciso primeiro alinha C. O meio sócio econômico. Com o estudo de impacto
1807 ambiental que não aborda as influências de um projeto e um empreendimento sobre a socioeconomia, essa
1808 equipe deveria simplesmente ser riscada. Mas o pessoal que está dando um atestado de incapacidade, de
1809 incompetência mesmo. Então, a nossa fala é para a moção, porque quando uma coisa chega nesse ponto tem
1810 mais é que parar para acertar mesmo.

1811
1812 **Alberto Pretto Moesch - Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre/ANAMMA NACIONAL**

1813
1814 Boa tarde, nós da ANAMMA, o CONAMA procura sempre votar em bloco, todavia como é uma moção, eu
1815 gostaria de então citar, mas não sei os meus dois colegas também de outras cidades. Mas eu gostaria de dar
1816 uma visão comunicando aqui e dialogando com os me antecederam, um exemplo, com relação ao que tinha
1817 falado antes pela manhã e no início da tarde do amadurecimento do setor empresarial no sentido de pautar e
1818 repautar todo o trabalho voltado para a defesa do Meio Ambiente. De todas as vezes que eu participei das
1819 reuniões do CONAMA, e não foram poucas e eu quero falar isso de uma forma muito respeitável, mas não tenho
1820 visto parte do Ministério das Minas e Energia esse tipo de preocupação com relação à defesa do meio ambiente.
1821 E lamento isso como o cidadão brasileiro, não só como Secretário do Meio Ambiente, mas em termos de
1822 disposições e colocações aqui e até mesmo em termos de, enfim, é uma visão que eu trago aqui e que me
1823 manifestei também lá em Porto Alegre, quando fizemos os debates para a votação da Resolução do CONAMA
1824 com relação à utilização de áreas de preservação permanente onde a posição do Ministério foi realmente muito
1825 frustrante como cidadão brasileiro. Com relação à energia renovável sim a hidroelétrica é renovável e nós fomos
1826 reféns por quase monopolizar essa atividade e o apagão foi justamente fruto de nós utilizarmos demasiadamente
1827 esse tipo de energia, secou, houve a seca e não deu mais para usar suficientemente essas usinas, portanto, é
1828 um erro estratégico, nós continuarmos quase que somente utilizarmos esse tipo de energia. Não vai ser
1829 suficiente nós fazermos quanto de hidrelétricas e quando houver a seca isso vai acabar não resolvendo o
1830 problema e o próprio apagão acabou mostrando. Agora, o apagão trouxe algo muito importante a que não se
1831 deu continuidade que foi a otimização de energia e isso também não vejo por parte do Governo Federal e por

1832 parte do Ministério das Minas e Energia uma companhia de otimização e de economia de energia, como
1833 acontece na Europa, como acontece na Austrália, e como acontece de forma comum em outros países. Se fez
1834 naquela época, surtiu o efeito, mas não se deu continuidade. E isso sim, nós deveríamos pautar uma campanha
1835 permanente de energia e uso correto da energia, inclusive obviamente a residencial, e se por um lado ela é
1836 renovável também se é por isso, e isso já está comprovado, embora bem menos do que uma termoeletrica, mas
1837 ela também gera gás metano em virtude do problema do alagamento em matéria orgânica, inclusive florestas.
1838 Compromete significativamente a biodiversidade que é tão importante quanto inclusive para a ONU um com
1839 relação à alteração climática e mudança de clima, tão importante quanto nós combatermos as mudanças
1840 climáticas e também nós preservarmos a nossa biodiversidade, e o que mais tem ocasionado a perda de
1841 biodiversidade no Brasil em grande escala são justamente hidrelétricas. Estou querendo colocar aqui que sim as
1842 hidrelétricas são importantes e são inclusive um orgulho para o Brasil, mas nós não podemos também
1843 apaixonadamente defendê-las, porque elas causam sérios e graves problemas, inclusive sociais. Nós no Rio
1844 Grande do Sul, tivemos que assistir a perda de várias cidades e vários moradores que perderam suas
1845 residências e muitos até hoje não conseguiram adquirir em outro local por incrível que pareça. Com relação a se
1846 nós deveríamos ou não ao comprarmos algo, saber se lá há cuidado com o meio ambiente e trabalho, toda
1847 sociedade madura e inteligente deveria fazer. Por exemplo, Porto Alegre numa parceria com o Greenpeace
1848 adotou as chamadas cidades e Porto Alegre não compra mais nenhuma madeira da Amazônia que não seja
1849 certificada, e portanto não só licenciada, mas com todo cuidado com o plano de manejo e a evitar exploração de
1850 trabalho. E, nós já estamos passando a licenciar para que todos os empreendimentos da cidade se utilizarem
1851 madeira, ela seja certificada, e portanto é possível sim nós adotarmos esse tipo de procedimento, e aí sim
1852 conseguiríamos adotar uma política ambiental de grande escala e com grandes resultados práticos para todos.
1853 Nós tivemos agora, há pouco tempo, um problema grave no estudo de impacto ambiental de uma hidroelétrica, e
1854 isso até hoje choca o Rio Grande do Sul que foi Barra Grande, divisa com Santa Catarina. Foi muito
1855 problemático, nós estamos ainda traumatizados pelo processo, desculpe, mas vício do de estudo de impacto
1856 ambiental que ali foi feito. O EIA RIMA dizer que não havia Mata Atlântica, não lembro agora o tamanho de Mata
1857 Atlântica ali, mas é mais de seis mil hectares de Mata Atlântica e enfim, erros graves que o EIA RIMA sequer
1858 apresentou. Uma emissão do EIA RIMA, e imagine então a licença como ela foi concedida. Ou seja, nós
1859 precisamos evitar isso. O proponente colocou claro que não é contrária a hidroelétrica. Pelo contrário, acha
1860 inclusive importante que os estudos precisam ser aprofundados e que os impactos culturais e sociais também
1861 precisam ser avaliados e que o ambiental não foi devidamente analisado. Ou seja, não é uma moção contrária à
1862 hidroelétrica e sim de um aprofundamento na minha opinião necessário sim, pelo o que foi colocado não
1863 conheço o tema, mas que deveria ser aprovado nos estudos para então emitir a licença. Somos então claro
1864 favoráveis à moção. Muito obrigado.

1865 1866 **Zuleica Nycz - Entidades Ambientistas da Região Sul - APROMAC**

1867
1868 Eu gostaria de ler um texto do GT Energia, porque o GT Energia é o Grupo de Trabalho do Fórum Brasileiro de
1869 ONGs e Movimentos Sociais que discute do ponto de vista das organizações, esse texto foi escrito em função de
1870 um artigo que saiu no jornal e só tenho a data aqui do dia 14 de fevereiro, e no jornal saíram todos os jornais
1871 brasileiros o título da matéria era projeto binacional Patrícia da folha on-line onde a Ministra informava após uma
1872 visita oficial do Presidente no Brasil que precisava rever todo o processo, porque realmente estava claro para
1873 todos que os impactos não se limitam às fronteiras e isso terá que ser considerado necessariamente. Isso foi
1874 uma declaração da Ministra. E ela, enfim, enquanto a Ministra da Casa Civil o Governo brasileiro tinha interesse
1875 em uma parceria com a Bolívia para explorar o potencial hidrelétrico na fronteira a resposta foi feita por um
1876 cientista social e político Luiz Fernando que é da Rede Brasil, professor da Universidade Federal de Rondônia e
1877 representando o Fórum Independente e Popular da Madeira. Que escreveu então o seguinte, que Marina Silva
1878 diz o óbvio quando se refere à necessária adequação binacional do licenciamento que se define pela construção
1879 de mais duas, rio acima na Bolívia. O impacto conjunto das quatro precisa ser avaliado com responsabilidade do
1880 que faltou no estudo das duas, feito com condescendência do IBAMA. Na época estava em guerra com o
1881 IBAMA, havia um conflito enorme por conta dos termos de referência que não estavam claros e com a
1882 continuidade do licenciamento apesar de se saber que os estudos não estavam contemplando essas bacias e a
1883 bacia do Madeira continuando é uma das principais formadoras da bacia amazônica na sua agro e
1884 biodiversidade e essas obras só tem sentido na perspectiva instrumentalizadora e tacaña que vem do Sul e a
1885 energia para o Sudeste e escoamento de grãos do Centro-Oeste. Prova que não há visão de acúmulo sobre a
1886 Amazônia e muito menos instrumentos públicos de planejamento e para intervenção. Enquanto não se constrói
1887 uma nova lógica pública prevalece a lógica pragmática competitiva que é mesma das locais. De estímulo à
1888 fragmentação dos nossos territórios em função das demandas do mercado externo. Por isso o agendamento
1889 das quatro hidrelétricas do Madeira e hidrovía pelo governo Lula significam acoplamento político à agenda. Em
1890 outros termos, a oferta de sustentáveis internos ao projeto transnacional do complexo do Madeira de forma as
1891 duas novas hidrelétricas em território boliviano são apresentados ao público como se estivessem e como se
1892 fossem concessões, mas é apenas o Governo Brasileiro seguindo ponto a ponto assim como faz a
1893 macroeconomia o manual de instruções dos mercados. Só que agora, para montagem de redes continentais de
1894 infra-estrutura facilitadoras dos e a serviço dos. Quem quis a enquanto se apaga é a possibilidade de se
1895 integrar o território amazônico em espaços públicos ou regionais. Então foi assinado por ele. Eu quero defender

1896 de novo a moção, porque o que ela solicita é realmente ampliação dos estudos, que embora nesse momento
1897 político seja momento político ou técnico, nós sabemos, o IBAMA está de fato dependendo. A moção é muito
1898 importante porque ela é a chancela que o CONAMA precisa dar para que a lei seja respeitada nesse caso.
1899 Principalmente nesse caso, em que tantas, não se sabe a causa disso e provavelmente não de ambas, mas do
1900 IBAMA a gente já discutiu isso hoje durante o requerimento por um projeto que não é o projeto discutido com a
1901 sociedade. E é por isso que nós defendemos a moção. Obrigado.

1902
1903 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

1904
1905 Conselheiro José Carlos.

1906
1907 **José Carlos Gomes Costa - MME**

1908
1909 Bom, não sei se vou conseguir comentar tudo o que foi falado agora, mas talvez o Conselheiro Sampaio não
1910 tenha estado na parte da manhã quando se referiu ao longo de sua exposição de que a sociedade não foi
1911 ouvida. Se audiência pública não é ouvir a sociedade, ouvir as comunidades, o que é então? Ouvir a pessoa
1912 física do senhor Rubens por não ter sido chamado explicitamente. Várias audiências foram feitas e Furnas fez
1913 mais de cem reuniões na região Rio de Janeiro, Brasília e outros locais para poder explicar o processo é um
1914 processo público, comedido, supervisionado pela justiça e o senhor vem me dizer que a sociedade não foi
1915 ouvida que ninguém foi ouvido. Isso daí eu não consigo entender quem é que está louco, se o senhor ou o Luiz
1916 Felipe que demonstrou na parte da manhã que a sociedade foi ouvida. O senhor vem aqui e declara que não foi
1917 feito. Então está bom, eu não sei, eu gostaria que o senhor definisse depois o que é ouvir a sociedade, se a
1918 sociedade afetada é o senhor ou são pessoas afetadas pela ordem, a população Ribeirinha, a capital Porto
1919 Velho foi ouvida e foi dito aqui 1100 pessoas, 600 pessoas avisadas com antecedência. Eu fico sem entender
1920 aonde se quer chegar. Nós não ouvimos os africanos ou quem sabe os índios da Ilha do Bananal como já foi
1921 citado aqui. O Secretário do Meio Ambiente de Porto Alegre fez alguns comentários sobre o Ministério e
1922 começou dizendo uma falta de preocupação com o meio ambiente. Vou repetir e já falei dez vezes ou 20 vezes
1923 aqui. O Ministério das Minas e Energia mudou sua legislação para obrigar que antes de qualquer concessão de
1924 energia elétrica tenha que haver o licenciamento. Isso não existia. Nós mudamos a lei. Existem duas leis novas
1925 e introduzimos uma empresa para fazer o planejamento energético e o licenciamento ambiental na mão do
1926 estado, fizemos tudo isso aí, e eu sou obrigado a ouvir que o Ministério das Minas e Energia não se preocupa
1927 com o meio ambiente. É outra coisa que também me causa stress. Eu não sei mais, como é que a gente pode
1928 demonstrar de todas as ações que nós estamos fazendo de entendimentos e explicações e mudança de lei e
1929 alteração de decreto e não sei quantas reuniões sobre tudo o que se possa imaginar e falam que o Ministério
1930 não se preocupa, é um bando de incompetentes que fica pendurando o paletó e jogando cartas no computador.
1931 Só pode ser. Incrível isso daí. Eu estou até nervoso aqui, porque é incrível como o trabalho todo que é feito de
1932 200 ou trezentos técnicos de mais alto gabarito, contratamos consultoria brasileira e nacional para avaliar o
1933 projeto independente, ouvimos universidade e tudo, e tem que ouvir esse tipo de coisa. Impressionante. Foi
1934 falado aqui também que a questão do apagão realmente faltou energia mesmo. Faltou água? Tudo bem, vamos
1935 colocar gás. É essa opção? Estou ouvindo que vamos preservar nossa floresta e vamos queimar gás ou vamos
1936 queimar carvão ou sei lá o quê? Vamos embora, vamos em frente, mas eu não espero nunca ouvir desse
1937 plenário, dizer não, vamos dar energia para os brasileiros. Vamos parar, nós estamos numa sociedade como a
1938 européia e americana que cresce a sua demanda de energia em menos de 1%, um crescimento meramente
1939 vegetativo e há até um decréscimo como a gente observa no Japão. O Brasil é um país hiper desenvolvido, nós
1940 estamos vendo as condições brasileiras iguais às européias, isso que estou ouvindo quando dizem que a gente
1941 não precisa mais de energia. O Brasil é um país que está com menos de 2000 mesmo com eletrointensivos e
1942 nós estamos quase igual à China que está com 1400 e Europa que são grandes financiadores desse movimento
1943 ambientalista, é lógico que eles têm que pensar assim, porque pela Europa o consumo é cinco mil e sete mil por
1944 ano, e então é uma maravilha pensar assim. Não vou nem falar nos absurdos dos Estados Unidos, está na fase
1945 de 13 mil ou 14 mil por ano e per capita. O Brasil está em 2000. O que estou ouvindo aqui? Não vamos
1946 construir hidrelétricas, porque temos que preservar nossos rios e nossos peixes e florestas. Não devemos
1947 também aumentar emissões, porque aí vai ficar ruim para a gente, nuclear nem pensar já foi dito várias vezes
1948 aqui também. Então, vamos tirar energia de painéis solares e tem disponibilidade de menos 10% durante o ano?
1949 É isso? É esse tipo de sociedade? Eu não conheço, desafio a todos os senhores aqui a me demonstrar uma
1950 sociedade desde a invenção da história, alguma sociedade que tenha tido algum progresso sem energia ou
1951 diminuído seu consumo de energia. Eu não conheço. Desculpa, não conheço, admito que é ignorância, mas
1952 tudo o que eu aprendi no meu tempo era ginásio científico, e tudo o que eu aprendi naquela época a sociedade
1953 cresceu começa no fogo e depois aí passa para bronze, ferro e tudo isso é acréscimo de energia. No fundo
1954 significa, se vocês forem ler sob o ponto de vista é um acréscimo de energia. Eu não conheço, desafio vocês a
1955 mostrarem uma sociedade que tenha crescido nessas condições. E a questão do apagão, secretário, eu acho
1956 que o povo brasileiro ele aprende. O apagão não foi localizado como já aconteceu várias vezes em Manaus, é a
1957 quarta cidade está sempre sujeita a esse tipo de coisa, mas no Nordeste no ano passado numa situação
1958 localizada, mas o povo brasileiro perdeu com certeza. Só para vocês terem idéia, eu estou falando de números,
1959 o consumo médio per capita de energia no país só alcançou valores de 2001 em 2005. Quatro anos para poder

1960 voltar aos mesmos padrões de consumo. Se isso não é aprendizado da sociedade saber cuidar do valor
1961 daquela energia de quanto é que ele paga e que é possível sim reduzir, o que é mais? Muito mais
1962 convencimento do que ir para essas grandes redes nacionais de televisão e colocar propaganda. Dói no bolso,
1963 doeu no bolso, tinha que pagar multa e quando acabou não voltou imediatamente ao que deveria ter sido se não
1964 houvesse. Demorou quatro anos, isso é um aprendizado inegável. Não é possível. E ainda por cima, tenho que
1965 ouvir que Barra Grande é um estudo viciado. Bom, aí é um caso de justiça, e aí se tem algum procurador ele é
1966 que tem que responder, porque Barra Grande foi resolvida na justiça e se cumpriram todas as determinações
1967 legais passadas e divulgadas na justiça. Então, se a palavra foi exatamente estudo viciado, então eu não vou
1968 comentar isso porque aí a justiça é que tem que responder a esse ataque explícito à sua atuação, e então eu
1969 imagino que vamos ter que dar outras explicações, e me desculpem a ênfase ou meus excessos, mas se nós
1970 temos legislação e se nós temos discussões como foi visto na parte da manhã aqui discussões sobre modelo
1971 energético, nós devemos discutir tudo isso, só que tem que ter certa preocupação do tempo que isso vai
1972 demorar. Quando nós vemos uma proposta de moção que, se meu português está errado diferente do que ela
1973 falou, aqui está escrito pelo menos na cópia que o CONAMA me entregou, está aqui na quarta linha suspenda
1974 todo o processo de licenciamento ambiental até que tudo seja feito. Suspenda para mim é parar mesmo. Não é
1975 vamos estudar, vamos ver. Suspenda é pára tudo. Já tivemos isso, esse termo é muito claro para quem
1976 conhece licenciamento de Belo Monte um texto desse ficou e não podia nem entrar na área para alguém dizer
1977 que estava certo ou errado, é assim ou assado é não fazer nada. Cerco, bota um bando de gente lá e não pode
1978 nem entrar para poder ver se pode ou não pode, se deve ou não deve, mas suspenda todo o processo
1979 fundamental que é o que está escrito aqui é muito claro é não fazer rigorosamente nada, suspendo o que ele
1980 apresentou. Muito bem na parte da manhã, não vou fazer nada e suspenda, é isso. Então mais uma vez
1981 desculpe a ênfase, eu apelo para a compreensão dos senhores que o IBAMA está fazendo o trabalho
1982 rigorosamente dentro da lei da forma correta que deve ser feita e que nós devemos confiar e acreditar no
1983 trabalho do IBAMA que está sendo feito. Estamos explicando e fazendo todas as audiências públicas, todo
1984 mundo que está sendo necessário dentro da lei desse país, que nós vamos seguir até o final. Obrigado.

1985

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

1986

Conselheiro Rosalvo.

1987

1988

1989

Rosalvo Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional

1990

1991

Rosalvo Júnior, do Ministério da Integração Nacional. Eu acho que quando este Conselho recebe uma moção
1992 de um Conselheiro que mora na região Norte especificamente mora na cidade de Porto Velho, eu acho que a
1993 gente deve acatar as suas palavras e seus desejos e mergulhar no seu texto, porque é de alguém que está na
1994 região e com certeza tem alguma compreensão sobre o tema. Eu, por exemplo, moro em Brasília e já estive em
1995 Porto Velho umas quatro ou cinco vezes e não tenho o mesmo conhecimento, e um colega que trabalhou
1996 conosco nesses últimos dois anos na Câmara Técnica de Gestão Territorial e pessoalmente é uma pessoa muito
1997 respeitosa, muito amiga e tenho até alguns companheiros que são mais agressivos e isso também é do ponto de
1998 vista pessoal na gente. Então, quando eu pego o sujeito da moção, é uma moção dirigida tão somente ao
1999 IBAMA, não é uma moção dirigida ao empreendedor e quando eu pego a moção encaminhada ao IBAMA e ela
2000 diz na frase seguinte, ampliação do termo de referência do EIA RIMA para toda unidade territorial do Rio
2001 Madeira, eu acredito que o nosso diretor de licenciamento do IBAMA já respondeu essa pergunta de manhã ao
2002 informar a todos nós, que havia solicitado à consultoria jurídica daquele órgão que analisasse a questão do
2003 estudo ser contemplado para toda a bacia e que ele estaria aguardando isso daí. Para mim do ponto de vista do
2004 entendimento do que seja uma moção para um Conselho como esse, uma moção é um pronunciamento político,
2005 ele tem muito em objetivo colocar a questão política ou levantar o tema. E então do ponto de vista da questão
2006 política, aí eu não quero discutir as questões mais técnicas até porque eu pessoalmente não li o EIA RIMA do
2007 ponto de vista político a moção já atingiu seu objetivo. Não só a moção e quero dizer para os senhores o
2008 seguinte. Cada um de nós aqui temos uma responsabilidade muito grande e o que a gente acha que é uma
2009 palavra que a gente disse, porque é o João ou a Maria, ela tem uma importância muito grande. Eu que estou no
2010 Governo Federal há oito anos e quatro anos no CONAMA, tudo o que é dito aqui e tudo o que é apresentado
2011 aqui provoca em nós no mínimo meia dúzia de reuniões e debates intensos, isso e aquilo. Então, é assimilável,
2012 muda as pessoas mesmo que você tenha alguma orientação mais em cima e mais política do que a direção x ou
2013 y, mas muda as pessoas, e eu tenho certeza absoluta disso, porque antes de estar no Governo Federal fui de
2014 um órgão estadual, fui diretor de política ambiental e muda as pessoas que estão no processo de licenciamento
2015 das pessoas que estão no órgão. E então, eu acho que a moção independente, e aí eu acho que a gente não
2016 pode ficar naquela dicotomia de que se a moção for aprovada foi vitória das ONGs e foi derrota do Governo
2017 Federal, e se a moção não for aprovada foi derrota da ONG. Não, eu não entro nessa de ganhamos ou
2018 perdemos. Eu acho que a sociedade brasileira ganhou. Porque a sociedade brasileira ganhou? Porque esses
2019 considerandos já entraram para a história, porque fazem parte já da história do CONAMA, os nossos filhos e
2020 netos vão ler e mudou a todos nós que estávamos lá dentro do processo que tínhamos algum nível de decisão
2021 com relação a isso, e então eu acho que a moção então já atingiu seu objetivo e já atingiu seu impacto. Do
2022 ponto de vista do meu dever funcional e da representação do órgão em que estou, não vou aprovar a moção
2023

2024 porque o objeto dela, o IBAMA e ampliação do termo de referência de manhã já foi respondida pelo diretor de
2025 licenciamento do IBAMA, mas considero ela importante e pela pessoa que apresentou e pela entidade que
2026 apresentou já atingiu seus objetivos. E, inclusive aqui agora, porque nós já estamos debatendo ela já tem algum
2027 tempo e desde o período da tarde que começou eu acho que o seu objetivo já foi atingido. Então, nenhum dos
2028 órgãos, nenhum dos setores representados no CONAMA em cinco setores não haverá vencedores e nem
2029 vencidos. Eu acho que quem ganhou foi a nação brasileira, o povo brasileiro e a história, porque isso aqui já
2030 entrou para anais da história. Então, o meu colega de Câmara Técnica por dever funcional não vou aprovar, não
2031 posso votar pela aprovação da moção, inclusive em função de que disse o diretor do licenciamento do órgão
2032 ambiental e nós temos que cada dia mais ou a gente dar força ou credibilidade a esse órgão ou então a gente
2033 vai ter que trocar o órgão, porque o IBAMA não é um órgão do governo, é do estado da sociedade brasileira e foi
2034 criado por lei e aprovado pelo Congresso Nacional.

2035
2036 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

2037
2038 Conselheiro Secretário do Estado do Piauí.

2039
2040 **Frederico Hermann Barbosa Maia – Governo do Estado do Piauí**

2041
2042 Um encaminhamento. Tem que encerrar as inscrições para poder encaminhar.

2043
2044 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

2045
2046 Estão inscritos o Conselheiro do Governo do Estado do Piauí, o Márcio do IBAMA, o Conselheiro da ANAMMA,
2047 Conselheiro Rubens e Conselheiro José Cláudio. O plenário concorda com esse encaminhamento de encerrar
2048 as inscrições? Sim, então estou encerrando as inscrições e vou ler novamente a lista de inscrições para que não
2049 haja qualquer problema de esclarecimento. Após o Conselheiro que está aí no púlpito, Márcio, Rubens, José
2050 Cláudio, Sérgio, José Cláudio e o... OK. Bom, então encerradas as inscrições e vamos prosseguir então no
2051 debate.

2052
2053 **Frederico Hermann Barbosa Maia – Governo do Estado do Piauí**

2054
2055 Muito obrigado. Senhor Presidente, senhoras Conselheiras e senhores Conselheiros, eu acho que esse debate
2056 que nós estamos fazendo aqui ele tem hoje sido feito na sociedade brasileira e na maioria dos países do mundo
2057 de forma extremamente acalorada onde se vê muita energia para um debate e pouca luz. Eu acho isso muito
2058 ruim e acho que o CONAMA pela sua excelência e pela história que tem devia produzir mais luz em toda essa
2059 energia que é gerada nos debates que nós temos tido aqui no nosso Conselho. Eu acho que a única coisa
2060 capaz de assegurar as condições para a preservação ambiental é o desenvolvimento. Não há outra forma de
2061 preservar sem desenvolver. A miséria, a pobreza, a exclusão, na minha opinião, como Secretário do Meio
2062 Ambiente do Estado do Piauí, são as principais causas da degradação ambiental. Eu não tenho nenhuma
2063 dúvida disso. No meu Estado lá no Piauí programas como o programa do mel que hoje já é o maior produtor
2064 brasileiro de mel, é orgânico, tirou lá da nossa Caatinga pessoas que caçavam animais em extinção, que
2065 cortavam madeira para fazer carvão ilegalmente sem nenhum licenciamento. Absorveu para essa atividade
2066 econômica extremamente importante e o programa também tirou muita gente da miséria que para sobreviver
2067 precisava destruir o meio ambiente. O programa do Governo Federal extremamente importante que é o
2068 PRONAF, que financia a agricultura familiar tem permitido no meu Estado, e creio eu em outros estados que
2069 muitos agricultores que precisam plantar desmatando a mata ciliar que leva as realmente dos rios, porque esse
2070 agricultor não tem acesso a crédito. No meu estado também está permitindo que os agricultores familiares
2071 deixem de agredir o meio ambiente e possam ter taxa ativa para sobreviver sem o meio ambiente. Eu me
2072 recordo quando daquele gravíssimo acidente que aconteceu em Chernobyl, e me lembro de entrevistas dadas
2073 por pessoas na quinta avenida, em Nova Iorque, em Paris dizendo tem que fechar a usina. Foi um absurdo e foi
2074 um gravíssimo acidente e uma agressão ambiental enorme. Essas pessoas que diziam isso sabiam ou não
2075 sabiam? Isso é subjetivo, mas não levam em conta que aquelas pessoas que vivem na região da antiga União
2076 Soviética tem que conviver no inverno mais irregular a menos 30 e em média a menos 15 abaixo de zero, e a
2077 única alternativa era aquela usina de Chernobyl. E então, muitas vezes isso não é ponderado no debate e o que
2078 nos leva e nos empurra para um processo de racionalidade tal, onde a verdade e observância da lei passam a
2079 ser questões secundárias. Nesse plenário está sendo distribuído um jornal folha do meio ambiente, que sem
2080 ouvir nenhuma das partes agride a mim, ao IBAMA com mentiras do início ao fim da matéria. Não há uma única
2081 verdade nessa matéria. Por quê? Por que o debate ambiental nos levou para o nível de racionalidade tal que
2082 não interessa se a lei brasileira é uma das mais rigorosas do mundo, que o IBAMA é um órgão reconhecido não
2083 por facilitar, mas por dificultar muitas vezes. Não, agressão gratuita a esse órgão, agressão gratuita ao órgão
2084 estadual, e isso inclusive, sem levar em conta que as pessoas têm uma vida, tem família e o nome das pessoas
2085 não pode ser jogado na lama como está sendo feito aqui com mentiras da primeira à última linha da matéria.
2086 Nesse sentido, Senhor Presidente, uma outra coisa que permeia o debate hoje é que em função das mudanças
2087 climáticas do aquecimento global, do efeito estufa a conta das agressões ambientais tem que ser cobradas por

2088 igual. Isso está errado porque o Brasil tem que pagar a mesma conta da Europa, Estados Unidos e Japão? Isso
2089 é um grande equívoco. Muitos desses países financiam inclusive programas e ações para impedir o
2090 desenvolvimento dos países mais atrasados. Então, isso tem que ser ponderado. Determinadas questões não
2091 estão colocadas à toa no debate. Não estão colocadas à toa. Vocês imaginam quando um projeto de manejo
2092 florestal sustentável na Caatinga do Piauí não encontra assim mais nenhuma resistência legal ao projeto e
2093 tecnicamente a aprovação foi perfeita, inclusive pelo IBAMA do Piauí e pelo IBAMA aqui de Brasília. Duas
2094 únicas exigências, o georeferenciamento da área e questão agrária, a questão fundiária e o projeto está parado.
2095 700 pais de família perderam o emprego, porque um projeto de manejo florestal sustentável que permite ao Piauí
2096 reduzir a pressão sobre o desmatamento legal, porque vai fornecer madeira certificada se a hidrelétrica que é
2097 uma energia renovável, a biomassa também é renovável. É uma energia renovável reconhecida e, infelizmente,
2098 nós não temos uma única matriz energética para resolver toda a nossa demanda nessa área. Portanto,
2099 senhoras e senhores, não se trata de paralisar uma atividade. Se há complementações a ser feita no EIA RIMA,
2100 no estudo ambiental que haja sobre essas cobranças amparo legal, porque tem muita coisa absurda sendo
2101 exigida. Eu não estou me referindo a este especificamente. O licenciamento ambiental de modo geral no país
2102 tem coisas e exigências que tem guarida legal e tem que ser cumprida. Nós estamos num estado de lei, o nosso
2103 parâmetro, ela que estabelece nossas relações entre os homens e da gente com a natureza, esse é o nosso
2104 parâmetro. Significa dizer que se há complementações e exigências que tem guarida legal, que o órgão
2105 ambiental faça as exigências mas continue em processo. O processo de licenciamento ambiental é um processo
2106 dinâmico, extremamente democrático e perpassa por um processo de concertação social que tem como ápice as
2107 audiências públicas e não é uma licença, um instrumento irrevogável de modo algum. A licença ambiental é que
2108 pode ser caçada a qualquer momento, desde que o empreendedor não atenda e não faça aquilo que ele mesmo
2109 botou no papel e assinou. Então Senhor Presidente, concluindo, eu queria me manifestar contra a moção, mas
2110 dizer que o debate não pode deixar de levar em conta os parâmetros legais. A verdade tem que ser um
2111 instrumento importante. Não adianta tentar ser contra algo, desqualificando o empreendimento ou
2112 desqualificando as pessoas, os técnicos e etc. Isso não nos leva a lugar algum. O critério da verdade tem que
2113 ser o critério do nosso debate, tem que ser o que vai permear o nosso debate, porque quando a então ouve
2114 gente informações que não são verdadeiras é porque boa parte do debate ambiental no país não está sendo
2115 levado a sério. Muito obrigado.

2116
2117 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

2118
2119 Agradeço ao Conselheiro Márcio que conforme acordado, a partir dessa manifestação nós vamos estar contando
2120 o tempo de três minutos e quando faltar 30 segundos eu dou um toque na campainha improvisada.

2121
2122 **Márcio Rosa Rodrigues de Freitas - IBAMA**

2123
2124 Obrigado, eu acho que não vou usar três minutos. Me perguntaram se eu não faria a defesa do IBAMA no
2125 tempo de manifestações, mas não vou fazer, até porque a nossa postura nessa gestão tem sido de mostrar na
2126 prática a isenção do IBAMA. E acho que temos sido muito felizes nisso, o Luiz Felipe, hoje ,de manhã, deu um
2127 exemplo dessa postura do IBAMA. Simplesmente vou salientar algumas coisas ao longo dos nossos atos ao
2128 longo desse processo. Um deles é Barra Grande. Barra Grande foi feita da nossa ação, nessa gestão. Fomos
2129 nós que identificamos os problemas na Floresta de Araucária no processo de licenciamento de Barra Grande,
2130 fomos nós que tomamos todas as providências para corrigir os programas, e um exemplo claro disso e visível
2131 disso também, são o número de processos que foram nessa gestão comparado, por exemplo, com outra gestão.
2132 Isso demonstra na prática que a isenção com que o IBAMA tem tratado esses temas. Só vou me ater aos
2133 aspectos da moção, porque a discussão está trazendo um pouco o seu objeto, uma vez que já havia sido
2134 ponderado pela amanhã que haveria um encaminhamento no sentido que se fizesse uma discussão do modelo
2135 da matriz energética do país nesse Conselho numa outra oportunidade, e parece que é isso que nós estamos
2136 discutindo agora numa moção. Mas em relação à moção só vou fazer alguns esclarecimentos em relação às
2137 afirmações que foram feitas aqui. A primeira delas é de que não houve estudo sócio ambiental e acho que o
2138 Luiz Felipe demonstrou isso hoje pela manhã e só vou dizer que houve. Com relação à questão de que não teria
2139 atendido o aspecto legal, porque pela lei nós teríamos que abranger toda a bacia. Não é isso que a lei diz. A lei
2140 diz que deve ser considerada a bacia na hora de identificação da área de impacto e isso foi feito. A terceira
2141 questão, num parecer da equipe técnica seria contrário à inviabilidade do empreendimento, e não é isso que o
2142 parecer da equipe técnica diz do parecer como também foi explicado aqui hoje. Basicamente essas questões
2143 que eu queria colocar e no mais eu acho que as explicações do IBAMA deveria dar em relação ao processo
2144 foram dadas pelo Luiz Felipe nessa manhã. Ignorada Obrigada.

2145
2146 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa**

2147
2148 Agradeço ao Conselheiro Márcio.

2149
2150 **Rubens Sampaio – Entidades Ambientalistas da Região Nordeste - GERC**

2151

2152 Quatro pontos. Inicialmente eu queria a propósito da manifestação do representante do Ministério das Minas e
2153 Energia sobre a minha intervenção aqui a respeito do tema em debate, eu queria ler o que diz o artigo 46, inciso
2154 12 o regimento interno do CONAMA. Quando trata das atribuições dos membros para o CONAMA. “Aos
2155 Conselheiros incumbe: Observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e do decoro.”
2156 Segundo ponto, eu não sei qual é o nível de intimidade ou de conhecimento que o representante do Ministério
2157 das Minas e Energia tem com a questão ambiental e particularmente com a legislação e aspectos jurídicos da
2158 questão ambiental. Em todo caso, eu quero lembrar ao representante do Ministério das Minas e Energia que não
2159 se confunda audiência pública com estudo de impacto ambiental, porque na sua manifestação ele quis deixar até
2160 manifestado que o fato de ter havido audiências públicas já absorveria a exigência da Resolução do CONAMA
2161 quanto à análise dos impactos ambientais na socioeconomia. Não é assim, Conselheiro. Mesmo porque as
2162 audiências públicas realizam e todos que tem conhecimento mediano do assunto sabem, depois da elaboração
2163 do estudo de impacto ambiental. A audiência pública é justamente para discutir o relatório de impacto ambiental,
2164 o RIMA. Então, se o estudo de impacto ambiental já está concluído, e é por isso que ele vai ser discutido, é
2165 evidente que as audiências públicas não suprem a exigência de análise sobre os impactos na socioeconomia.
2166 Ou essa análise já foi feita antes ou então não vai ser na audiência pública que isso vai ser suprida, porque o
2167 estudo já está feito. Terceiro ponto. É sobre a questão da suspensão do licenciamento.
2168

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

2169 Conselheiro, só avisaria que os três minutos acordados já se esgotaram.
2170

Rubens Sampaio – Entidades Ambientalistas da Região Nordeste - GERC

2171
2172
2173 Eu peço um minuto de prorrogação para concluir o pensamento. Quando a moção fala em suspender o
2174 licenciamento a gente tem que pensar que tudo tem que ser entendido inteligentemente, sobretudo normas de
2175 conteúdo jurídico. Ora, suspensão de licenciamento não significa a paralisação total e absoluta do processo,
2176 porque seria uma contradição em termos. Se a paralisação total e absoluta não poderia ser viabilizado o próprio
2177 objeto da moção que é a realização de um novo EIA RIMA ou a correção de complementação do EIA RIMA
2178 defeituoso. E, então é evidente que quando se pega a suspensão de licenciamento, está se visualizando que o
2179 licenciamento transcorre em etapas, tem a licença prévia, de instalação, de operação, e portanto quando se
2180 pede a suspensão de licenciamento está se querendo que a etapa seguinte seja suspensa até que se cumpram
2181 as providências que estão solicitadas, e se essas providências tem realmente fundamento, elas têm que ser
2182 atendidas. Por último, desculpe, Presidente, eu só quero dizer que o estudo abrangente de toda a bacia
2183 hidrográfica ele é indispensável pela questão da interatividade, e não se diga que nós estamos impedidos de
2184 fazê-lo, porque adentra fronteiras de outro país, porque é um país com o qual o Brasil mantém relações
2185 diplomáticas, e quaisquer gestões feitas com seriedade e boa vontade pelo Governo Brasileiro para facilitar a
2186 realização desses estudos, certamente serão acatadas pelo Governo Boliviano.
2187
2188
2189

José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais

2190
2191
2192 Senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras, só me atrevi a vir aqui outra vez para fazer uma proposta
2193 conciliatória. Eu acho que a moção tem alguns pontos importantes e outros que prejudicam a questão de
2194 licenciamento. Então, se o nobre Conselheiro que fez a moção concordar, eu daria uma nova redação que seria
2195 a seguinte. “Aprovar moção a ser encaminhada no IBAMA, solicitando que sejam complementadas todas as
2196 lacunas verificadas na análise realizada e que seja demonstrado de forma oficial para a população os reais
2197 objetivos do empreendimento e de sua inviabilidade ambiental.” Pode ser até que o Ministério das Minas e
2198 Energia ou outros órgãos governamentais digam, mas isso já está demonstrado. Não está, não. Quem assistiu
2199 o bom dia Brasil hoje pela manhã viu a Mirian Leitão falando exatamente isso. Imagina, se uma analista política
2200 da importância dela, não tem clareza dos reais objetivos do empreendimento. Claro que vai gerar energia, todos
2201 nós sabemos para quem, quem é que vai se beneficiar, de quem são ônus e bônus desse empreendimento e a
2202 Resolução CONAMA prevê que o empreendimento deixa isso muito claro. E então acho que isso não está
2203 suficientemente detalhado para o grande público. Pode até estar para o Ministério das Minas e Energia, pode
2204 até estar para alguns analistas do IBAMA, mas para o grande público isso não está e é fundamental que esteja.
2205 A importância deste empreendimento na discussão nacional é fundamental que isso seja colocado bastante claro
2206 e divulgado para toda a população. Se os autores da moção concordam, eu então proponho a substitutiva
2207 (palmas).
2208

Bazileu Alves Margarido Neto - MMA/Presidente da Mesa

2209
2210
2211 Próximo é o Sérgio. Quero anunciar aqui que o Presidente da mesa passa a ser daqui para frente o Pedro Luiz
2212 Batista como segundo suplente do Ministério do Meio Ambiente.
2213

Luis Carlos Maretto – Entidades Ambientalistas da Região Norte - KANINDÉ

2214
2215

2216 Luis Carlos Maretto, Associação Kanindé da Região Norte. Eu quero dizer que acato a sugestão do Conselheiro
2217 e que sejam feitas as modificações e vamos partir para a votação. (palmas).

2218
2219 **Sérgio**

2220
2221 Só uma questão de complementar a informação. Eu acho que existe uma coisa que é a questão local e a
2222 questão do empreendimento. Mas por conta de uma série de informações dadas aqui, é bom fazer alguns
2223 esclarecimentos sobre a questão do que é a represa. Do ponto de vista energético é uma coisa, mas a represa
2224 do ponto de vista se nós retirarmos todas as empresas desse país, nós vamos mostrar que você não vai uma
2225 série de possibilidade de desenvolvimentos socioeconômicos, por exemplo, no nordeste brasileiro. Se não
2226 houvesse tipo as represas do sistema do Ceará e tal, você teria inviabilizado muito mais ainda a ocupação e
2227 sobrevivência do nordeste. Hoje as grandes represas do Ceará, por exemplo, garantem peixe e viabilidade de
2228 água para a população. As represas têm efeitos, quando a gente fala que acho que a condição ambientalista
2229 não pode ser contra você ter de algumas empresas a possibilidade de transporte hidroviário. O transporte
2230 hidroviário é um transporte muito, mas muitas vezes menos impacto que qualquer outro transporte. Então,
2231 quando você viabiliza a condição pelo menos no trecho do rio de uma represa, você dá condições de
2232 agrupamentos socioeconômicos que vão ficar localizados em torno das represas, e isso é qualquer variação das
2233 grandes represas brasileiras, Sobradinho, Tucuruí, a própria Itaipu binacional, você tem uma economia, além da
2234 economia de vantagens energéticas, uma economia socioeconômica em torno do lago que a represa monta. E a
2235 produção pesqueira, ao contrário do que você pode ter em momentos durante a vida da represa, dependendo se
2236 houve alagamento de florestas, você pode ter momentos durante o amadurecimento da represa de impacto e de
2237 até da água, mas a continuidade da represa e amadurecimento dessa represa viabiliza uma abundância de
2238 fauna e a produção pesqueira. A produção para vocês terem idéia há pouco tempo atrás uma avaliação do Lago
2239 Sobradinho ele produzia 25% da produção que era desembarcada em Manaus, e a produção de Manaus vinha
2240 de várias regiões da Amazônia. E então, quando você viabiliza, você pode viabilizar melhores condições de
2241 produção sistematizada e menos custos operacionais do que a pesca, e por isso você viabiliza uma economia
2242 pesqueira muito mais econômica e com estratégias logísticas. Então na verdade, eu acho que a questão aqui
2243 pontual, eu sei, mas acho que não se importa. Não existe nenhum dado de diminuição da biodiversidade,
2244 nenhum dado, eu gostaria que até o colega que repetiu algo trouxesse algum registro de perda de alguma
2245 espécie de fauna brasileira por conta de alagamento de represas hidrelétricas. Você já teve problemas, tem
2246 problemas de perda de espécies às vezes em aterros e cidades onde você isso e aquilo, isso tem sido
2247 registrado, mas não existe uma perda de biodiversidade em termos estruturais, quer dizer, espécies que tenham
2248 sido extintas da biodiversidade brasileira, por conta de obras de represa. Eu estou explicando e estou dizendo
2249 que você tem uma possibilidade, até por conta da otimização econômica, da pesca pela aquicultura, da atividade
2250 agrícola ou da atividade pecuária de diminuir a depredação da natureza em torno, e então você tem uma
2251 economia polarizada, e por isso você tem mais condição de ter até unidades de conservação em torno da
2252 represa que fiquem mais conservadas, porque você poliriza e constará atividade econômica em torno das
2253 represas. E então essa análise você pode ter das informações de ocupação das represas no Brasil e no histórico
2254 disso. Muito obrigado e desculpe, eu acho que a moção já está resolvida com essa questão feita pela colega
2255 anterior e acho que a gente pode votar essa alteração, que eu acho que foi perfeita e acho que não precisava
2256 nem votar vai ser por aclamação.

2257
2258 **Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa**

2259
2260 Vamos ouvir agora o Conselheiro José Cláudio. Já falou. Desculpe, José Carlos.

2261
2262 **José Carlos Gomes Costa - MME**

2263
2264 Bom, no texto ali que está aparecendo a proposta do José Cláudio, eu acrescentaria apenas pró-forma, adiciona
2265 análise realizada pelo órgão ambiental. Eu declaradamente não aceito estudos e análises feitas por ONGs
2266 dentro do processo. Quem tem que fazer é o IBAMA, porque eu cumpro a lei, o Ministério cumpre a lei e quem é
2267 de responsabilidade não é de órgão ambiental e sim do IBAMA. Então eu acrescentaria aí apenas realizadas
2268 pelo órgão ambiental. Agora, também não vejo muito procedimento em encerrar o empreendimento, porque isso
2269 já faz parte do procedimento. Eu terminaria em análise realizada pelo órgão ambiental e ponto. Porque o
2270 restante já faz parte do processo e inexistem acreditar nos procedimentos na seriedade e na correção do IBAMA.

2271
2272 **Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa**

2273
2274 Primeiro boa tarde a todos os Conselheiros e Conselheiras, e esses dias têm sido dias de emoções, eu assumi
2275 agora e já estou na mesa. Eu quero que vocês todos me ajudem e já entrei numa votação. Vamos entrar agora
2276 num processo de votação e então estão mantidas as duas propostas. Antes de ir para a votação a pergunta é se
2277 há possibilidade de acordo ou se mantém as duas propostas. Não há possibilidade de acordo. Então vamos
2278 passar ao processo de votação. Conselheiro pediu a palavra.

2279

2280
2281
2282
2283
2284
2285
2286
2287
2288
2289
2290
2291
2292
2293
2294
2295
2296
2297
2298
2299
2300
2301
2302
2303
2304
2305
2306
2307
2308
2309
2310
2311
2312
2313
2314
2315
2316
2317
2318
2319
2320
2321
2322
2323
2324
2325
2326
2327
2328
2329
2330
2331
2332
2333
2334
2335
2336
2337
2338
2339
2340
2341
2342
2343

Plenário

Bom, então eu gostaria de pedir à mesa a verificação de quorum.

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA

Já há um pedido, a mesa já recebeu aqui por parte das entidades da Sociedade Civil um pedido de votação nominal que consulta se o Conselheiro não acordar nós vamos proceder à votação nominal e na votação nominal a gente automaticamente já verifica o quorum. Mas podemos fazer a verificação antes.

Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa

Nós estamos encaminhando a votação nominal, porque ela é o mesmo efeito de verificação a quorum na prática. OK? Então vamos proceder, pôr as duas propostas na tela.

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA

Apenas antes de iniciar a votação nominal, nós tínhamos um ofício que foi recebido do Governo do Estado do Pará, nomeando os Conselheiros do Governo do Estado do Pará, o Conselheiro Manuel Imbiriba Júnior que está aqui desde ontem participando, ele não está podendo fazer uso do cartão de votação, porque a carta não tinha sido localizada e finalmente nós localizamos. E então só para dar a notícia boa para ele que ele está em condições normais de voto. Ou seja, representa nesse Conselho o Estado do Pará. O Secretário Executivo do Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, Valmir Gabriel Ortega, o Diretor de Meio Ambiente Manuel Júnior que está aqui presente e Ronaldo Jorge Lima que é da Câmara Técnica de Mineração e Infra-Estrutura. O Ortega como titular e o Imbiriba e Ronaldo Jorge da Silva Lima como suplente. Vamos passar à votação nominal então e vamos considerar o seguinte. A proposta do Governo do Estado de Minas Gerais como proposta 1 e a proposta do Ministério das Minas e Energia como proposta 2. Eu peço para que coloque em na tela então. Está claro então aí para os Conselheiros já se definirem em relação ao voto. A proposta número 1 é a proposta apresentada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. A proposta 2 apresentada pelo Ministério das Minas e Energia. (comentário fora do microfone).

Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa

OK, vamos considerar a proposta 1 a proposta de Minas Gerais, Governo de Minas Gerais. E a proposta 2 é a proposta do Ministério das Minas e Energia. Nós vamos ter que primeiro então fazer a votação em dois turnos. É melhor então fazermos verificação de quorum. Então, vamos fazer inicialmente verificação de quorum. Vamos colocar na tela então a lista de chamada e fazer a chamada geral e peço que sejam chamados os Conselheiros que se encontram fora do plenário. Logo após a verificação de quorum e eventualmente a votação dessa matéria, eu peço que os Conselheiros permaneçam no plenário em qualquer hipótese para que a gente possa fazer o anúncio da apuração da eleição de Câmara Técnica. Vamos fazer a contagem, a verificação de quorum não precisa ser nominal. Então, nós pedimos que os Conselheiros presentes aqui levantem o crachá para a gente fazer a contagem, peço o auxílio da secretaria do CONAMA. Facilita se os Conselheiros pudessem se sentar. A contagem fica mais fácil por bloco de cadeiras, porque a gente tem mais facilidade. Podem baixar. Temos quorum. Então, vamos agora à votação em dois tempos. Vamos votar inicialmente a favor e contra a moção. Depois nós vamos votar, se for vitoriosa a idéia de uma moção sobre esse assunto, aí nós vamos votar a redação um por redação dois, seguindo aqui a orientação da defesa. Então vamos lá. Votação nominal. Nominal contra e a favor que haja uma moção sobre o tema. Então, avisando aí aos Conselheiros que estão na porta que, por favor, queiram sentar-se. Nós vamos votar inicialmente a favor ou contra a Resolução. Se for favorável a Resolução nós vamos votar a moção.

José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais

Questão de ordem.

Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa

Se puder ser breve, agradeço.

José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais

É uma questão de bom senso. Se a gente puder votar logo a moção na sua versão original, porque os Conselheiros decidem por maioria simples de voto segundo o regimento. Então, se a gente puder votar logo a moção na sua redação original e ela alcançar um resultado superior à metade mais um...

2344
2345
2346
2347
2348
2349
2350
2351
2352
2353
2354
2355
2356
2357
2358
2359
2360
2361
2362
2363
2364
2365
2366
2367
2368
2369
2370
2371
2372
2373
2374
2375
2376
2377
2378
2379
2380
2381
2382
2383
2384
2385
2386
2387
2388
2389
2390
2391
2392
2393
2394
2395
2396
2397
2398
2399
2400
2401
2402
2403
2404
2405
2406
2407

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA

Ela foi retirada. A moção original foi retirada. É a moção com o aditivo do Governo de Minas Gerais. Há controvérsia, tem um outro texto. Então, se essa moção for aprovada por um número que ultrapasse o quorum regimental não precisa votar mais nenhuma outra. Não, nós vamos votar em dois tempos. Nós temos que saber se o plenário acha que deve ser aprovada uma moção sobre esse tema primeiro de saúde, se a maioria do plenário achar que sim que deve ser aprovada, então nós votamos as duas redações que estão em pauta. Então, eu peço a atenção de todos, por favor, que permaneçam sentados e nós vamos votar, os Conselheiros que aprovam a apresentação de uma moção. Aprovam a moção sobre esse tema, por favor, levantem o crachá. Conselheiros que aprovam a moção. É nominal. Primeiro tem que votar a favor da moção ou contra a moção.

José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais

Só um esclarecimento. Aqui é requerimento nominal para uma moção, não para saber se tem moção ou não. O requerimento aqui está claro, requerimento de votação nominal para moção cujo processo refere-se aos processos aproveitamentos hidrelétricos Rio Madeira.

Pedro Ivo Batista – SAIC /MMA – Presidente da Mesa

Eu estou entendendo aqui como Presidente da mesa que primeiro votamos normalmente se tem moção ou não. Se houver a moção é que vai ter a votação nominal conforme o requerimento. A não ser que o requerimento mude.

José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais

Questão de ordem. Sempre nesse plenário vota-se moção a favor ou contra. Nunca se votou se vai ou não ter moção, então é regimental você aprovar moção. Ele apresentou a moção e eu uma proposta de conciliação, ele acatou e aí substituiu. O Ministério das Minas e Energia está apresentando uma outra moção, que se vote primeiro a moção do e depois se vote a de Minas e Energia e a moção apresentada deve ser votada. Não tem que votar se vou o ou não vou votar a moção, que se cumpra o regimento e depois se vote a moção de Minas e Energia.

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA

Nós vamos votar, Conselheiro, a favor ou contra a moção. Nós votaremos a favor ou contra a moção substituída e depois votaremos contra ou a favor a moção do Ministério das Minas e Energia. A moção existe e tem que ser votada já pensou-se em toda moção isso nunca aconteceu. O regimento obriga que votemos as moções.

Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa

O Conselheiro tem razão. Agora vamos considerar o que está dentro do mérito do que o Conselheiro acabou de falar, vamos ver como proceder o processo de votação e então nós temos duas moções. Ou uma moção? OK. Ficou claro que na interpretação anterior caberia o que eu tinha falado, mas como bem colocado pelo Conselheiro, e então é realmente votar a moção ou não.

Nilo Diniz - Diretor do CONAMA

Então eu peço que coloque na tela para a gente proceder a votação nominal.

José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais

Presidente, só uma questão de ordem. O que existe, porque a moção nós não podemos apresentar novas moções agora no plenário. O que existe é a moção que ele concordou com uma nova redação. Ele não concordou com a redação de Minas e Energia, e portanto eu acho que a proposta da moção de Minas e Energia está prejudicada e foi uma tentativa de conciliação que foi aceita. Ele não pode apresentar uma moção aqui e acho que só existe a moção notificada com minha proposta de conciliação. Só existe essa, outra não existe.

Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa

A mesa está considerando também a observação correta pelo regimento e então o que nós temos que votar é esta moção ou quem é contrário à moção.

Rosalvo Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional



2408 José Cláudio. Para fazer jus a grande contribuição que você deu nesses quatro anos, ele pode sim nesse
2409 momento apresentar uma nova proposta de redação e moção. Por quê? Porque quando a gente discute
2410 resoluções a gente apresenta emendas aos artigos da Resolução e a gente vota... deixa eu acabar de falar,
2411 gente. Pelo amor de Deus, eu escuto todo mundo. Então, em moção ou em qualquer item que nós estejamos
2412 em processo de discussão e votação você pode apresentar o texto alternativo. Tanto que isso ocorre em
2413 Resolução, e ela veio da Câmara Técnica e você apresenta uma outra redação, e aí a gente tenta e não
2414 consegue o consenso a gente vota o texto original. A mesma coisa por similaridade. Por similaridade você pode
2415 apresentar uma proposta de redação ao texto original, de modo que eu não estou excluindo a votação da moção,
2416 eu estou apresentando um outro texto, é diferente, José Cláudio. Você sabe disso.
2417

2418 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

2419
2420 Deixa eu fazer só um apelo aqui Conselheiro José Cláudio para tentar chegar num acordo e votar logo essa
2421 matéria. Vamos fazer um impedimento, porque o regimento não chega a esse nível de detalhe de como é que a
2422 gente pode proceder a uma votação especificamente como se está debatendo aqui, mas vamos tentar um pouco
2423 aqui usar o bom senso. Quando a gente vota uma Resolução, normalmente a gente vota o texto base da
2424 Resolução sem prejuízo das emendas, certo? Eu acho que a gente poderia adotar esse princípio aqui. Qual
2425 seja, nós votamos o texto base dessa moção, votamos o texto base a favor ou contra sem prejuízo das
2426 emendas. A primeira emenda que precede é emenda de acordo feita por Minas Gerais, e a segunda emenda é
2427 emenda apresentada pelo Ministério das Minas e Energia.
2428

2429 **Rosalvo Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

2430
2431 A primeira proposta já foi retirada. A proposta é entidades ambientalistas como aditivo de Minas Gerais.
2432

2433 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

2434
2435 Sim, mas de qualquer forma há uma proposta de emenda do Ministério das Minas e Energia. É diferente de uma
2436 nova Resolução.
2437

2438 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

2439
2440 Sr. Presidente, só uma questão de ordem, eu consultei inclusive a responsável pela interpretação do regime.
2441 Primeiro não sei disso e não sei quem sabe. Resolução é Resolução e moção é moção. Não, não ponha
2442 palavras no meu pensamento que não são meus. Segundo, a própria responsável aí pela interpretação do
2443 regimento é clara. Moção só pode ser emendada e votada com anuência do proponente. Se o Ministério das
2444 Minas e Energia quer propor uma outra redação, se ele aceitar, tudo bem. Se ele não aceitar, que ele apresente
2445 na próxima reunião, porque não se pode apresentar moção nova na mesma reunião. E ele está propondo uma
2446 moção diferente, a minha também é emendável, mas eu tive anuência do proponente e o Ministério das Minas e
2447 Energia não teve anuência dele. A questão numa proposta só. É diferente. Então o Ministério das Minas e
2448 Energia pode propor isso, mas para a próxima reunião. Nessa aqui só com anuência do proponente.
2449

2450 **José Carlos Gomes Costa - MME**

2451
2452 Questão de ordem. O Ministério das Minas e Energia retira a proposta.
2453

2454 **Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa**

2455
2456 OK. Então nós vamos votar a moção modificada em acordo, quem é a favor e quem é contra.
2457

2458 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

2459
2460 Então vamos lá, coloca na tela a lista de votação nominal e nós vamos proceder à votação. A proposta 1 é a
2461 favor da moção, correto? A proposta 2 vota contrária à moção. Proposta 1 vota favoravelmente a moção,
2462 proposta 2 contrária à moção. Muito bem. Bom, nós vamos deixar o Presidente para no final, se for necessário,
2463 se houver empate ou quiser manifestar o voto. A Associação Brasileira, está presente? Ausente. Associação
2464 indicada pela Presidência da República ABEMA. Vota na 1. Centrais Sindicais e Confederações de
2465 Trabalhadores da Área Urbana. Está presente? Vota na 1. Direito Por Um Planeta Verde. 1. Comunidade
2466 Científica. 2. Comunidade Indígena. 1. CONTAG. Ausente. CNCG, Conselho Nacional dos Comandantes
2467 Gerais de Polícia Militar. Ausente. Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste. Está errado, não é mais
2468 Conselheiro. Vamos computar o voto como Região Centro-Oeste. 1. Em seguida, ICV também da região
2469 Centro-Oeste. Ausente. Essa lista... vou pedir paciência aos Conselheiros e em 30 segundos a gente acerta ali.
2470 Foi um erro de acesso a arquivo. Está no começo ainda. OK, já acertou? Vamos lá então. Nós paramos no
2471 ICV. O ICV não vota. Tirei o voto porque não está presente. Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste.

2472 OCA Brasil. Vota 1. Entidades Ambientalistas da Região Nordeste. Vota 1. Entidades Ambientalistas da
2473 Região Nordeste. 1. Entidade Ambientalista da Região Norte, Entidades Ambientalistas da Região Norte Novos
2474 Curupiras, 1. Entidades ambientalistas da Região Sudeste. 1. BICUDA. 1. 1, Kaité, 1. Vidágua. 1.
2475 Fundação. 1. Populações Tradicionais. Ausente? Olha, a não ser que eu esteja com algum problema em
2476 relação ao tempo cronológico, nós não chegamos nesse ponto ainda. OK. Então estou nos conformes aqui.
2477 Vamos lá. Populações Tradicionais. Ausente. Entidades Empresariais. Confederação Nacional da Agricultura.
2478 Confederação Nacional da Indústria. 2. Confederação Nacional da Indústria. Ausente. Confederação Nacional
2479 da Indústria. CNC Confederação Nacional do Comércio. 2. Confederação Nacional de Transporte. 2. Setor
2480 Florestal. Ausente. Governos Municipais, Confederação Nacional de Municípios. Ausente. Governos
2481 Municipais, âmbito nacional. 1. Governos Municipais Região Centro-Oeste. Ausente. Governos Municipais
2482 Região Nordeste. 1. Governos Municipais da Região Norte. Ausente. Região Sudeste. Ausente. Região Sul.
2483 Ausente. Governos Estaduais. Governo do Distrito Federal. Ausente. Governo do Estado do Acre. Ausente.
2484 Governo de Alagoas. 1. Governo do Amapá. 1. Governo do Amazonas. Governo da Bahia 1. Governo do
2485 Ceará. 1. Governo do Espírito Santo. 1. Governo de Goiás. Governo do Maranhão, Governo de Mato Grosso.
2486 Isso tudo que não está respondendo é ausente. Maranhão, Mato Grosso e Goiás, ausente. Mato Grosso do Sul,
2487 ausente. Minas Gerais, 1. Pará, 2. Paraíba, ausente. Paraná, 1. Pernambuco, ausente. Piauí, 2. Rio de
2488 Janeiro, 1. Rio Grande do Norte, ausente. Rio Grande do Sul, ausente. Rondônia, ausente. Roraima. 1.
2489 Santa Catarina, 2. São Paulo, 1. Sergipe, 1. Tocantins, 1. Governo Federal, Agência Nacional de Águas.
2490 ANA. 2. Casa Civil da Presidência da República, 2. Aeronáutica, 2. Marinha. Ausente. Exército, ausente.
2491 IBAMA. Ausente. Agricultura, ausente. Cidades, ausente. Ciência e Tecnologia, ausente. Comunicações. 2.
2492 Cultura. 2. Defesa. 2. Desenvolvimento Agrário, 2. Desenvolvimento Social. Ausente. Desenvolvimento da
2493 Indústria e Comércio, 2. Ministério da Educação, 2. Ministério de Esportes, 2. Fazenda, ausente. Integração
2494 Nacional, 2. Justiça, ausente. Meio ambiente. Bom, o Meio Ambiente está na presidência. Se abstém ou não?
2495 Vota depois como Presidente. Minas e Energia, 2. Planejamento, ausente. Previdência, ausente. Relações
2496 exteriores, ausente. Saúde, ausente. Trabalho e Emprego, ausente. Transportes e Turismo, ausentes.
2497 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. 2. Secretaria de Comunicação da Presidência da
2498 República. Ausente. Secretaria de Assuntos Institucionais da Presidência da República. Secretaria Especial de
2499 Aquicultura e Pesca. Ausente. Secretaria Especial de Política Para as Mulheres. Ausente. Secretaria Especial
2500 de Direitos Humanos. Ausente. Sobe um pouquinho a tela aí por favor. Secretaria Geral da Presidência da
2501 República. 2. Membro Honorário 1. OK? Concluímos? Presidente, voto da mesa. A mesa tem que combinar,
2502 não é pessoal? 2. A presidência da Mesa, 2. O secretário não vota. Resultado da votação foi opção 1. 30
2503 votos e a opção 2, 23 votos, abstenções nenhuma e total de 53. São 103 Conselheiros e o quorum é
2504 exatamente 53. Então, aprovada a opção 1, aprovada a moção. São dez para as cinco, e portanto a gente vai
2505 passar para a segunda moção. Sim, antes de passar à redação da moção seguinte, nós temos que apresentar
2506 aqui o resultado da eleição das Câmaras Técnicas. Nós temos no computador aí o resultado. O resultado não
2507 completo, a gente projeta primeiro as duas instituições eleitas e depois a composição total de cada Câmara
2508 Técnica. OK, então Câmara Técnica de Assuntos Internacionais. Concorreram Ministério da Justiça, Membro
2509 Honorário, Governo da Bahia, eleitos Ministério da Justiça com 71 votos, Membro Honorário com 61 votos. O
2510 Governo da Bahia teve 24 votos e então foram eleitos Ministério da Justiça e Membro Honorário. Câmara
2511 Técnica de Assuntos Jurídicos. Concorreram o Governo de São Paulo, Ministério do Meio Ambiente, ANAMMA
2512 Norte, Vidágua e Ministério de Ciência e Tecnologia. Foram eleitos governos do Estado de São Paulo com 47
2513 votos e Ministério do Meio Ambiente com 45 votos. Câmara Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de
2514 Infra-Estrutura. Concorreram nessa Câmara, ANAMMA Nordeste, Ministério da Defesa e foram eleitos ANAMMA
2515 Nordeste com 60 votos e Ministério da Defesa com 53. Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos
2516 Pesqueiros. Concorreriam nessa Câmara o Conselho Nacional de Corpos de Bombeiros, Polícias Militares,
2517 IBAMA, Governo de Sergipe e Comunidade Científica. Foram eleitos o Conselho Nacional de Corpos de
2518 Bombeiros com 67 votos e IBAMA com 58. Eu não estou declarando aqui os votos brancos e nulos, mas estão
2519 aí na tela e vocês podem ver, para cada Câmara nós tivemos votos brancos e nulos também. Depois tem o total
2520 aqui e eu posso apresentar. A Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental. Concorreram o Ministério
2521 das Cidades, Governo de Minas Gerais e O Direito Por Um Planeta Verde. Foram eleitos Ministério das Cidades
2522 com 63. Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente. Foram candidatos Ministério do Turismo, Governo do
2523 Sergipe e Ministério do Turismo eleito com 60 votos e Governo do Sergipe com 58 votos também eleito.
2524 Câmara Técnica de Educação Ambiental. Concorreram Ministério da Cultura, Governo do Ceará e Bicuda.
2525 Foram eleitos Ministério da Cultura com 64 votos e Governo do Ceará com 59 votos. Na Câmara Técnica de
2526 Florestas e Atividade Agrossilvo concorreram o Ministério da Agricultura, Governo do Rio Grande do Sul,
2527 Populações Tradicionais, Governo do Mato Grosso. Foram eleitos Ministério da Agricultura com 59 votos e
2528 Governo do Rio Grande do Sul com 53 votos. Registrados aí também nessas câmaras votos nulos e brancos. E
2529 na Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas concorreram o Ministério do Desenvolvimento Agrário,
2530 Governo de Roraima e Governo do Amapá. Foram eleitos Ministério do Desenvolvimento Agrário com 64 votos,
2531 Governo de Roraima com 51 votos. A Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Gestão de Resíduos,
2532 concorreram o Ministério da Saúde, Governo de Alagoas, ANAMMA Nacional e foram eleitos, Ministério da
2533 Saúde com 47 votos, Governo de Alagoas com 46. Câmara Técnica de Unidades de Conservação e Áreas
2534 Protegidas. Concorreram o Ministério da Defesa, Governo do Distrito Federal e OCA Brasil. Foram eleitos,
2535 Ministério da Defesa, Governo do Distrito Federal. O Ministério da Defesa com 62 votos e o Governo do Distrito

2536 Federal com 54 votos. No total foram, contando votos para todas as Câmaras Técnicas, primeira e segunda
2537 missão foram 1892 votos, sendo 139 votos brancos e 33 votos nulos. Então, esse é o resultado da eleição para
2538 Câmaras Técnicas, e nós vamos agora pedir para que coloque na tela a composição completa de cada Câmara
2539 para conhecimento de todos os Conselheiros. Resultado da composição das câmaras para o biênio de 2007 a
2540 2009. Câmaras de Assuntos Internacionais. Comando do exército, Governo do Estado do Maranhão, ANAMMA
2541 Nordeste, CNI, APROMAC, Ministério da Justiça e Membro Honorário. Câmara de Assuntos Jurídicos. Casa
2542 Civil, Governo do Estado de Pernambuco, ANAMMA Centro-Oeste, CNA, GERC, Governo de São Paulo e
2543 Ministério do Meio Ambiente. Câmara Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de Infra-Estrutura.
2544 Ministério da Integração, Governo do Estado de Alagoas, ANAMMA Sudeste, CNT que é a Confederação
2545 Nacional do Transporte, ANDA, ANAMMA Nordeste, Ministério da Defesa. Câmara Técnica de Biodiversidade,
2546 Fauna e Recursos Pesqueiros. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Governo do Estado do Paraná,
2547 Confederação Nacional de Municípios, Confederação Nacional da Agricultura, ADEMA, CNCG e IBAMA .
2548 Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Governo do Estado do
2549 Espírito Santo, ANAMMA Sul, CNT, Vidágua, Ministério das Cidades e Governo de Minas Gerais. Câmara
2550 Técnica de Economia e Meio Ambiente. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Governo
2551 do Estado de Tocantins, ANAMMA Centro-Oeste, CNI, Kaité, Ministério do Turismo, Governo de Sergipe.
2552 Câmara Técnica de Educação Ambiental constituída por Ministério dos Esportes, Governo do Estado da Bahia,
2553 ANAMMA Sudeste, CNC, Confederação Nacional do Comércio, OCA Brasil, Ministério da Cultura, Governo do
2554 Ceará. Câmara Técnica de Florestas e Atividades, IBAMA, Governo do Estado do Piauí, ANAMMA Norte, Setor
2555 Florestal, MAPA, Ministério da Agricultura, Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Câmara Técnica de
2556 Gestão Territorial e Biomas. Fica assim constituído o Ministério do Planejamento, o Governo do Estado do Pará,
2557 ANAMMA Nacional, Setor Florestal, Comunidade Indígena, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Governo de
2558 Roraima. Câmara Técnica de Saúde e Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos. Ministério das
2559 Comunicações, Governo do Estado de São Paulo, ANAMMA Sul, CNC, IMARH, Ministério da Saúde e Governo
2560 de Alagoas. E a última Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, Ministério do
2561 Turismo, Governo do Estado do Amazonas, Confederação Nacional dos Municípios, Confederação Nacional do
2562 Comércio, Novos Curupiras. E o que secretaria pede e espera muito de todos os Conselheiros e uma
2563 colaboração na participação para que a gente possa segurar o quorum nas reuniões das Câmaras Técnicas. Eu
2564 volto a palavra ao Presidente.

2565
2566 **Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa**

2567
2568 Voltando às moções. A moção 7.10 foi retirada e vai para a próxima reunião do Conselho. Certo? Então nós
2569 vamos direto à moção 7.11. Processo número 02000, 001014/2006-70 licenciamento ambiental do...

2570
2571 **Plenária**

2572
2573 Questão de ordem. Verificação de quorum.

2574
2575 **Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa**

2576
2577 Verificação de quorum, peço que chamem por favor os Conselheiros que se encontram fora do plenário. Nós
2578 vamos pedir que os Conselheiros presentes, por favor, levantem o crachá para a gente proceder a contagem de
2579 votos. Por favor, os Conselheiros presentes permaneçam pelo menos parados para a gente poder contar.

2580
2581 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

2582
2583 Nós temos 33 Conselheiros em plenário e portanto não há quorum para votações.

2584
2585 **Eduardo Mattedi Furquim Werneck – Governo do Estado da Bahia**

2586
2587 Uma questão de tempo. O estado da Bahia tem uma moção há alguns anos no CONAMA e gostaria que ela
2588 fosse colocada em pauta mais cedo na próxima reunião.

2589
2590 **Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa**

2591
2592 Isso é uma questão de tempo, né?

2593
2594 **Nilo Diniz - Diretor do CONAMA**

2595
2596 Deixa eu só explicar, Senhor Presidente. Só uma explicação. As moções, como qualquer outra matéria, elas
2597 são colocadas em ordem de acordo com a apresentação das moções no tempo e ao mesmo tempo também de
2598 acordo com os pedidos de vista, retirado de pauta e urgência. Então, todas que estão antes dessa moção como
2599 de outras, elas estão nessa condição ou são retiradas de pauta ou tem pedido de vista ou requerimento de

2600 urgência.

2601

2602 **Pedro Ivo Batista – SAIC/MMA – Presidente da Mesa**

2603

2604 Disseram aqui também Conselheiro que está no tempo da Bahia a moção. Pessoal, eu queria agradecer a
2605 presença de todos os Conselheiros e Conselheiras, saudar a reunião e considerar encerrada por falta de quorum
2606 (tempo).

2607